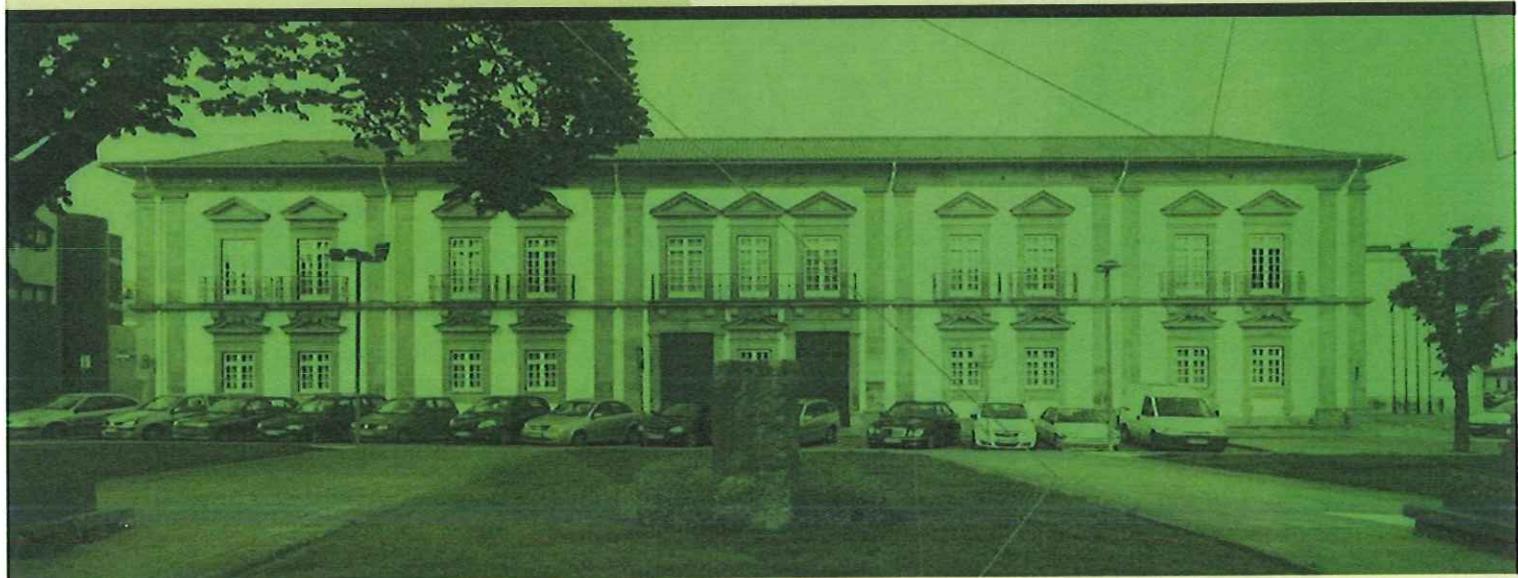




Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

IPVC 2018



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

ÍNDICE

- ENQUADRAMENTO.....	Página 5
- Capítulo I – O IPVC EM NÚMEROS	
ÁREA ACADÉMICA	Página 9
RECURSOS HUMANOS.....	Página 13
MOBILIDADE INTERNACIONAL.....	Página 17
SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL.....	Página 18
- Capítulo II – MONITORIZAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO POR EIXOS	
EIXO 1 – EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO	Página 22
EIXO 2 – I+D+I E TRANSFERÊNCIA	Página 37
EIXO 3 – COMUNIDADE IPVC	Página 45
EIXO 4 – SOCIEDADE, INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO	Página 51
EIXO 5 – GOVERNANÇA	Página 64
- Capítulo III – CONTAS	
1. Análise Orçamental e Económico-Financeira	Página 81
1.1 Situação Orçamental	Página 81
1.2 Rendimentos do exercício	Página 85
1.3 Gastos do exercício	Página 86
1.4 Resultado Líquido do Período	Página 88
1.5 Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	Página 89
1.6 Perspetivas para o exercício de 2019	Página 90
1.7 Considerações Finais	Página 90
1.8 Proposta de Aplicação dos Resultados	Página 90
2. Demonstrações Financeiras	Página 91
2.1 Balanço	Página 91
2.2 Demonstração dos Resultados por Natureza	Página 93

2.3 Demonstração das Alterações no Património Líquido	Página 94
2.4 Demonstração de Fluxos de Caixa	Página 96
2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras	Página 98
3. Demonstrações Orçamentais	Página 146
3.1 Demonstração do desempenho orçamental	Página 146
3.2 Demonstração de execução orçamental da receita	Página 147
3.3 Demonstração de execução orçamental da despesa	Página 148
3.4 Anexo às demonstrações orçamentais	Página 149

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS **IPVC 2018**

ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO

Do Plano Estratégico para 2015-2019 aprovado em outubro de 2015 constam a MISSÃO, VISÃO e VALORES da instituição, bem como uma visão parcelar para cada um dos cinco EIXOS ESTRATÉGICOS aprovados:

EIXO 1 – EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO

EIXO 2 – I+D+I E TRANSFERÊNCIA

EIXO 3 – COMUNIDADE IPVC

EIXO 4 – SOCIEDADE, INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO

EIXO 5 – GOVERNANÇA

Para cada eixo estratégico foram definidos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS, estando toda esta informação disponível no portal do IPVC
<http://planoestrategico.ipvc.pt/ipvc1519/>

A última fase de elaboração do plano estratégico foi a definição das ações e subações a implementar para se atingir os objetivos operacionais definidos e, em último caso, alcançar os objetivos estratégicos.

É da análise do cumprimento dos planos de ação definidos, que ao longo do período de implementação do PE, e fruto da monitorização da implementação, foram sendo redefinidos e reajustados, em concreto do ponto de situação relativamente às metas propostas para 2018 e que constavam do plano de atividades apresentado para este ano, que resulta agora o relatório de atividades de 2018.

Esta informação encontra-se compilada nas tabelas constantes do capítulo II – monitorização dos planos de ação por eixo, com uma breve referência à tendência seguida para cada indicador e terminando com uma análise crítica global à informação constante das tabelas relativamente a cada eixo.

Imediatamente a seguir faz-se um breve enquadramento do IPVC no ano de 2018, já com perspetivas para o ano de 2019, no que ao ano letivo 2018/2019 diz respeito, com a descrição da

instituição em números-chave nas áreas académica, recursos humanos, mobilidade e serviços de ação social.

Pela primeira vez, e numa perspetiva de melhor dar cumprimento às novas orientações do Sistema Normativo Contabilístico para a Administração Pública (SNC-AP) implementado a partir do ano de 2018, é integrada no Relatório de Atividades toda a documentação relativa às Contas da instituição, daí o presente documento passar a designar-se “Relatório de Atividades e Contas”.

Toda a documentação de caráter contabilístico e financeiro que até ao ano passado era submetida individual e separadamente junto do Tribunal de Contas é agora tratada como um capítulo do Relatório de Atividades e Contas de 2018.

Apesar das mudanças operadas no seio das instituições de ensino superior por via legislativa e as restrições orçamentais, atravessa-se novo quadro de mudança de paradigma, evolutivo por via da escassez de recursos financeiros e aumento das preocupações com a sustentabilidade económica, social e ambiental, que obriga as instituições a socorrer-se das ferramentas de gestão que lhes permita obter maior competitividade, mais criatividade e eficiência, que constituem os fatores de sustentabilidade nos tempos atuais.

Neste sentido, em 2018, continuou-se a refletir na estrutura institucional, procurando reforçar os processos nucleares da missão institucional – ensino e aprendizagem, investigação orientada e desenvolvimento profissional de alto nível, internacionalização e a colaboração interinstitucional e com a comunidade –, e otimizar a gestão dos recursos humanos e materiais e os serviços de apoio. Esta melhoria contínua conduziu:

- À introdução de aspetos de responsabilidade social, com o projeto “Campus Sustentável IPVC” e com a implementação de Sistema de Gestão de Responsabilidade Social, baseado na NP 4469.

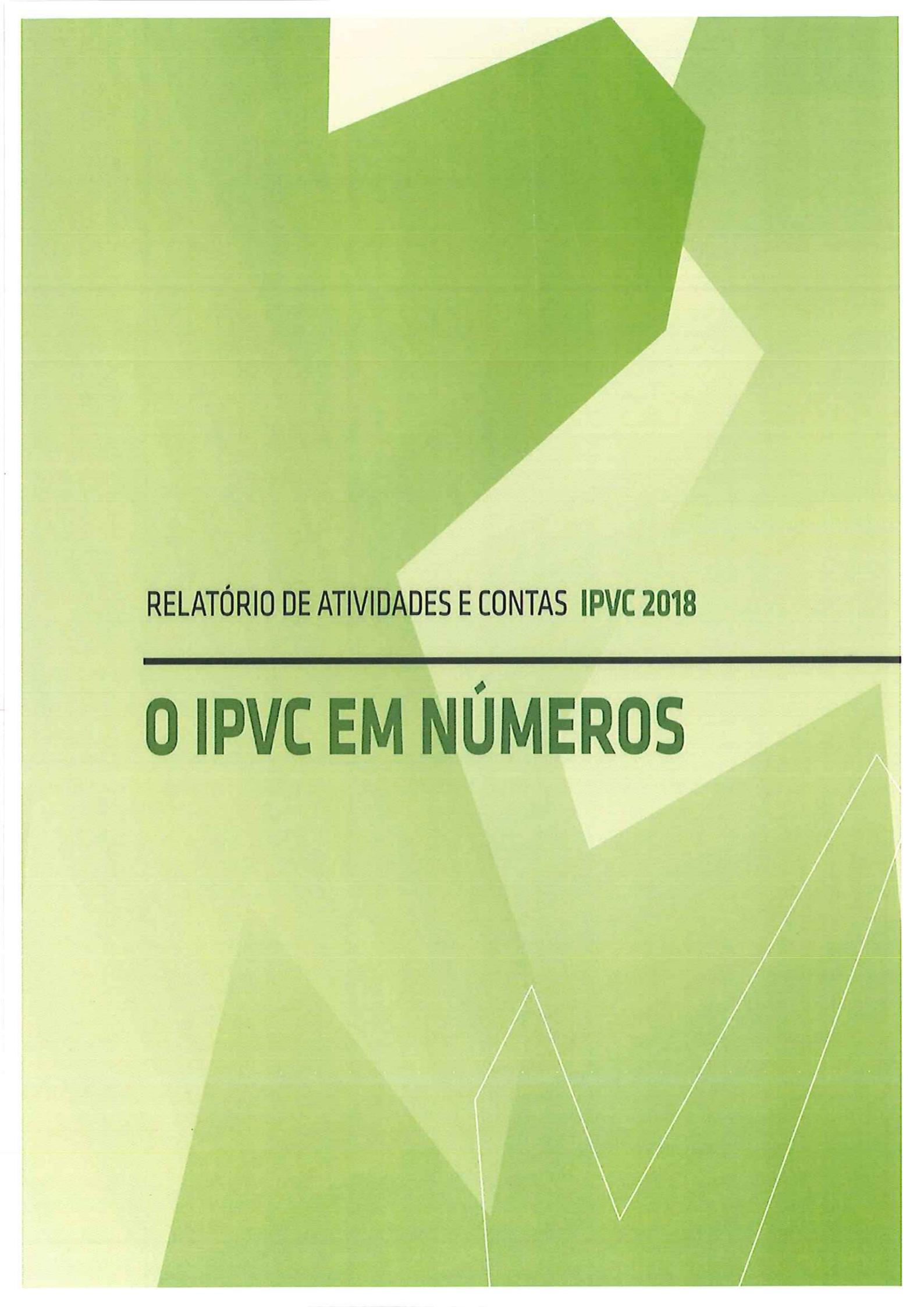
- Alavancar o Processo “Gestão de Projetos” de processo de suporte para processo de cadeia de valor, passando a designar-se por “Gestão da Investigação” e considerar a recente criação das Unidades de Investigação no sistema e seus procedimentos.

Numa perspetiva de reengenharia de processos, também se continuou a eliminar ou reduzir documentação ou tarefas supérfluas e que não acrescentam valor e por outro lado, manter e melhorar aquelas que são essenciais, sempre pensando os processos em função da sua cadeia de valor e das necessidades e expectativas e satisfação das partes interessadas. Tudo isto implica uma



aprendizagem e uma evolução contínua dos mesmos com envolvimento dos órgãos e outras partes interessadas.

É necessário continuar a efetuar a análise crítica da estrutura conceptual e conteúdo do sistema de molde a maximizar os resultados, cumprindo os referenciais europeus da qualidade para o ensino superior. Por outro lado, a maturidade dos processos, a sistematização do fluxo da informação, de divisão do trabalho e o reforço de plataformas eletrónicas que proporcionaram mais autonomia e rapidez na circulação da informação e maior controlo sobre os processos, têm libertado recursos para outras funções mais criativas e importantes para a cadeia de valor da organização.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS IPVC 2018

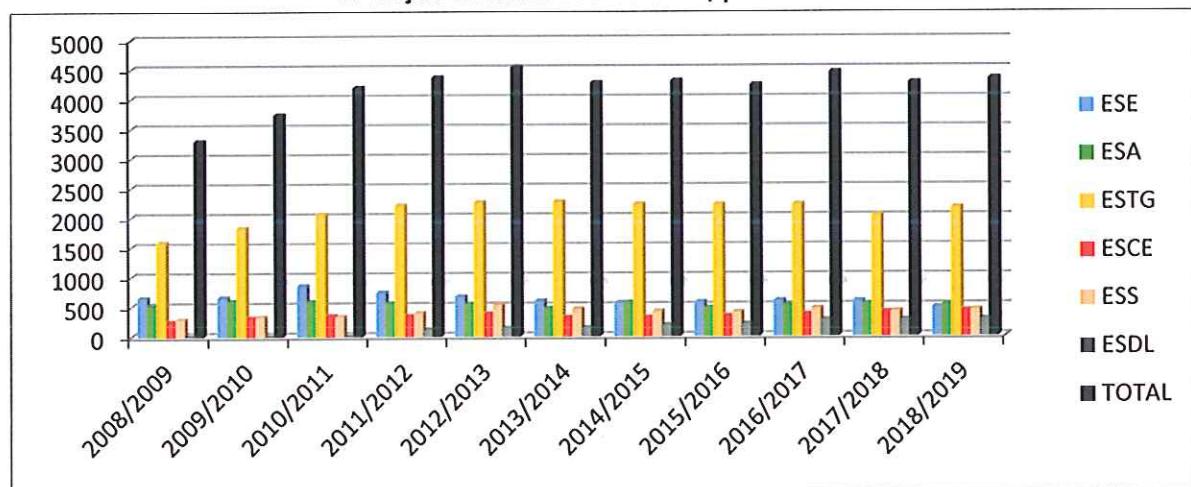
O IPVC EM NÚMEROS

Capítulo I – O IPVC EM NÚMEROS
ÁREA ACADÉMICA

Alunos matriculados pela 1^a vez no ano letivo 2018/2019, por tipologia de formação

Mestrados	Licenciaturas								CTeSP	TOTAL	
	Concurso Nacional de Acesso				Concurso Especial de Acesso, Regimes Especiais e Regime de Transferência e Mudança de Curso			Concurso Especial Estudantes Internacionais			
1 ^a vez	Vagas Iniciais	1. ^a Fase	2. ^a Fase	3. ^a Fase	CEA	Regimes Especiais	Regime de Transferência e Mudança de Curso	1 ^a vez			
	285	1022	520	193	33	189	3	53	16	414	1706
			746			245					

Fonte: Divisão de Serviços Académicos, com referência a 31.12.2018.

Evolução do número de alunos, por escola


Fonte: Divisão de Serviços Académicos, com referência a 31.12.2018

No ano letivo 2018/2019 verifica-se uma redução de cerca de meia centena de novos alunos, matriculados 1.^º ano, 1.^º vez no global de formações oferecidas, apesar de no total de alunos termos aumentado a mesma meia centena. Mantivemos, face ao ano letivo 2017/2018 o número de inscritos nos CTeSP – os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), e mais uma vez, aumentámos os estudantes internacionais colocados.

*h RZ
Mariana*

Os concursos especiais de acesso (meio de acesso dos alunos provenientes de CET, CTeSP e das provas de maiores de 23 anos) continuam a ser um meio de entrada nas licenciaturas a privilegiar, representando praticamente 30% dos alunos inscritos pela 1^a vez nas licenciaturas.

Numa perspetiva oposta, diplomámos em 2018, com referência ao ano letivo 2017/2018, 946 estudantes, nas mais diversas áreas e níveis de formação, dados com referência a 31.12.2018: 195 em CTeSP, 628 em Licenciaturas, 94 em Mestrados e 29 em Pós-graduações.

Apresenta-se a seguir a lista das formações que abriram candidaturas e têm estudantes inscritos no ano letivo 2018/2019, constando CTeSP (18), licenciaturas (27), mestrados (17) e pós-graduações (4).

Formações com candidaturas abertas e estudantes inscritos 1.º ano, 1.ª vez, no ano letivo

2018/2019

Escola	Tipologia de formação	Designação
3162 ESE	CTeSP	Artes e Tecnologia
		Intervenção Educativa em Creche
		Intervenção Sociocomunitária e Envelhecimento
	Licenciaturas	Artes Plásticas e Tecnologias Artísticas
		Educação Básica
		Educação Social Gerontológica
	Mestrados	Supervisão Pedagógica
		Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do EB (Habl. Docência)
		Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências da Natureza no 2º Ciclo EB (Habl. Docência)
		Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia no 2º Ciclo EB (Habl. Docência)
		Educação Artística
	Pós-Graduações	Educação, Ciência e Património
3161 ESA	CTeSP	Cuidados Veterinários
		Fruticultura, Viticultura e Enologia
		Gestão de Empresas Agrícolas
		Riscos e Proteção Civil
	Licenciaturas	Agronomia
		Biotecnologia
		Engenharia do Ambiente e Geoinformática
		Enfermagem Veterinária
	Mestrados	Agricultura Biológica

f h
PQ
Muniz
JG

3163 ESTG	CTeSP	Construção e Reabilitação
		Desenvolvimento Web e Multimédia
		Gestão Hoteleira
		Manutenção Mecânica
		Mecatrónica
		Qualidade e Segurança Alimentar
		Sistemas Eletrónicos e Computadores
		Redes e Sistemas Informáticos
	Licenciaturas	Design de Ambientes
		Design do Produto
		Engenharia Alimentar
		Engenharia Civil e do Ambiente
		Engenharia da Computação Gráfica e Multimédia
		Engenharia de Redes e Sistemas de Computadores
		Engenharia de Sistemas de Energias Renováveis
		Engenharia Mecatrónica
		Engenharia Informática
		Engenharia Mecânica
		Gestão
		Gestão (Noturno)
	Mestrados	Turismo
		Turismo (Pós-Laboral)
		Contabilidade e Finanças (APNOR)
		Design Integrado
		Engenharia Alimentar
	Pós-Graduações	Engenharia Civil e do Ambiente
		Turismo, Inovação e Desenvolvimento
		Gestão das Organizações: Ramo Gestão de Empresas (APNOR)
		Informática de Segurança e Computação Forense
3164 ESCE	Licenciaturas	CTeSP
		Gestão da Qualidade
		Contabilidade e Fiscalidade
		Gestão da Distribuição e Logística
		Marketing e Comunicação Empresarial
	Mestrados	Organização e Gestão Empresariais
		Logística (APNOR)
		Gestão da Qualidade
7075 ESS	Pós-Graduações	Marketing Digital e E-Business
		CTeSP
	Licenciaturas	Termalismo e Bem-estar
	Licenciaturas	Enfermagem



	Mestrados	Enfermagem Médico-Cirúrgica
		Enfermagem de Saúde Comunitária
3165 ESDL	CTeSP	Treino Desportivo
	Licenciaturas	Desporto e Lazer
		Desporto Natureza
		Treino Desportivo

RECURSOS HUMANOS

Evolução do Corpo Docente por Escola e Grau de Formação 2015 a 2018

	ESE				ESA				ESTG				ESCE				ESS				ESDL				Total			
2018/2017/2016/2015	18	17	16	15	18	17	16	15	18	17	16	15	18	17	16	15	18	17	16	15	18	17	16	15	18	17	16	15
Doutoramento	34	36	34	26	31	31	33	25	90	81	84	75	21	22	20	17	16	16	14	14	11	12	8	5	203	198	193	162
Mestrado	11	10	12	14	8	9	8	9	37	37	40	40	7	9	8	9	15	14	13	11	5	9	7	3	83	88	88	86
Licenciatura	7	5	4	4	4	3	4	4	27	23	26	30	9	7	7	12	8	5	9	7	8	9	6	6	63	52	56	76
Total Docentes	52	51	50	44	43	43	45	38	154	141	150	145	37	38	35	38	39	35	36	32	24	30	21	14	349	338	337	324
Total ETI	37,7	37,4	38	35	35,8	37	37,1	33,8	118	112,4	118,2	115	24,7	24,7	24,8	24,3	29,7	27,4	27,5	26,7	14,6	15,8	13,6	9,9	260,5	254,7	259,2	244,7
Especialistas	0	0	0	0	1	1	7	0	9	6	5	5	5	4	4	4	6	5	4	3	3	3	4	4	24	19	24	16

Fonte: Divisão de Recursos Humanos, com referência a 31.12.2018

Ao longo de 2018 o IPVC viu aumentar o número de doutorados do corpo docente, terminando o ano com 203 dos 349 docentes doutorados, praticamente 60% do corpo docente com doutoramento, percentagem que sobe quando contabilizados apenas os docentes de carreira, atingindo quase 83%.

Foram abertos vários concursos para professor-coordenador em diversas áreas atingindo-se o objetivo definido de cada grupo disciplinar ter, pelo menos, um professor-coordenador e, cada escola ter também, pelo menos, um professor-coordenador de carreira.

Decorreram também durante o ano de 2018, vários procedimentos concursais para lugares de professor-adjunto, em várias áreas disciplinares e escolas, mas essencialmente orientados para a consolidação das duas mais recentes escolas – Escola Superior de Ciências Empresariais e Escola Superior de Desporto e Lazer – escolas estas que não dispuseram de um período de instalação como seria normal e aconteceu com todas as outras escolas. Ainda assim, foram abertos concursos noutras áreas disciplinares, procurando reforçar o corpo docente em áreas-chave da nossa formação.

Para o ano de 2019 foi prevista em sede de orçamento a abertura de mais uma dezena de concursos para a carreira docente, distribuídos entre professor-coordenador-principal, professor-coordenador e professor-adjunto, nas mais diversas áreas disciplinares e abrangendo todas as escolas, procurando dar continuidade à política interna de reconhecimento e valorização do pessoal docente do IPVC.

2018
 R
 M
 L
 P

Em dezembro de 2018, o IPVC cumpre a generalidade dos rácios de corpo docente previstos na lei, com exceção da % de especialistas e professores de carreira.

Ao nível do índice de envelhecimento do Pessoal Docente (PD), o IPVC tem um índice de 170.0, inferior ao índice nacional (193.0 em 2017). As escolas com índice de envelhecimento mais elevado são a ESS e a ESA, seja do Pessoal Docente, seja Pessoal Não Docente.

Corpo Docente por Escola e Categoria

Categorias	ESE	ESA	ESTG	ESCE	ESS	ESDL	Total
Professor Coordenador Principal	1		1				2
Professor Coordenador	3	2	12	2	5	1	25
Professor Adjunto	18	26	67	10	19	5	145
Equiparado Professor Adjunto		1	2				3
Professor Adjunto Convidado	7	1	14	7	3	6	38
Equiparado. Assistente. 2º Triénio		1	5	1	1	1	9
Assistente Convidado	21	12	53	17	11	11	125
PQND	2						2
Total	52	43	154	37	39	24	349

Fonte: Divisão de Recursos Humanos do IPVC, a 31 de dezembro de 2018

Ao longo dos últimos anos, e contrariando a tendência de períodos anteriores, verificou-se um aumento do número de colaboradores do corpo não docente, com contrato de trabalho em funções públicas, tendo-se atingido em 2018 o número de trabalhadores de há 10 anos atrás.

Foram abertos nos últimos dois anos vários concursos para admissão de vários técnicos superiores e assistentes operacionais, concretizando esta nova tendência de reforço.

Procedeu-se ainda à mobilidade intercarreiras de cerca de dez trabalhadores procurando promover a valorização e reconhecimento profissional. Trata-se de profissionais que desempenhavam funções de técnico superior ou assistente técnico e detinham habilitações para se proceder à mobilidade intercarreiras. Não foi possível consolidar as mobilidades, por necessidade de obtenção de pareceres favoráveis do Ministério das Finanças, mas que se espera concluir no ano de 2019,

tendo sido previstos no mapa de pessoal para 2019 os lugares que permitam a consolidação dessa mobilidade durante este ano.

Evolução do Corpo não Docente por Unidade Orgânica/Unidade Funcional

Ano	SC	SAS	ESE	ESA	ESTG	ESCE	ESS	ESDL	Total
2008	25	64	15	23	35	4	15		181
2009	37	63	12	22	29	4	13		180
2010	37	62	12	22	29	4	13		179
2011	38	62	9	20	30	5	11		175
2012	35	60	9	20	30	5	11		170
2013	31	57	9	19	28	5	11		161
2014	31	55	9	19	26	5	9	2	156
2015	36	56	10	17	27	6	9	2	163
2016	42	59	13	20	28	6	9	2	179
2017	43	60	15	20	27	6	10	3	184
2018	48	57	13	18	26	6	10	3	181

Fonte: Divisão de Recursos Humanos, com referência a 31.12.2018.

Após uma análise ao inquérito de satisfação por parte dos colaboradores do IPVC verifica-se que as questões com uma pontuação mais baixa se referem ao Sistema de Avaliação de Desempenho e ao Sistema de Incentivos e Reconhecimento do Mérito. A insatisfação relativamente a estes dois aspetos prende-se essencialmente com a estagnação das carreiras fruto das políticas de congelamento das progressões que se viveram em Portugal nos últimos anos.

No que se refere ao Sistema de Avaliação de Desempenho foi durante estes últimos anos um fator crítico quer pelas medidas a nível legislativo que mantiveram congeladas as progressões desde 2009 quer para o pessoal docente que não tinha o sistema de avaliação implementado.

O IPVC concluiu em 2018, para o pessoal docente, a avaliação até 2015 e tendo em conta o descongelamento previsto na Lei do Orçamento de Estado (LOE) permitiu a progressão de muitos docentes. No que se refere ao pessoal não docente o Orçamento de Estado para 2018 também permitiu o descongelamento das progressões resultantes do sistema de avaliação SIADAP3.

Ao nível de Formação o IPVC fez uma forte aposta na formação na Língua Inglesa e ao longo de 2018 procurou dar uma maior importância às formações no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de dados, Gestão de Responsabilidade Social para a certificação segundo a Norma NP 4469, A ISO 9001:2015 e a Gestão de Risco, Certificação/Qualificação de Auditores Internos de Qualidade ISO 9001:2015, Excell Avançado; Criação de Sites e Portais em Drupal, WordPress e CSS.

h
FZ.
Munim

Luiz Ribeiro

MOBILIDADE INTERNACIONAL

Programa	População alvo	2010/2011		2011/2012		2012/2013		2013/2014		2014/2015		2015/2016		2016/2017		2017/2018		2018/2019(*)	
		Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos														
Erasmus+ KA103	Alunos - estudos	55	80	61	72	83	97	80	98	88	102	87	100	105	112	69	119	57	114
	Alunos - estágios	5	0	16	0	29	1	35	1	56	3	57	3	55	4	52	5	49	1
	Docentes ensino	4	9	5	12	5	17	7	19	12	59	8	33	8	41	8	25	12	46
	Não docentes	1	8	1	5	1	24	2	7	12	43	7	15	29	32	33	8	32	68
Total		65	97	83	89	118	139	124	125	168	207	159	151	197	189	162	157	150	229
Erasmus+ ICM KA107	Alunos - estudos															2	-	2	-
	Docentes ensino															7	4	21	21
Total		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	6	21	23	0	0
Erasmus Mundus	Alunos - estudos	0	13	8	12	0	5	0	0	3	8	-	11	-	5	-	-	-	-
	Académicos e Staff	0	0	0	0	0	1	0	0	2	3	-	1	2	5	-	-	-	-
Total		0	13	8	12	0	6	0	0	5	11	0	12	2	10	0	0	0	0
IACOBUS	Alunos - estudos																-	-	-
	Docentes ensino															11	11	-	6
	Não docentes															2	1	-	1
Total		0	0	0	0	0	0	0	0	13	12	0	0	6	4	1	2	6	8
Protocolo Brasil	Alunos - estudos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	7	-	9	-	4
	Não docentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Protocolo China	Alunos - estudos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	22	-	-	-	-
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0	29	0	9	0	5
Livre Mobilidade	Alunos - estudos	0	0	1	1	0	0	1	0	2	-	1	-	-	-	-	1	-	-
	Docentes ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	1	-	-	2	-	-
	Não docentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	1	-	1	-	2	-
Total		0	0	1	1	0	0	1	0	2	8	2	2	2	0	1	0	5	0
Total dos programas		65	110	92	102	118	145	125	125	188	238	161	190	212	239	184	196	156	242

Fonte: Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional

(*) 2018/2019- Dados provisórios

Dos 49 alunos em estágios enviados 7 são financiados pela APNOR, dos 32 não docentes enviados 28 foram pela APNOR e dos 46 docentes recebidos 15 foram oradores convidados de empresas financiados pela APNOR.

A mobilidade OUTGOING de estudantes continua a manifestar um decréscimo face aos anos anteriores, fruto sobretudo das dificuldades económicas dos nossos alunos, para os quais as bolsas atribuídas não são suficientes para suportar os custos da estadia num país estrangeiro.

Já ao nível da mobilidade STAFF e Docente os números continuam a subir, fazendo-se um bom aproveitamento do financiamento do Consórcio NOW Portugal – APNOR, do qual o IPVC é parte.

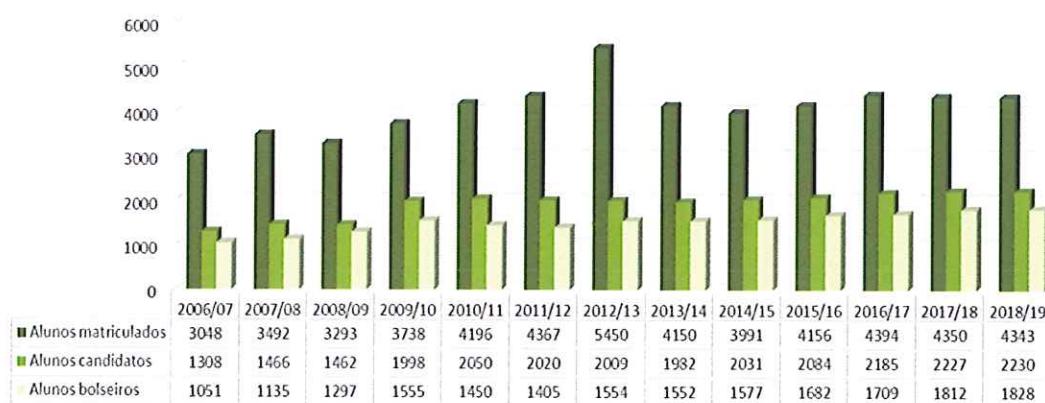
Também a mobilidade INCOMING, sobretudo ao nível de Docentes e STAFF, apresenta números que mais que duplicam, face a 2017/2018, sendo prova da atratividade da nossa instituição no âmbito destes projetos.

ln
h
BR
Muniz

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

No ano letivo 2018/19 candidataram-se a bolsa de estudo 2.230 alunos (51,3% dos alunos do IPVC) e obtiveram bolsa de estudos 1.828 alunos (42% dos alunos do IPVC). Verifica-se que nos últimos três anos a tendência do número de alunos matriculados tem vindo a diminuir versus o número de bolsas de estudo atribuídas o que reflete o impacto que a crise económica teve nas famílias dos alunos do IPVC e na região em geral.

Evolução do número de alunos bolseiros do IPVC



Beneficiaram ainda de apoio durante o ano de 2018, no formato de bolsa de apoio social, 38 alunos, pretendendo-se para além de apoiar economicamente os alunos mais necessitados, estimular igualmente o desenvolvimento do estudante como um todo, na certeza que para além de permitir reduzir as situações de abandono escolar, este formato de apoio irá contribuir de forma significativa para promover o sucesso académico e assegurar melhores condições de empregabilidade e sucesso profissional.

Verificou-se, face a 2017, uma redução do número de alunos apoiados por este sistema – de 91 para 38 – situação justificada pela falta de disponibilidade manifestada por muitos dos alunos inscritos, seja disponibilidade de horário, seja para as atividades que lhes são propostas.

Também no ano letivo 2018/2019 foram disponibilizadas nas residências IPVC 449 camas, aumentando o número de camas disponíveis face a 2017, sendo que a 31.12.2018 havia 444 alunos alojados.

Os SASIPVC dispõem de três residências com exploração direta e, através de protocolo, é assegurado alojamento para os alunos Erasmus no Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de

Fátima em Viana do Castelo, e para os alunos da ESDL que se situa em Melgaço, na Pousada da Juventude.

O número de complementos de alojamento atribuídos, ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, foi no ano letivo de 2018/2019 de 437 com o encargo anual de 296.141,85 €.

No Gabinete de Saúde foram disponibilizadas 694 consultas, entre consultas de psicologia e enfermagem, e nutrição, sendo que praticamente 75% da população académica já utilizou os serviços do Gabinete de Saúde.

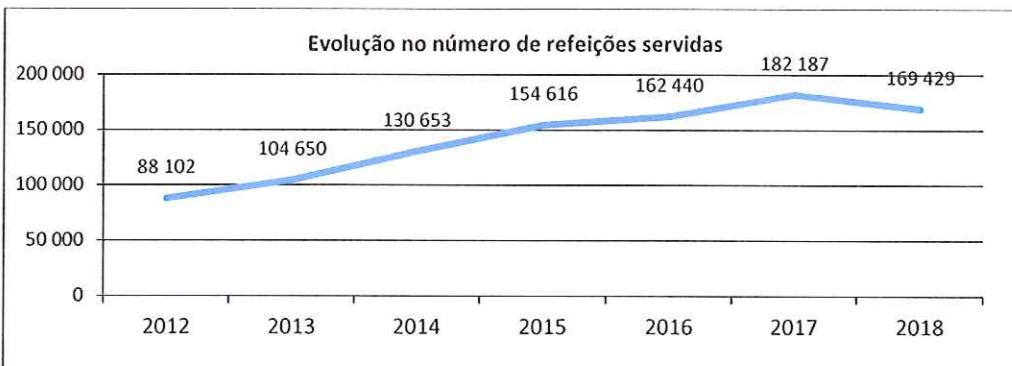
O Centro Desportivo do IPVC tem sob sua responsabilidade as seguintes instalações:

- Centro Académico: onde se encontra uma sala para sede do Centro Desportivo, bem como um Centro de Fitness;
- Campus da ESTG: dois campos de jogos exteriores e balneários;
- Campus da ESE: um campo relvado sintético de futebol de 7.

O Centro de Fitness de Viana do Castelo é a estrutura responsável por assegurar atividades físicas com carácter contínuo e regular para a instituição, servindo alunos e trabalhadores e, através de protocolos, algumas associações desportivas, bem como alguns externos à Comunidade IPVC.

Verifica-se que relativamente aos últimos três anos o nº. de acessos ao Centro de Fitness diminuiu, situação que se justifica, a nosso ver, pela vasta oferta do exterior a preços bastante apelativos assim como à falta de publicidade e incentivos oferecidos aos utentes do Centro Desportivo.

Os SAS, através da área da alimentação, asseguram à comunidade académica refeições de elevada qualidade a preços subsidiados, sendo possível diariamente a opção entre carne, peixe, dieta, vegetariano, sugestão do chefe e grill. O preço de referência das refeições é, nos termos da Lei nº. 71/2017, de 16 de agosto, indexado a 0,63 % do Indexante de Apoios Sociais em vigor no início de cada ano letivo.





PB
Muniz

O número de refeições no ano de 2018 relativamente ao ano de 2017 diminuiu em 12.758 refeições. Esta situação justifica-se, a nosso ver, devido a um maior número de adesão dos colaboradores a greves da função pública, ao facto de o ano letivo ter iniciado 1 semana mais tarde e pelo encerramento de um mês da cantina da ESA para mudança de instalações.

Dentro da estratégia de reforço dos serviços prestados aos alunos, no ano de 2018 foi marcado pelo lançamento da BIRA IPVC. Este projeto enquadra-se no âmbito do projeto U-Bike Portugal que visa promover a mobilidade suave com enfoque na bicicleta. É ainda objetivo deste projeto sensibilizar a comunidade académica para a importância de adotar hábitos saudáveis trocando o automóvel pela bicicleta o que, para além de promover o bem-estar físico, contribui para uma poupança significativa nas deslocações ao final do mês.

O BUS Académico, que teve o seu início no ano letivo de 2015/16, no decorrer de 2018 teve 197 utilizadores com passe mensal e 548 utilizadores pontuais (com bilhete diário). Desde a sua implementação a adesão a este serviço tem vindo a aumentar no que respeita aos utilizadores de passe mensal. Quanto aos utilizadores de bilhetes diários o seu número em 2018 aumentou relativamente ao ano de 2017, mas não atingiu a adesão verificada no ano de 2016.

Este serviço de transportes *low cost*, é assegurado pelo IPVC, em conjunto com a CIM do Alto Minho e cobre os dez concelhos da região: 34 localidades estão interligadas com as seis escolas do IPVC, com um custo que oscila entre os 0,50 centavos e 1,33 euros por dia.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS IPVC 2018

MONITORIZAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO POR EIXOS

Capítulo II – MONITORIZAÇÃO PLANOS DE AÇÃO POR EIXOS
EIXO 1 – EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO

Objetivo	Ações	Subações	Prazo	Indicadores	Meta 2018	Resultado	Tendência
	2. Diagnóstico de acreditações/reconhecimentos de formações já existentes e oportunidades de novas	Mai.2018	CURSOS APROVADOS /CERTIFICAÇÕES	100%	2009-2016: NCE acredit.-84%; 2016 submetidos 6 NCE:4 Lic. e 2 Mest. 2017- Submetidos 4 NCE:1 Lic. e 3 Mest; 2018 – Submetidos 6 NCE:1 Lic e 5 Mest.		→
E1_OE1_OO1	E1_OE1_OO1_A1 Monitorizar a oferta formativa e os processos de formação numa atitude institucional de autoavaliação	3. Diagnóstico do que acreditações/reconhecimentos institucionais (incluindo ranking) já existentes e oportunidades de novas avaliações externas;	Mai.2018	ACEF: 2009-2015: 100% acr. 2016: 1 mest. Não Acr.(CP) 2017: 1 mest. Não Acr.(CP)	NCE Não Acreditados: 2015: 2 lic. 2018- 1 lic.	Submetida Acreditação EURACE pela OE- lic. ECA – Não Acreditado	→

	<p>-Turismo – certificação UNWTO TedQual</p> <p>2016- Acreditação OE+ACCEDE-IPVC - acreditadas 2 Ações</p> <p>Formação: - Reconhecimento Cursos ESDL: Lic. DL formação treinador ATLETISMO e de SURF; Mestrado TD à formação treinador ANDEBOL, ATLETISMO e de FUTEBOL</p> <p>- Atualização ESTG como Entidades Formadora</p> <p>Acreditada por CCPFC</p> <p>Em curso acreditação pela ACOVENE da lic. Em EV da ESA.</p>	<p>2016 (6 Lic. c/<10%):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eng. do Amb./CTA (0%) - Gestão (noturno) (3%) - EERC (3%) - ESSER (3%) <p>→</p>
	<p>LICENCIATURAS com < ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE PROCURA</p> <p>Out. de cada ano</p> <p>1. Analisar nas licenciaturas ÍNDICE ATRATIVIDADE (CNA e ou outros regimes e razões associadas</p>	<p>Reducir N.º Lic. com <10% atratividade</p> <p>(Cand. 1ºOp 1ª fase/ vagas)</p>

Analisar tendências dos potenciais candidatos ao ensino superior
 (Aumentar Índice de Força de atratividade do IPVC em particular nos candidatos do distrito de Viana)

<p>quanto menor %, menor a atratividade</p>	<p>- CF (pós-laboral) (5%) - ECA (6%)</p> <p>2017 (6 Lic. c/<10%): - Eng. Mecatrónica- 0,0% - ECA-0,0% - ESER-0,0% - EAIm-3,3% - CTA-4,5% - Gestão (noturno) - 5,0</p> <p>2018 (7 Lic. c/<10%) - Geoinformática- 0,0% - EA-0,0% - ESER-0,0% - EB – 7,8% - ECA- 2,8% - Eng. Mecatrónica- 3,3% - Gestão (nocturno)- 7,5%</p>	<p>2014: 831,20% -Turismo = 92,59% -Gestão = 131,58% -Enfermagem = 159,09% 2015: 843,76% -Turismo = 52,63% -Gestão = 147,06% -Enfermagem = 129,63%</p> <p>ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DA PROCURA Vagas iniciais (1.ª fase)/candidatos 1.ª opção (1.ª fase) ≤500% Índice Médio IPVC</p>
<p>E1_OE1_OO1_A2 Análise da OFERTA FORMATIVA para aumentar a ATRATIVIDADE</p>	<p>1. Analisar nas licenciaturas ÍNDICE ATRATIVIDADE (CNA e ou outros regimes e razões associadas)</p>	<p>Out. de cada ano</p>



(Aumentar Índice de Força
de atratividade do IPVC em
particular nos candidatos do
distrito de Viana)

Análise por curso: vagas preenchidas face a candidatos em 1.ª opção - Identificar cursos que tenham obtido menos de 50% de candidatos

Dados DGES:
quando aumenta %,
diminui atratividade

2016: 931,2%
- Turismo = 75,8%
- Gestão = 151,5%
- Enfermagem =

S - de	CANDIDATOS 1 ^a FASE 1 ^a OPÇÃO / VAGAS TOTAIS	Mar. de cada ano ≥ ao ano anterior														
<p>2017: 658,9% (N=368%; Pol.=558,4%)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Turismo = 68,5% - Gestão = 102,0% - Enfermagem = 134,6% <p>2018: 621,1% - Turismo = 73,5% - Enfermagem = 107,7% - Gestão = 113,6%</p>	<p>Ocupação de Vagas</p> <table> <tr> <td>2010: 61%</td> <td>(16CE<50%)</td> </tr> <tr> <td>2011: 51,1</td> <td>(14CE<50%)</td> </tr> <tr> <td>2012: 43%</td> <td>(17CE<50%)</td> </tr> <tr> <td>2013: 38%</td> <td>(20CE<50%)</td> </tr> <tr> <td>2014: 32,9% (20 CE<50%)</td> <td>(21 CE<50%)</td> </tr> <tr> <td>2016: 36% (20 CE<50%)</td> <td>(20 CE<50%)</td> </tr> <tr> <td>2017: 40,8% (20 CE<50%)</td> <td>(21 CE<50%)</td> </tr> </table>	2010: 61%	(16CE<50%)	2011: 51,1	(14CE<50%)	2012: 43%	(17CE<50%)	2013: 38%	(20CE<50%)	2014: 32,9% (20 CE<50%)	(21 CE<50%)	2016: 36% (20 CE<50%)	(20 CE<50%)	2017: 40,8% (20 CE<50%)	(21 CE<50%)	 
2010: 61%	(16CE<50%)															
2011: 51,1	(14CE<50%)															
2012: 43%	(17CE<50%)															
2013: 38%	(20CE<50%)															
2014: 32,9% (20 CE<50%)	(21 CE<50%)															
2016: 36% (20 CE<50%)	(20 CE<50%)															
2017: 40,8% (20 CE<50%)	(21 CE<50%)															

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

			2018: 39,6% (20 CE<50%)	
Escolas Secundárias, Portal antigos alunos, Feiras de divulgação de oferta formativa, Portal do IPVC, Campanhas promocionais, mailing	Out. de cada ano	ÍNDICE DE PROCURA: Candidatos por vaga na 1 ^a fase	índice médio IPVC: 2014: 1,8 2015: 2,03 (N=1,07) 2016: 1,92 (N=0,98) 2017: 2,47 (N=1,04) 2018: 2,31 (N=0,97)	≥ Índice nacional ↗
GCI – junto dos psicólogos aquando das visitas às Escolas ou por email (VC, Braga, Porto)	Abr. de cada ano	CANDIDATOS DISTRITO VIANA MATRICULADOS NO IPVC / total de candidatos do distrito MATRICULADOS no país (%)	2014/15: 23,5% 2015/16: 27,7% 2016/17: 22,4% 2017/18: 23,5%	↗
	Abr. de cada ano	CANDIDATOS DISTRITO VIANA MATRICULADOS NO IPVC / total de candidatos MATRICULADOS no IPVC vindos de todo o país (%)	2014/15: 42,6% 2015/16: 49,1% 2016/17: 37,3% 2017/18: 36,3%	↗
	Out. de cada ano	ÍNDICE OCUPAÇÃO: nº colocados 1 ^a fase/vagas, (comparar c/ % nacional)	2014: 54,2% (< Polit. 58,5%) 2015: 57,3% (<Polit: 83,2%) 2016: 62,6% (<Polit: 66,6%) 2017: 67,4% (<Polit: 78,6%)	↗



- Procura do curso
(OCUPAÇÃO TOTAL =
matriculados/vagas)
Definir plano ações
- Prospeção de novas áreas
de formação/novas
abordagens para áreas já
existentes.

			2018: 60,5%
Abr. de cada ano	ÍNDICE OCUPAÇÃO: nº colocados 1ª fase-1ºopção/vagas, em relação ao nacional	≥ ano anterior Aprox. De % Nac. Polit.	2014: 30,7%-N 54% 2015: 29% - N 50,5% 2016: 29,4%-N 43,3% 2017: 29,4%-N 49% 2018: 29,7%
Out. de cada ano	CLASSIFICAÇÃO MÉDIA DO ÚLTIMO ALUNO em cada curso relativamente à média de acesso a nível Nacional 1ª fase (N)	≥ ano anterior Aprox. De % Nac. Polit.	2014:120,2 (< N 125,7) 2015:117,5 (< N 125,8) 2016:118,2 (< N 126,2) 2017:118,5 (< N 129,2) 2018/19: 118,6 (< N 129,2)
Out. de cada ano	N.º TOTAL MATRICULADOS (inscritos) no ano (final)	≥ a vagas e todas lic. >20 alunos	2014/15: 803 7 CE <20 2015/16: 991 5 CE <20 2016/17: 863 7 CE <20 2017/18: 1053 4 CE <20 2018/19: 1041 4 CE <20
Out. de cada ano	Licenciatura	CNA: 615/952*100=64,6% Todos os regimes: 803/1329*100=60,4	2014/15: CNA: 615/952*100=64,6% Todos os regimes: 803/1329*100=60,4

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

Fig



		2016/17: 322/526*100=61,2% 2017/18: 461/791*100=57,2,2% 2018/19:269/379*1 00=71,0%	
	2015/16:	266/390*100=68,2% 2016/17: 413/540*100=76,5% CTESP > 70% 2017/18: 566/413*100=73,0% (2017: 2 propostas CTESP) 2018/19:414/556*1 00=74,5%	↗ ↗
		2014/15: 72,0% Média geral IPVC >75%	2015/16: 71,0% 2016/17: 66,1% 2017/18: 70,9%
		2018/19: 70,6%	↗
E1_OE1_OO1_A3 Análise processos formativos tornando-os + aplicados, úteis, facilitadores da integração no tecido social, no mundo empresarial e no trabalho.	1. INTEGRAÇÃO DOS ESTUDANTES, ATRAVÉS DE ESTÁGIOS OU PROJETOS, em contexto de trabalho 2. INTEGRAÇÃO DOS ESTUDANTES NO MUNDO LABORAL (empresas)	Lic. e Mest. Com Estágio ou projeto/Total Jun. de cada ano	70% das Licenciat. 2015/16: 73,10% 2016/17: 73,10% 2017/18: 87,9% 70% dos Mestrados 2015/16: 64,70% 2016/17: 70,60% 2017/18: 43,30
		Nº de estudantes de Lic.. PRÁTICAS DE CONTEXTO DE TRABALHO NA REGIÃO/nº total estudantes	2014/15: 556/3120=17,8% 2015/16: 502/3168=15,8% 2016/17: 587/3054=19,2% 2017/18: 1030/2876= 35,8%

com AA, Promover comunicação com o meio empresarial (Inq. EE). Ações de sensibilização para fomento do empreendedorismo/softskill s. Promoção das Competências dos diplomados a instituições empregadoras nas áreas dos C.E. com taxas de desemprego mais elevadas. Ligação a CME	Aumentar % (aproximar da Média nacional-N) Nº Licenciatura	2014: 87,8% (N:91,4%) (NgD:8,6%)-Enf. (4,8%); ECGM (6,9%); Agronomia (7,5%); Biotec. (7,5%) 2015: 88,5% (N:91,9%) (NgD: 8,1%)-EI (1,1%), Enf (4,4%), CF (6,5%), GDL (7,3%), EB (7,4%)	2016: 90,4% (N:91,9%) (NgD:7,2%)- OGE DEEMPREGO < MÉDIA NACIONAL(NgD)	2017: 92,2% (N: 94,5%) (NgD: 5,5%)-Enf (1,5%), EB (3,0%), EI (3,1%), CF (4,6%), EERC (4,4%), ESER (4,9%); CTA (5,1%)
E1_OE1_OO2 Harmonizar a oferta formativa de forma	MATRIZ DE UNIDADES CURRICULARES	E1_OE1_OO2_A1 Definição de uma 2.Identificar matérias comuns a várias formações; 3.Elaborar um "portfólio" de UC comuns a várias formações;	Dez.2018 Mar.2019	1.Efetuado 2.3 Em desenvolvimento →
		% DE UC COMUNS (por ciclos de estudos)	-	

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

transversal e interdisciplinar do IPVC	COMUNS por níveis de formação	Propor um plano de implementação. 1. Diagnóstico de necessidades: levantamento e análise participada de necessidades de formação - inputs: Inq. Nec. Form; IASQE e DSD	Mai.2019	Taxa de PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES NO DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES de Formação Pedagógica	≥ ano anterior	2016/2017 37,5% (122 de 325 docentes). 2017: Formação MOCE (OLIN College de 1 docente IPVC para formar internamente) 2018: Formação MOCE (OLIN College de 1 docente IPVC para formar internamente)
E1_OE1_OO3_A1 Planeamento e realização de FORMAÇÃO PARA DOCENTES VISANDO o APERFEIÇOAMENTO DE COMPETÊNCIAS PEDAGÓGICAS e sua eficácia educativa	E1_OE1_OO3 Identificar, avaliar e disseminar as melhores práticas de ensino/aprendizagem	2. Planeamento inicial de projeto de formação pedagógica de docentes; incluindo MOCE, Coaching, softwares específicos e uso do Moodle	Jun.2018	Nº de ações de formação pedagógica	4	A implementar em 2018/19
		3. Implementação, monitorização e avaliação do projeto de formação pedagógica de docentes	Dez.2019	GRAU DE SATISFAÇÃO ALUNO com docentes	3,5	2016/17: 91,3% (3,7) IASQE-2,97% docentes com avaliação = <2
						2017/18: 92,75%

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

E1_OE2_001_A1	Auscultar e monitorizar a adequabilidade e da oferta formativa e concretizar a sua divulgação para identificar as necessidades de formação	Constituição de REDE PARTILHADA DE EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO CONSELHO ESTRATÉGICO DO ALTO MINHO	1.1- Criação de base de dados p or tipologia com agentes de desenvolvimento (Agrupamentos escolares; Escolas Profissionais; IEFP; ANESPO; CIM; Associações Profissionais	Jul.2019 Bienal	GRAU de ADEQUABILIDADE DA OFERTA FORMATIVA (agentes de desenvolvimento)	1.1-Realizado 1.2-Inq. Ent. Externas- 2016: - Satisfação com Diplomados- 4,3 (86% satisfação) - Imagem IPVC- 4,0 (80%) 2017: - Satisfação com Diplomados- 4,2 (84% satisfação) - Imagem IPVC- 3,9 (78%) 2018: Bienal(realizado em 2019)	IASQE- 1,65% docentes com avaliação =<2,5 4 ↗

E1_OE2_OO2	E1_OE2_OO2_A1 Estruturar a oferta formativa dirigida à formação de ativos-formação ao longo da vida	Ação integrada em: E1_OE1_OO3_A1	-	-	-	A criação de conteúdos será substituída por formação docentes com ações em 2019.	→
	E1_OE2_OO2_A2 Criação de AÇÕES DE CURTA DURAÇÃO, opcionalmente integradas na oferta formativa do 2º ciclo	1. Identificar UC/Módulos de 2º ciclo que possam prefigurar uma oferta de curta formação continua; 2. Identificar formações contínuas /especializadas; 3 seleção e implementação de cursos	Dez. de cada ano	No ações realizadas	4	2016: 3 2017: 3 2018: 9	■
			Grau de satisfação dos participantes nas ações		2,75	2016: 4 2017:3.99 2018: 4.8	✓

O IPVC dispõe de procedimentos para criação, reestruturação, suspensão, extinção de ciclos de estudos que asseguram o seu alinhamento com a estratégia institucional, a adequabilidade às necessidades da sociedade e ao perfil dos estudantes, a exequibilidade (objetivos de aprendizagem, planos de estudo, UCs, ECTS).

A aprovação da oferta formativa pela Presidência envolve auscultação das partes interessadas (ex. inquéritos estudantes, diplomados, Gab. Orientação Profissional Escolas, entidades externas, recetores de estágios), e informação obtida através de reuniões formais e informais (ex. "Emprego à mesa", Projeto Ativar, Cimeira IPVC). Neste processo são também integrados resultados da autoavaliação (auditorias internas, relatórios de curso) e resultados de avaliação pela A3ES e, se aplicável, por outras entidades de acreditação/reconhecimento de formações. Posteriormente, a proposta é analisada e submetida a aprovação do CTC mediante pareceres do GD, AC, CP, direção da UO e entidades externas.

O processo Formação enquadra os procedimentos de gestão da atividade letiva: Ensino, aprendizagem e avaliação centrados no estudante, com mecanismos que asseguram o planeamento e execução, monitorização, análise e avaliação da atividade letiva com vista à melhoria contínua e inovação, envolvendo neste processo todos os Órgãos e partes interessadas relevantes.

A participação dos estudantes na garantia da qualidade do ensino aprendizagem é assegurada pela sua participação no Conselho Geral, Conselho Pedagógico, Comissão de Curso (CC), GAQ (incluindo integração em auditorias internas), Associações e Federação de Estudantes e no Conselho de Ação Social-SAS, delegados de turma. Os estudantes, semestralmente, participam no Inquérito “Avaliação Satisfação Qualidade de Ensino” (IASQE), onde avaliam a escola, o curso, UCs/ECTS e desempenho dos docentes. Os resultados do IASQE são publicados na ON.IPVC e analisados por docentes, Coordenador e CC, CP, e Direção da UO.

Após a certificação do Sistema de Gestão pela A3ES em 2013, registaram-se melhorias substanciais no planeamento, monitorização e avaliação das atividades do processo FORMAÇÃO, nomeadamente a consolidação da funcionalidade “Atividade Letiva” no SI ON.IPVC.PT que gere documentos centrais do Ensino Aprendizagem (PUC, RUC); com integração automatizada de resultados da avaliação, assiduidade e grau de satisfação dos estudantes; horários; registo da assiduidade de estudantes e docentes; sumários, etc. Consolidou-se o sincronismo entre ON.IPVC e Moodle, sendo que PUC, sumários e assiduidade migram automaticamente para a 2^a plataforma. O Moodle facilita a disponibilização de recursos pedagógicos e optimiza a comunicação docente-estudante com vista à progressiva autonomia do estudante.

Além disso, realça-se ainda o reforço de auditorias especificamente orientadas à atividade pedagógica, com participação de estudantes, docentes e parceiros de outras IES, a revisão do IASQE, a implementação de estratégias para acolhimento e integração dos estudantes (projeto FCT - 125/I/D/2014 - “Acolhimento nas IES Portuguesas; programa de Mentorias interparas) e mecanismos para a prevenção do abandono académico e promoção do sucesso académico.

Relativamente ao abandono académico foi criado um mecanismo de sinalização preventiva e avaliação que integra: 1) sinalizar estudantes com reprovação em todas as UCs do semestre ou sem assiduidade 3 semanas seguidas, com alerta ao Coordenador de Curso; 2) intervir, quando o estudante

apresenta intenção de anular matrícula, os SAC informam o Gab. de Saúde-SAS e Direção da UO ativa o grupo de mediadores (psicóloga e 2 a 3 docentes) para reunir com o estudante, identificar razões de intenção de abandono, apresentar medidas disponíveis (apoio social, pedagógico e psicológico) e em conjunto viabilizar a permanência do estudante; 3) avaliação do abandono, no seguimento da anulação efetiva de matrícula, os SAC informam o Gabinete de Saúde que contacta o estudante para avaliar motivos e tipo de abandono e viabilidade de retorno. Os resultados deste processo são discutidos em vários órgãos, partilhados com outras IES como benchlearning (CNaPPES-2016, FORGES-2018; dqie-esenfc-2018; projeto BeQA@HE com UTAD) e é elaborado um Relatório Anual.

O sucesso académico e a integração ensino-investigação tem sido uma preocupação institucional, sendo as principais medidas desenvolvidas (apesar da necessidade de se tornarem mais transversais): 1) programas de tutorias integradas no currículo, com momentos formalmente estabelecidos no horário dos estudantes; 2) mentorado por professores ou pares para o desenvolvimento de softskills ou competências em domínios específicos; 3) cursos complementares em áreas de maior insucesso (ex. <http://www.ipvc.pt/estg-mini-curso-fundamentos-matematica-2017/>); 4) estudos (Projeto FCT - 178/ID/2014, "Plataforma M@t-educar com sucesso"); 5) trabalhos interdisciplinares e/ou trabalhos em contexto real (ex. Proj. Integrado Individual da ESCE, Proj. Escola Inclusiva da ESTG, residências artísticas e masterclass, estágios curriculares e extracurriculares; Prog. Supervisão em Ensino Clínico e Prog. de Formação para Gestores Pedagógicos externos da ESS, concursos de geração de ideias e de desenvolvimento de produtos e planos de negócios), garantindo sempre uma componente investigação ligada ao percurso do estudante, como é o caso do Poliempreende, entre outros.

O IPVC lidera 2 projetos internacionais (ERASMUS+), em parceria IES europeias e entidades regionais de desenvolvimento de estratégias inovadoras/ativas de Ensino Aprendizagem e aproximação dos estudantes ao mundo profissional (Rural 3.0: Service Learning for the Rural Development; INCOME: Innovative Cooperation Business-HEI Learning Model for Tourism). Está também em curso um plano de formação para Pessoal Docente de atualização em metodologias pedagógicas. No diagnóstico de necessidades de formação, 45% referiu interesse em metodologias ensino baseadas em PBL e Team-based learning, 75% formação em técnicas inovadoras de avaliação (ex. autoavaliação e avaliação por pares) e 71% em TIC. Em 2018 decorreu formação na metodologia MOCE- "Designing Student-Centered Learning Experiences" por um docente do IPVC que efetuou um curso intensivo



"Collaboratory Summer Institute 2017" no Olin College of Engineering. Em 2019 estão previstas novas formações (ex. software de plágios, Service Learning). A estratégia de aplicação destas metodologias, passa por reestruturar programas, baseando-se no PBL, na multidisciplinaridade dos projetos, envolvendo várias áreas e orientando o ensino principalmente de UC's em que há maior insucesso (ex. Física, Matemática, Álgebra, Geometria, Estatística e Investigação Operacional) para abordagens mais práticas e aplicadas.

6
M
P
E
Z.

EIXO 2 – I+D+I E TRANSFERÊNCIA

Objetivo	Ações	Subações	Prazo	Indicadores	Meta 2018	Resultado	Tendência
E2_OE1_001_A1 Elaboração, e implementação, de um REGULAMENTO que enquadre a participação dos docentes do IPVC em ID&I e transferência	2. Elaboração do regulamento	Set.2018		Regulamento Publicado	publicação o Jan. 2019	Reunião com AC e representantes de CI e UI	Auscultação e estudo de “boas práticas” efetuado. → →
E2_OE1_001 Potenciar a investigação e transferência de conhecimento e tecnologia	3. Discussão Pública	Dez.2018				2- Elaborada proposta de regulamento-aguarda aprovação	3- Não Efetuado
E2_OE1_001_A2 Elaboração de um plano que, articulando de forma transversal as competências instaladas, as necessidades da sociedade e as oportunidades	1.Rever levantamento das competências humanas e materiais 2.Criação de ficha curricular na on.ipvc.pt de docentes 3. Ouvir a sociedade e estudar as oportunidades de financiamento	Dez.2018		Ficha criada % Fichas preenchidas	30% 2. Não Efetuado		20% 2016: 10/29 =34% ↗

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

de financiamento, defina projetos prioritários de ID&I e transferência	4. Definir um plano de projetos prioritários de ID&I e transferência	Dez.2018	% de projetos transversais a várias áreas científicas	2017: >10%	Plano de projetos prioritários de ID&I e transferência em desenvolvimento (projeto ATIVAR)
				2018: NM	
E2_OE1_OO2_A1 Transformação das atividades de ID&I e prestação de serviços em PRODUÇÃO	COMITÉ TÉCNICO-CIENTÍFICO DA OTIC e adaptar estrutura à criação das UI submetidas à FCT	Dez.2018	Criação de Comitê Científico da OTIC	Comitê criado	
E2_OE1_OO2_F	2- Realizar workshops das AC com o INPI e/ou OTIC	Dez. de cada ano	Número de PUBLICAÇÕES	2016: 527 (estimativa Scopus) NM aplicar repositório	→
E2_OE1_OO2_A2	3 - Aumentar o nº de docentes com centros de custos e a respetiva dotação	2018	Número de PATENTES	2015: 0 2016: 0 2017: 0 2018: 0	→
			% docentes que participa em ID&I com, pelo menos, 1	2016: Não monitorizado.	→

			publicação (revista/congressos)	
				NM Definir com OTIC método recolha informação.
E2_OE1_OO2_A2 Construção, e/ou reforço na utilização, de ferramentas que permitem a divulgação das competências humanas e materiais existentes, bem como dos trabalhos/projet os de ID&I e Transferência realizados e em execução	<p>1. Levantamento de requisitos da PLATAFORMA para divulgação das competências humanas e materiais e dos trabalhos /projetos de ID&I e Transferência do IPVC</p> <p>2. Desenvolvimento e teste da plataforma informática</p> <p>3. Alimentação da plataforma com o histórico de dados</p>	<p>Abr.2018</p> <p>Abr.2018</p> <p>Dez.2018</p>	<p>Plataforma carregada com informação de competências humanas e materiais (GD) e gestão dos projetos</p> <p>- com financiamento do projeto ATIVAR</p>	<p>A plataforma está prevista entrar em fase de testes em janeiro de 2019</p> <p>→</p>
				<p>Por homologar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regulamento de repositório -Política de Acesso Aberto -Política de Preservação <p>FALTA definir Política de Publisher copyright &</p>

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

		self-archiving (incluindo direitos de autor)		
E2_OE2_001_A1 Integração e dinamização de “Fórum de boas práticas network” com os representantes das empresas e instituições (incluir eventos, criação de redes de conhecimento...) e criação de lobbies que promovam o IPVC junto das empresas	(ANULADA A CONSTITUIÇÃO DO FORUM, SUBSTITUIDO POR PLATAFORMA OTIC DE GESTÃO DE RELAÇÕES COM EMPRESAS)	nº de Empresas registadas na plataforma OTIC	2016: 0 2017: Não monitorizado 2018: Não monitorizado	✓
E2_OE2_001 Potenciar a ligação entre a ID&I e as necessidades das empresas da região	Novas ações definidas: - Cimeira IPVC - Ações do Projeto ATIVAR - Implementar UI (FCT) - Encontros Técnico-científicos com participação de empresas (melhorar monitorização)	2019 nº de eventos sectoriais que promovam relação de proximidade com o tecido empresarial	Forum não implementado 2016: >10 2017: >20 2018: >58	✓

	E2_OE2_OO2_A1 DEFINIÇÃO DE “PROJETOS ÂNCORA” DOS CURSOS (licenciatura/mes trados) com as atividades de IDI envolvendo estudantes, docentes e, sempre que possível, outros parceiros	1. Identificar das boas práticas de ciclos de estudos (licenciaturas e mestrados) que tenham desenvolvido projeto relevantes (ID&I) envolvendo a academia e entidades externas públicas e privadas	Nov.2018	nº de “projeto âncora de cursos”	2016: submetido 5 projeto FCT (com esta verente)	10	2017: Não monitorizado Definir método recolha informação.	→
E2_OE2_OO2 Potenciar a ligação entre a ID&I e as áreas de formação com potencial de maior empregabilidade	2. Disseminar e adotar internamente as boas práticas de projetos identificados	Jan.2019	com as atividades de ID&I	com as atividades de ID&I	2016: submetido 5 projeto FCT (com esta verente)	10	2017: Não monitorizado Definir método recolha informação.	→
	3. Monitorizar e divulgar interna e externamente todos os projetos âncora desenvolvidos	annual			2016: submetido 5 projeto FCT (com esta verente)	10	2017: Não monitorizado Definir método recolha informação.	→
E2_OE2_OO2_A2 Implementação / consolidação da prática de divulgação anual aos alunos da atividade de ID&I dos docentes na área do curso	1. Desenvolver ficha curricular (tipo A3ES) dos docentes. Esta ficha deverá surgir na página pessoal do docente no portal IPVC, e ligação a informação do Curso no Plano Estudos	Dez.2018	Nº de docentes com FICHA CURRICULAR PUBLICADA (validação pelo CTC)	90%	1.Não efetuado (prazo revisto-2019)		2.Não efetuado (prazo revisto-2019)	↗

2. Atualizar repositório IPVC de forma a que todas as informações sobre o trabalho I&D dos docentes possa ser “ligado” RC.	<p>3. Criação de e-newsletter de divulgação à comunidade IPVC e externa, de ID&I (e novidades do RC-IPVC).</p> <p>4. Inserir no RAC item de projetos Âncora dos cursos com atividade IDI com integração direta dos alunos na atividade (OO2_A1).</p>	<p>Nº de NEWSLETTERS IDI</p> <p>4</p> <p>(criada apenas 1 newsletter ESDL)</p> <p>(prazo revisto-2019)</p> <p>2018: 12 - newsletter mensal na ESDL</p>	<p>3. Não efetuado</p> <p>(criada apenas 1 newsletter ESDL)</p> <p>(prazo revisto-2019)</p> <p>2018: 12 - newsletter mensal na ESDL</p>
E2_OE2_003 Reforçar a ligação do IPVC a outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e Internacional.	E2_OE2_OO3_A1 Aumento do número de docentes com VÍNCULO A UNIDADES DE INVESTIGAÇÃO (Acreditadas ou não pela FCT)	<p>% de DOCENTES COM VÍNCULO A UI's</p> <p>Nov.2018</p> <p>≥ ano anterior</p> <p>(Diferenciar em Nº UI's IPVC e Externos).</p>	<p>2009: 55 2010: 56 2011: 73 2012: 74 2013: 77 2014: 80 2015: 97</p> <p>2016: 104/321= 32,4%</p> <p>2017: 108/338= 32,0%</p>

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

				2018: 160/349= 45,8%
E2_OE2_003_A2	1. Criar mecanismos para facilitar o acesso às oportunidades de financiamento de IDI, para promover a realização de projetos em coparticipação	% de projetos em parceria	2016: 19 2017: 48 2018: 59/71=83%	7
Incremento do número de colaborações de ID&T em parceria com elementos de outras instituições	Dez.2018	50%	% de comunicações em coautoria com elementos de outras instituições)	sem dados (implementar RC-IPVC) 8

A política de I&DT+i do IPVC é definida e articulada, ao nível de mecanismos de gestão das atividades e de recursos (RH, materiais, equipamentos, infraestruturas e financeiros), objetivos e indicadores, com o Plano Estratégico, Planos de Atividades e o Sistema de Gestão-IPVC. O IPVC releva a participação ativa de elementos externos na definição de mecanismos de garantia da qualidade da I&D, através de iniciativas de auscultação de entidades parceiras em projetos, em Prestação de Serviços Especializados (PSE), em programas de mobilidade (em particular IACOBUS e Erasmus Staff) ou outras iniciativas de caráter técnico-científico, assim como a activa participação em consórcios e em Incubadoras (incluindo a INCUBO). Destaca-se ainda o Projeto ATIVAR-IPVC (<http://www.ipvc.pt/ativar>), o Interface de Partilha e Valorização Regional Conhecimento.

É no Processo Gestão da Investigação (GIN), coordenado pelo Vice-Presidente do IPVC, com elementos da OTIC e coordenadores das Unidades de Investigação, onde se definem e reveem periodicamente procedimentos, indicadores e metas. São também realizadas reuniões periódicas com Coordenadores das Áreas Científicas, presidente CTC, Direções e investigadores para discussão dos mecanismos de garantia da qualidade no IDI. Nas auditorias internas têm colaborado parceiros de outras IES.

O processo GIN integra gestão de projetos, PSE e gestão das Unidades de Investigação, com procedimentos, planos de ação, indicadores e metas que garantem o planeamento, monitorização e retroação, através da recolha de indicadores, incluindo posicionamento em rankings (SCIMAGO, U-Multirank), avaliação satisfação de parceiros e investigadores, auditorias, gestão ocorrências, elaboração relatórios semestrais e finais de execução do projetos/PSE e Relatório Anual de Processo, informação fundamental para rever riscos e oportunidades e planos de melhoria do eixo I&DT+i. Há procedimentos para apresentação de ideias de projetos e, se aprovadas, são elaboradas propostas de operacionalização (inclui o controlo da qualidade, riscos associados, indicadores de realização e disseminação).

Está instituído o regulamento de propriedade intelectual e procedimentos para a criação ou extinção de Unidades de Investigação – em 2018 submetidas à FCT as primeiras UI: ARC4Digit; CISAS; PROMETHEUS –, participação em UI (o IPVC integra o CIDESD, CIMO, UICISA:E, UNIAG) e participação de investigadores do IPVC em UI externas. De referir ainda a Unidade de Microbiologia Aplicada (UMA-IPVC) acreditada pelo IPAC e que colabora nos projetos de ensino, de IDI e desenvolve PSE. Iniciou-se a implementação dos regulamentos de PSE à Comunidade, de Spin-off e o Regulamento da OTIC.

A OTIC, promove e divulga oportunidades de I&DT+i, apoia a proteção do conhecimento e colabora na sua transferência, estimulando desta forma a inovação e a competitividade do tecido social e empresarial. Colabora também na divulgação das atividades, através da disponibilização de informação no Portal da OTIC. IPVC e cooperação nas ações efetuadas via UI, AC e Escolas.

Os projetos e PSE que o IPVC tem desenvolvido (2013-2018: executou 14.640.192,57€; 2017: 600.000€; 2018: >2M€; n.º projetos mais que duplicou de 2016 a 2018) e o recente estudo da ANI, 2019 sobre IDI nos IP's, demonstram a positiva evolução e a forte ligação ao exterior. Há monitorização da eficiência ao nível das taxas de aprovação de candidaturas (2018:63%) e da execução física financeira e (>95%).

A entrada em funcionamento da Plataforma de gestão do I&DI+i, agilizará procedimentos de gestão da I&DT+i e a articulação com a envolvente. A implementação da OTIC como Unidade Funcional reforçará a capacidade de resposta aos desafios da sociedade do conhecimento.

h *Maria*
h *BZ*

EIXO 3 – COMUNIDADE IPVC

Objetivo	Ações	Subações	Prazo	Indicadores	Meta 2018	Resultado	Tendência
E3_OE1_OO1_A1 Criação da estrutura de suporte ao funcionamento da Comunidade IPVC	1. Definição do modelo organizacional 2. Implementação da estrutura 3. Elaboração <i>Balanced Scorecard</i> para acompanhamento Comunidade	Jul.2018 Dez.2018 Dez.2018	Estrutura da Comunidade criada	100%	1,2,3-Não Efetuado (prazo revisto-2019)		
E3_OE1_OO1 Construir a Comunidade IPVC	1. Definição das especificações da plataforma de suporte 2. Desenvolvimento e implementação de relações da Comunidade IPVC 3. Revisão dos mecanismos	Dez.2018 2018 2018	Nível de participação na plataforma por parte de toda a comunidade (por target)	45%	1. Não Efetuado (prazo revisto-2019) 2.	Apenas poderá ser realizada após implementação da comunidade.	

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

E3_OE1_OO2_A1 Criação da REVISTA COMUNIDADE IPVC	1. Discussão sobre o TÍTULO E A LINHA EDITORIAL DA REVISTA.	Mai.2017	Satisfação dos leitores	80%	2017: Realizado. Título: IPVC Academia (online) ☒
	2. Criação da DIREÇÃO, COMISSÃO DE REDAÇÃO E CONSELHO EDITORIAL da Revista	Jul.2018	Nº de assinaturas	750	Em desenvolvimento. A direção e Conselho Editorial) ☒
	3. CONCEÇÃO DA LINHA GRÁFICA da REVISTA, layout de capa	Dez. 2018	Nº de downloads	350	3. Não Efetuado (prazo revisto-2019) ☒
			Número de participantes	200	Ação substituída pela CIMEIRA IPVC a partir de 2018 ☒
E3_OE1_OO2 Divulgar a comunidade IPVC	1. Criação do conceito e planeamento do evento 2. Angariação de apoios 3. Elaboração plano de comunicação	2018	Perceção sobre valor da comunidade, incluindo sentimento de pertença	75%	
	E3_OE1_OO2_A2 Gala anual Comunidade IPVC - ANULADA				Programa não publicado ☒
E3_OE1_OO3 Conceber e dinamizar atividades que criem valor para a	E3_OE1_OO3_A1 Desenvolvimento de um PROGRAMA DE ATIVIDADES CULTURAIS E LÚDICAS	Fev. 2018	Nº de atividades realizadas em relação às planeadas	≥ 3 (3 planeados)	2017: 3 2018: 3 ☒
	2. PROGRAMAR INTEGRADAMENTE CICLOS	Mar.2018	nº de atividades	6	2.1. Não efetuado 2.2. 2017: 9 ciclos (ESE) ☒

L
FBR
A
h

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

Comunidade IPVC	DE CINEMA ORGANIZADOS nas várias UCs do IPVC		2018: não monitorizado
	3. PROGRAMAÇÃO INTEGRADA de oficinas/workshops de expressão dramática/teatro, pintura, dança, atividades de ar livre /montanha/rio/mar	Set.2018	3.1. Parcialmente Efetuado sem integração 3.2. 2017: não monitorizado NM Definir método recolha informação.
	1. Análise de interesse	Jul.2018	Participação nas atividades (em função de total colaboradores e alunos)
	2. Criação de plano de ações Identificação das áreas mais críticas, e desenvolvimento de ações de sensibilização dirigidas.	Dez.2018	1.,2. Parcialmente efetuado- G. Saúde
	E3_OE1_OO3_A2 Criação de um PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E BEM-ESTAR IPVC	Fev.2019	6
	3. PLANO DE COMUNICAÇÃO Divulgação dos serviços junto da comunidade.		1. Não Efetuado
	4. Atuação do gabinete de saúde	Dez.2018	N.º de estudantes atendidos
			2016: 98 2017: 93 2018: 349

	Nº Colaboradores atendidos	Nº atendime ntos	2016: 55 2017: 50 2018: 375	2016: 55 2017: 50 2018: 375
		Nr. Atendimentos totais	2016: 996 (598 Estudantes; 398 colaboradores) 2017: 971 (606 Estudantes; 365 Colaboradores) 2018: 724 (349 estudantes; 375 colaboradores)	2016: 996 (598 Estudantes; 398 colaboradores) 2017: 971 (606 Estudantes; 365 Colaboradores) 2018: 724 (349 estudantes; 375 colaboradores)
E3_OE1_OO3_A3 Criação um PROGRAMA DE BENEFÍCIOS IPVC	1. Identificar os interesses dos membros da comunidade 2. Identificar parceiros 3. Plano de comunicação	Jul.2018	Nº de associados	300 1. Não Efetuado ☒
E3_OE1_OO4_A1 Constituição de uma REDE DE EMPREGO entre empresas,	1. Estimular a utilização do linkedin por parte dos antigos e atuais alunos	Dez.2018	Nº de parceiros que aderem ao programa	25 A realizar após criação de programa de incentivos. ☒
E3_OE1_OO4 Criar de um programa de promoção do emprego e		Dez.2018	Nº membros da rede	210 2015: LinkedIn EMP – 410 2016: LinkedIn EMP- 1778 ☒

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

empreendedorismo	antigos alunos e alunos		Integração EMP com IPVC		
			2017: Linkedin IPVC-3091		
			2018: Linkedin IPVC - 4.834		
			2019: Reativar Linkedin EMP		
		2018		2015: 230 portal de emprego	
			Nº de ofertas totais por ano de estágio ou emprego (Portal Emprego)	2016: 484 portal de emprego 600	2017: 645 portal de emprego
				2018: 463 portal de emprego	2018:109 empresas protocoladas (ESTG:64; ESCE:9; ESA:36) ↗
E3_OE1_004_A2	1. Levantamento de empresas e identificação de potenciais mentores (Projeto ATIVAR)	Jan.2018	Nº de mentores	5	A realizar em 2019 (no âmbito do ATIVAR-IPVC) ↗
	2. Estabelecer protocolos com instituições parceiras para a criação de empresas	Nov.2018	Nº de projetos de criação de empresas apoiados	2	

CRIAÇÃO DA REDE DE MENTORES

O IPVC procura uma relação mutuamente benéfica na colaboração interinstitucional que promova a criação de valor pela permuta de recursos, competências, experiência, informação e boas práticas. Esta estratégia assenta no eixo 3 “Comunidade” <http://planoestrategico.ipvc.pt/plapc1519/99-2/> e 4 “Sociedade, Cooperação e Internacionalização” <http://planoestrategico.ipvc.pt/plapc1519/102-2/> do PE IPVC1519.

Na cooperação com a comunidade está prevista (E3_OE1_004_A2) a criação de uma REDE DE MENTORES que apoiam os empreendedores (alunos, diplomados, docentes) na criação de empresas/spin-off. São vários os programas de apoio em sinergia com a comunidade como a Escola Inclusiva, Observatório de Saúde, programa de Mecenato, sendo necessário reforçar a monitorização destas parcerias, com indicadores e metas e relatórios de atuação (também previsto integrar na plataforma ATIVAR).

A ação cultural e artística no exterior, é dinamizada através da Oficina Cultural e dos Círculos de Estudos das Artes e Design, sendo geridas pelo processo CULTURA (CUL) com um Programa Atividades em cooperação com as UO's e parceiros (portal SAS Oficina Cultural). O GEED promove ações de cooperação para cidadania e voluntariado, como o ciclo cinema e formação para voluntariado. Destaca-se ainda o projeto Academia Sénior. A ação desportiva é dinamizada pelo Centro Desportivo, em colaboração com UO's e Federação Académica e entidades parceiras locais (<http://portal.ipvc.pt/porta/page/portal/cd>, gerido pelo processo DESPORTO (DES), destacando-se ainda as “Olimpíadas Intergeracionais” e o recente protocolo com Comité Paralímpico.

O processo emprego (EMP), também integrado no sistema desde 2016 é outro exemplo estruturado e monitorizado de cooperação. O processo BUS-Académico é outro exemplo de colaboração com CIM-Alto Minho e Municípios, com objetivo de facilitar acesso ao Ensino Superior, em que se monitoriza o número de utilizadores e satisfação. Estes processos de colaboração com a comunidade (CUL, DES, EMP, BUS,..) têm indicadores de desempenho anuais, planos de ação e RAP's, sendo realizadas auditorias e avaliado o grau de satisfação.

EIXO 4 – SOCIEDADE, INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO

Objetivo	Ações	Subações	Prazo	Indicadores	Meta	Resultado
					2018	
E4_OE1_OO1_A1 Participação com o tecido empresarial e instituições da região nas candidaturas ao programa Portugal 2020.	1. Levantamento das competências humanas e materiais existentes 2. Identificar os interlocutores externos 3. Elaboração de plano de ação	Fev.2018	Nº de CANDIDATURAS submetidas	30	2016: 28 2017: 34 2018: 38 (23 apreciação favorável)	↗
E4_OE1_OO1 Aumentar as ações tendentes ao desenvolvimento regional do Alto Minho						
E4_OE1_OO1_A2 Criação de mecanismos para o desenvolvimento de estágios, dissertações ou projetos de curso	1. Definição de regras de funcionamento dos conselhos consultivos da fileira de conhecimento 2. Constituição dos Conselhos consultivos	Dez.2018	Nº de PARCEIROS INTERNACIONAIS	100	2017: 110 2018: 125	↑

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

<p>em parceria com empresas e instituições da região.</p> <p>E4_OE2_OO1_A1 Atuação junto da CIM e do Conselho Estratégico do Alto Minho para elaboração de uma estratégia de internacionalização da região e participar ativamente na sua implementação</p>	<p>3. Realização de estágios, dissertações ou projetos de curso em parceria</p> <p>E4_OE2_OO1_A1 Atuação junto da CIM e do Conselho Estratégico do Alto Minho para elaboração de uma estratégia de internacionalização da região e participar ativamente na sua implementação</p>	<p>Nº de estágios, dissertações ou projetos de lic. e mestrado, em parceria/total de alunos</p> <p>Dez.2018</p> <p>CTeSP- 262 estágios</p>	<p>2015/16: I-15.8% M-15.1%</p> <p>2016/17: I- 18,9% M-16.0% CTeSP 169 estágios</p> <p>2017/18:I- 1030/2876=35.8%</p> <p>M- 125/582=21.5%</p>	<p>2015/16: I-15.8% M-15.1%</p> <p>2016/17: I- 18,9% M-16.0% CTeSP 169 estágios</p> <p>2017/18:I- 1030/2876=35.8%</p> <p>M- 125/582=21.5%</p> <p>CTeSP- 262 estágios</p>

	<p>2017-Holanda- 30 jan a 04 fev- Missão dos IP à Holanda (Proposta de parceria com os politécnicos holandeses);</p> <p>Irlanda-22 a 26 de maio- Missão dos IP à Irlanda (Proposta de parceria com os politécnicos irlandeses);</p> <p>2018: De 15 a 21 janeiro-Presidente do IPVC- Deslocação da Delegação do CCISP a Macau, para visitas e reuniões diversas;</p> <p>De 1 a 6 de maio – Presidente do IPVC- Deslocação a Kiev, Ucrânia, para, para visitas e reuniões diversas;</p>
e tecnológico nacional	tecnologias que possam interessar ao Alto Minho

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

		De 28 a 31 de outubro – Missão a Marrocos – Reuniões diversas.	
		Dia 22 de novembro – VISITA ao IPVC-ESTG Comitiva do Instituto Superior Profissional de Zunyi, China	
E4_OE2_OO1_A2 Integração nas ATIVIDADES DE INTERNACIONALI- ZAÇÃO do IPVC dos interesses, instituições e pessoas da região	1. Promoção de ações de internacionalização de cariz educacional, científico e tecnológico que integrem agentes da região 2. Monitorização e avaliação das ações promovidas	N.º ações promovidas Relatório anual	1,2. Parcialmente Efetuado 3
E4_OE2_OO1_A3 INVENTARIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS TECNOLOGIAS INSTALADAS ou a instalar na	1. Atuação junto de atores regionais para reconhecimento e PLANEAR INVENTARIAÇÃO	CATALOGAÇÃO concluída Dez.2018	1. Não Efetuado 100% (prazo revisto-2019)

	PROJETO ATIVAR)			
região, para reter o conhecimento inerente à sua manutenção e desenvolvimento numa lógica de apoio à indústria	3. Incorporação no SIT (Sistema de Informação Territorial)	Dez.2018	Elaborar Inventariação e Catálogo	Catálogo incorporado-
E4_OE2_OO2_A1	1. Promoção de ações de sensibilização e divulgação com a colaboração de associações ligadas à mobilidade	anualmente	1, 2 e 3 implementadas.	(TOTAL MOBILIDADE ESTUDANTES:
E4_OE2_OO2	2. Apoio à mobilidade de docentes para a prospecção de empresas parceiras para acolhimento de alunos e recém-diplomados	anualmente	200 (IN) nº de MOBILIDADE formações/ estágios/investigações	2014/15 - 113 IN/ 149 OUT 2015/16 – 139 IN/ 145 OUT 2016/17 – 152 IN / 160 OUT 2017/18 - 136 IN / 121 OUT TOTAL MOBILIDADE STAFF



PD:	15/16 - 9 IN/ 34 OUT	16/17 - 54 IN/ 21 OUT	17/18 - 49 IN / 30 OUT
-----	----------------------	-----------------------	------------------------

PND

15/16-7 IN/ 16 OUT
16/17 - 33 IN/ 31 OUT
17/18 - 11 IN / 33 OUT

Parcerias estabelecidas:

2016/17: N.º protocolos ativos: 143; N.º protocolos efetivos: 61	2017/18: N.º protocolos ativos: 154; N.º protocolos efetivos: 61
--	--

2016:0
(prazo re

1

2016: 0
nº de DÚPLAS TITULAÇÕES/
1
(prazo revisado-2018)

Continuo

1. Desenvolvimento de parcerias como vista ao reconhecimento mútuo

E4_OE2_002_A2
Criação de
DUPLAS

TITULAÇÕES / GRAU CONJUNTO com Instituições parceiras.	graus, em especial com o Brasil	2018: 0	GRAU CONJUNTO
E4_OE2_001_A3 Participação do IPVC em organismos internacionais de ensino superior e redes internacionais de investigação	2. Identificação de possíveis cursos, universidades e países estrangeiros a quem se atribui especial interesse no estabelecimento de duplas titulações	Contínuo	nº PROJETOS de INVESTIGAÇÃO realizados com PARCEIROS INTERNACIONAIS
E4_OE2_003_A1 Envolvimento de docentes, alunos e "Alumni", nomeadamente os de mobilidade Erasmus, na divulgação do IPVC (encontros de alunos	1. Incremento da colaboração com os membros da UASNET, EURASHE e REDE ALIANÇA EURECA	Contínuo	2015: 4 2016: 2 2017: 8 2018: 14
E4_OE2_003_A2 Investir na atração de estudantes e investigadores estrangeiros.	1. Divulgar o IPVC nas redes sociais através da CRIAÇÃO DE PÁGINAS DIRECIONADAS A ALUNOS E ALUMNI ESTRANGEIROS 2. Investir em publicidade nas redes sociais em momentos chave das candidaturas	Jul.2018	1/2. 2017: Criado Face-book Internacional– IPVC: 177 seguidores. 2018: 201 nº ESTUDANTES INTERNACIONAIS ou em MOBILIDADE /INCOMING



Alumni, criação de portfolio, criação de vídeos de divulgação para enviar para os restantes Gabinetes Internacionais)	3. Dinamizar as Semanas Internacionais	2015/16: 117 IN + 6 Estudantes Internacionais 2016/17: 130 IN + 11 Estudantes Internacionais 2017/18: 136 IN + 16 Estudantes Internacionais	2015/16: 117 IN + 6 Estudantes Internacionais 2016/17: 130 IN + 11 Estudantes Internacionais 2017/18: 136 IN + 16 Estudantes Internacionais
		3. Semana Internacional: 2015: 151 participantes. 2017: 60 participantes.	3. Semana Internacional: 2015: 151 participantes. 2017: 60 participantes.
		nº de INVESTIGADORES ESTRANGEIROS (Mobilidade IN e semana internacional)	nº de INVESTIGADORES ESTRANGEIROS (Mobilidade IN staff)
E4_OE2_OO3_A2 ADAPTAÇÃO DO PORTAL IPVC AO	4. GUIA DE ACOLHIMENTO EN	Set.2018	2015/16: 50 (Docentes/Staff) 2016/17: 87 (Docentes/Staff) 2017/18: 60 (Docentes/Staff)
	1. Auscultar alunos estrangeiros e analisar boas práticas noutras portais de	Fev.2019	% de satisfação dos estudantes estrangeiros com

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018



INSTITUTO POLÍTÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

PERFIL DOS ESTUDANTES ESTRANGEIROS	IES nacionais e internacionais 2. Definir conteúdos e recolha de dados PT e EN	Out.2018 a informação do portal IPVC	1: análise, de sites de IES nacionais e internacionais 2 e 3: simplificação do Portal IPVC (versão PT e EN)
			% respostas positivas sobre serviço GMCI: 2015/16: Incoming 1.ºS:97,34% 2.ºS:80,6%

PERFIL DOS ESTUDANTES ESTRANGEIROS	3. Concepção e tradução	Abr.2018	2016/17: Incoming 1.ºS: 87,8% 2.ºS: 100% Outgoing 1.ºS: 85,3% 2.º: 95,8%



<p>2017/18:</p> <p>Incoming 1.ºS:82,9% / 2.ºS:93,3%</p> <p>Outgoing 1.ºS:94,4% / 2.ºS: 93,10%</p> <p>Nº.visitas Portal Internac:</p> <p>2015/16: 24887 visitas</p> <p>2016/17: 24956 visitas</p> <p>2017/18: 26421 visitas</p>		
	<p>E4_OE1_003 Apoiar projetos de COOPERAÇÃO E DESENVOLVI- MENTO no âmbito da educação, formação, investigação e prestaçāo de</p> <p>E4_OE3_001_A1 Colaboração no desenvolvimento de oferta formativa</p> <p>1. Apoio à estruturação/reestruturação de cursos de formação inicial de professores e técnicos agrários</p> <p>2. Formação de formadores e monitorização das práticas pedagógicas</p> <p>3. Formação pós-graduada de professores de Cabo Verde, 1 turma 16/17 e 1 prevista para 17/18</p>	<p>Em desenvolvimento</p> <p>ESE – Mestrado Educação Artística com protocolo com Cabo Verde. 1 turma 16/17 e 1 prevista para 17/18</p> <p>Nº de cursos em parceria (CPLP) 1</p>

serviços especializados	Moçambique no âmbito da ASESCA			
	E4_OE3_001_A2 Apoiar PALOP na Criação e ou implementação de unidades do sistema científico-tecnológico	1. Criação da Escola Superior de Educação da Guiné Bissau até 2019 2. Criação da Escola Superior Agrária da Universidade Antônio Cabral, na Guiné Bissau	Nº UNIDADES CRIADAS	2 Em desenvolvimento
	E4_OE3_001_A3 Desenvolvimento de PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E DE VOLUNTARIADO LOCAL que funcionem eventualmente como estágios e/ou de integração profissional	1. Voluntariado de Verão até 2019 2. Estágios no âmbito dos cursos de formação inicial 3. Estágios/desenvolvimento de projeto no âmbito de formação pós-graduada como estágios e/ou de integração profissional	Nº de ESTÁGIOS / DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	O GEED não tem protocolos internacionais, nem atividades de mobilidade (desde 2012) e de voluntariado (desde 2013). Desenvolve trabalho na Educação para o Desenvolvimento a nível regional. Projeto Global Schools e Ciclo de Cinema GEED.
			Nº PROGRAMAS DE VOLUNTARIADO	1

4.Ações de FORMAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	Até 2019	Nº de Ações de Formação para a Cooperação e Desenvolvimento	<p>1 (e N.º</p> <p>participa antes)</p> <p>2014: 1 ação- 19 participantes</p> <p>2015: 2 ações-35 “</p> <p>2016: 1 ação -19 “</p> <p>2017: 1 ação – 18 “ IX edição do Curso Livre - Aprendizagens para o Desenvolvimento</p> <p>2018: 1 ação-16 participantes.</p>

O IPVC procura uma relação mutuamente benéfica na colaboração interinstitucional que promova a criação de valor pela permuta de recursos, competências, experiência e informação e boas práticas. Esta estratégia assenta no eixo 3 “Comunidade” [http://planoestrategico.ipvc.pt/ipvc1519/102-2/ do PE IPVC1519.](http://planoestrategico.ipvc.pt/ipvc1519/99-2/)

Foram definidos procedimentos de gestão de parcerias, de gestão de projetos e PS. Há mecanismos de promoção, monitorização e avaliação de projetos em parceria e PS com indicadores (ex. nº de projetos em parceria, nº PS) e de avaliação da satisfação (ex. inq. a entidades externas, inq. a receptores de estágios, inq. a parceiros de projetos e a clientes de PS). Estas ações de cooperação têm também como objetivo obter receitas próprias (atingiram em 2018 36 %).

No Ensino Aprendizagem, 2 dos indicadores de cooperação são a % de estágios/teses com empresas (2017/18 foi 35.8% em Licenciaturas e 21.5% em mestrados e nos CTESP (17/18) houve 262 estágios a decorrer em empresas) e nº de ciclos de estudos em parceria. Por outro lado, a associação com outras entidades, como a APNOR, INCUBO, REXIA, PortugalFoods, têm permitido potenciar os recursos, tendo mesmo conduzido à criação de ciclos de

estudos em associação. O Mestrado em Enf. Veterinária, ministrado com os IPB, IPCB, IP Portalegre e IPV e na Saúde com IPB, IPV e UTAD, e licenciatura e mestrado em Eng. Alimentar com I.Pleiria e IPB, são exemplos de cooperação, para o ensino. Também o nº de parcerias em Unidades de Investigação tem aumentado.

Na mobilidade, há procedimentos e indicadores definidos, mas é necessário aproveitar mais eficientemente a informação contida nos relatórios de mobilidade (efetuados por estudantes e staff quando regressam) para estratégias de melhoria da colaboração com os parceiros.

A Presidência, através da OTIC, GMCI e GEED, em colaboração com as AC e UI identifica oportunidades de cooperação e PS e potencia parcerias pela divulgação da produção e competências científicas instaladas no IPVC através da OTIC (Plataforma em REVISÃO-projeto ATIVAR IPVC <http://www.ipvc.pt/ativar>), da participação em eventos e registo dos colaboradores na Plataforma DeGóis, CIENCIA ID e ORCID, inserindo os seus Curricula Científicos. O Repositório <http://repositorio.ipvc.pt>, já está integrado no RCAAAP.

No que se refere ao contributo para o desenvolvimento regional e nacional, adequado à missão, procura-se a definição conjunta de estratégias de desenvolvimento. Exemplos são a colaboração com CIM-Alto Minho, em particular no plano estratégico “Desafio Alto Minho 2020” e com quem tem desenvolvido projetos, tendo um SAMA que aguarda aprovação para implementação de melhorias dos processos chave em autarquias.

EIXO 5 - GOVERNANÇA

Objetivo	Ações	Subações	Prazo	Indicadores	Meta 2018	Resultado	Tendência
E5_OE1_OO1 Valorizar o desenvolvimento profissional dos colaboradores e a adequação da estrutura do pessoal que garantam a sustentabilidade, que atenda às áreas prioritárias da formação e do I&D+, bem como do funcionamento do IPVC	E5_OE1_OO1_A1 Elaboração e Implementação de Plano de Gestão de Pessoal Docente (PGPD)	1. Identificação e análise de PGPD de outros IP, contextualização com ADD e contratações especialistas/regime transitório	Jun.2018	Aprovação Plano Gestão PD	Plano aprovado	2016: Preenchidos 2 lugares Prof. Coordenador Principal; 2017: Abertos 9 lugares Prof. Coordenador. 2018: abertos 8 Concursos Prof adjunto; 1 concurso para Prof. coordenador principal.	↗
E5_OE1_OO1_A2 Elaboração e Implementação de Plano de Gestão de Pessoal Não Docente		Definição anual de progressão	Out.2018	Grau de Satisfação PND	3,8	2015: PD - 3,6 2016: PD - 3,5 2017: PD - 3,7 2018: PD - 3,9	↗

(interligar com Ação 3)				
		Aberto concurso para Assistente Operacional – Motorista; Procedeu-se à mobilidade intercarreiras		
		2018: aberto concurso para Assistente Operacional (2 lugares); prevista a abertura de outro concurso para mais 4 lugares de assistente operacional.		
2. Focus Group interno de versão draft;	Jul.2018	Grau de Satisfação	3,8	2015: PND – 3,5 2016: PND – 3,4 2017: PND - 3,7 2018: PND – 3,9
Discussão pública da proposta de PGPND- IPVC				
3. aprovação em CG e PGPND-IPVC	Out.2018			
E5_OE1_OO1_A3 Criação de	1.Continuar a Identificação de boas práticas	Elaboração do programa	Program a aprovado	1. Efetuada a análise daquilo que é feito nas outras IES. <input checked="" type="checkbox"/>

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

PROGRAMA DE INCENTIVOS E DE RECONHECIMENTO DO MÉRITO		2. Proposta por apresentar.	
2. Discussão pública da proposta do programa	Nov.2018	% colaboradores abrangidos pelas medidas do programa	Atendendo à conjuntura económica na base deste objetivo e tendo em conta o descongelamento de progressões-objectivo suspenso
3. Implementação PROGRAMA	Jan.2019	Grau de Satisfação	3 e 4 : Não efetuado (ver prazo para 2020) ☒
4. Monitorização e avaliação	Set.2019		
E5_OE1_OO1_A4 Revisão procedimento de acolhimento e implementação MANUAL DE ACOLHIMENTO COLABORADORES	1. Revisão do manual e do procedimento de acolhimento 2. Monitorização e avaliação	Manual implementado e procedimento revisto Taxa de satisfação dos novos contratados	2016: Manual de Acolhimento aprovado ✓ 2018: procedimento de acolhimento revisado Implementar inquérito para novos contratados 2016-Comissão constituída
E5_OE1_OO2 Implementar mecanismos de gestão estratégica e de ESTRUTURA DE	1. monitorização e avaliação do PE com reuniões por Eixo geridas com comissão técnica. Out.2018		↗

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

trabalho colaborativo	GESTÃO DO PLANO ESTRATÉGICO	2. Implementação do Sistema de Gestão de PE	Jul.2018	Taxa de Concretização do Plano (Ações)	≥90%	2016: 49,4% 2017: 40,9% 2018: 46,3%	<input checked="" type="checkbox"/>
		3.balanços anuais e final	Jul.2018	Jornadas dedicadas ao PE/Eixos do PE	≥ 3	2017- reuniões por Eixo com reduzida participação e limitações na recolha de estado das ações-2018:Revisão Equipas	<input checked="" type="checkbox"/>
		1. Definição de critérios de desenvolvimento plataforma informática	Jul.2018	Rácio contributos alunos incorporados face a total de apresentados	30%	Não Efetuado (prazo revisto-2019)	<input checked="" type="checkbox"/>
Elaboração do PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE FORMA PARTICIPATIVA	E5_OE1_OO2_A2	2. Definição de metodologia de validação das propostas recolhidas	Set.2018	Rácio: contributos colaboradores incorporados / total de apresentados	30%	3. Não Efetuado (prazo revisto-2019)	<input checked="" type="checkbox"/>
		3. Workshop de divulgação Plataforma; promoção da participação	Out.2018	Rácio: contributos entidades externas incorporados/total apresentados	30%	2. Não Efetuado (prazo revisto-2019)	<input checked="" type="checkbox"/>



<p>1. Análise dos procedimentos já existentes e práticas da instituição e identificação dos</p>	<p>ao longo de 3 anos</p>	<p>1. efetuado</p>
---	---------------------------	--------------------

E5_OE1_003_A1

Implementação mecanismos e metodologias de GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO

ES_UE1_U03
Desenvolver um sistema integrado de gestão eficiente e transparente

1. Análise dos procedimentos já existentes e práticas da instituição e identificação dos riscos	ao longo de 3 anos	1. efetuado	
ES_OE1_OO3_A1 Implementação de mecanismos e metodologias de GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO	Áreas Intervencionadas	2.e 3. Não Efetuado	
2. Elaboração manual de controlo interno e revisão do PGRCIC e integração com SGQ-PGE	Out.2018	4	
3. Divulgação e implementação	Dez.2018	4. Implementar gabinete de Auditoria de controlo interno (revisão Estatutos IPVC)	
4. Criação do Gabinete de Auditoria e Controlo Interno	Jan.2019		
		1. efetuado	
ES_OE1_OO3_A2 Elaboração e implementação do PLANO DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL	Continuo	2. parcialmente efetuado	
1. Análise da informação institucional divulgada por outras entidades e condicionalismos legais	Elaboração do modelo de relatório aprovado	3. Não Efetuado e modelo de relatório por aprovar.	
2. Definição da informação	Set.2018	70%	

	institucional a divulgar	Taxa de concretização do plano	Plano de transparência não efetuado
	3. Determinação dos meios de divulgação	Certificação do Sistema Jun.2018 2019	Sistema Certificado SAMA submetido e aprovado em Dez.2017
ES_OE1_OO3_A3 Implementação SISTEMA DE GESTÃO RESPONSABILIDADE SOCIAL (SGRS)	1. Constituição da equipa 2. Diagnóstico para implementação do SGRS 3. Criação do SGRS 4. Certificação	Eficácia ações desenvolvidas 2018 2018 2019	A realizar 2018/2019 Auditoria de 1ª fase a realizar em 2019
ES_OE1_OO3_A4 Estruturação e implementação do OBSERVATÓRIO IPVC	1. Elaborar PORTFÓLIO INDICADORES (listagem e fichas de indicadores)	Elaboração do portfólio Dez.2018	Recolha indicadores internos/externos; Participação Estudo do GT2-IPQ Indicadores ES Portfólio disponibilizado Revistos Indicadores de Processos, Manual da Qualidade e ajustados indicadores PE IPV1519

			Adquiridas bases de Dados	
2. Produção de disponibilização de informação; Gestão de Pedidos	continuo	Plataforma de gestão de indicadores criada. Nº de pedidos	Plataforma em fase final de desenvolvimento-SI	?
E5_OE2_OO1_A1 Criação do GABINETE DE APOIO AO CANDIDATO	1. Criação de uma abordagem de trabalho em rede com os gabinetes de psicologia 2. Elaboração do plano de comunicação	2018 Número de atendimentos	1 e 2.Não Efetuado (prazo revisto-2019) 280	?
E5_OE2_OO1 Reforçar a adequação e a qualidade dos serviços de suporte aos alunos	E5_OE2_OO1_A2 Criação de um SERVIÇO DE ESTÁGIOS/EMPRE GO	Implementação do Serviço e monitorização	Gabinete de Emprego, Portal de Emprego constituídos. Serviço criado Nota: Monitorização efetuada (ver E3_OE1_OO4_A1)	3

luz
RP

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018



INSTITUTO POLÍTÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

E5_OE2_OO1_A3 Elaboração de um PROGRAMA INTEGRADO PARA AUMENTAR O VALOR PERCECIONADO DOS SERVIÇOS prestados	1. Elaboração de plano anual de criação de valor para os serviços 2. Plano de comunicação	n.º de serviços criados/reformulado s	1 e 2 Não Efetuado (prazo revisto-2019)	
			Indicador não foi cumprido. Esta atividade está debaixo do projeto ATIVAR e espera-se desenvolvimentos significativos no ano de 2019	
E5_OE2_OO2_A1 CRIAÇÃO DE UM REPOSITÓRIO COM A INFORMAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS (e outros participantes) em atividades organizadas pelo IPVC (ligação a Ação de elaboração de AGENDA GLOBAL IPVC)	1. Definição da tipologia de atividades a registar, responsáveis de validação e formatos	Dez.2018	REPOSITÓRIO CRIADO seguido de disponibilização dos interfaces mobile	Repositório em funcionamento
Construir com os alunos novos formatos de interação	2. Implementação do módulo no ON.IPVC de cadastro de atividades e participantes	Jul.2019	Pedidos declaração de participação/Atividades inseridas no Repositório	2017: 0% 2018: não iniciada fruto da inclusão de outras atividades nos SI.
	3. Disponibilização do interface mobile para gestão de atividades	Dez.2019		
E5_OE2_OO2_A2 Estabelecimento de um	1. Elaboração dos procedimentos e do modelo de	Set.2018	Número de reuniões/ações de sensibilização e de	4 2.Não Efetuado



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

BR

				(prazo revisto-2019)
procedimento de acompanhamento das associações de estudantes	organização da estrutura de acompanhamento	formação realizadas pela estrutura de acompanhamento		
	2. Criação da estrutura de acompanhamento	Dez.2018		
	1. Análise Diagnóstico	Jun.2018	APROVAÇÃO PLANO MARKETING:	PLANO DE MARKETING
	2.Definição das opções estratégicas	Out.2018	Análise SWOT, plano de comunicação	1,2, 3 Não Efetuado (prazo revisto-2019)
	3. Plano de comunicação	Dez.2018		
	4. Implementação e monitorização	2018-2019		
ES_OE3_001_A1 Elaboração do PLANO DE MARKETING				
ES_OE3_001 Reforçar a atividade de promoção de oferta formativa e ID&I	1.Identificação dos cursos e UC que contribuam para a concretização da ação	Mar.2018	1 tese ou projeto ou relatório por ano	2017: 1 tese de Mestrado em Marketing (Desenvolvimento de uma estratégia de content marketing para redes sociais: o caso da ESCE-IPVC).
	2.Identificação dos temas a desenvolver	Jun.2018		2018: 2 teses
ES_OE3_001_A3 Reforço das	até fevereiro de cada ano		≥ ano anterior	2014: Viana 42.6%; Braga 39.6%; Porto

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

ATIVIDADES COM AS ESCOLAS SECUNDÁRIAS E PROFISSIONAIS	Integrado (GCI/Escolas/Cursos)	<p>% de alunos inscritos no IPVC dos distritos envolventes</p> <p>dezembro de cada ano</p>	14.7%.	<p>2015: Viana 49.1%; Braga 36.9%; Porto 10.6%.</p> <p>2016: Viana 37.3%; Braga 40.4%; Porto 18.6%.</p> <p>2017: Viana: 36,3%; Braga: 43,8%; Porto: 16,0%</p>
	2. Monitorização da Implementação			
ES_OE3_OO2_A1 Elaboração do plano de reestruturação dos CENTROS DE ATENDIMENTO	1. Análise das situações existentes noutras instituições	Jul.2018	Número de CENTROS REESTRUTURADOS/ CRIADOS	8
ES_OE3_OO2 Reforçar competências dos centros de atendimento	2. Elaboração da proposta de reestruturação	Jul.2018	Avaliação da satisfação com atendimento	3,0
	3. Apresentação do plano de formação na sequência da reestruturação	Dez.2018		2, 3 Não Efetuado (prazo revisto-2019) ☒
	4. Implementação do plano de formação referenciado em 3.	Abr.2018	Número horas formação área atendimento/ano	14h
	5. Início da implementação do	Jul.2018		2017: - Protocolo e Organização de Eventos na Administração Pública: 4 colaboradores - 70h; ✓

Luiz Ribeiro

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

Gestão de Situações de Crise	plano de reestruturação		- Língua Inglesa: 48 colaboradores – 1200h. 2018: Atendimento 44 colaboradores
6. Monitorização e avaliação da reestruturação	Dez.2018	Não Conformidades auditoria (Cliente mistério; auditoria EAR)	2017: 2 ocorrências de incumprimento do manual de atendimento. 2018: 2 ocorrências de incumprimento manual de atendimento-cliente mistério 0 ocorrências
ES_OE3_OO3_A1 Criação da LISTA DE ÁREAS TEMÁTICAS DO IPVC PARA COMUNICAÇÃO ORIENTADA com mapeamento do fluxo de informação e respectivos intervenientes	Jul.2018	Grau de Satisfação com informação institucional recebida	-NM 2,7



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

BR
BR

				O projeto que financia esta operação arrancou em janeiro de 2019
E5_OE4_001_A3	Reforço dos serviços digitais da organização em suporte multiplataforma (smartphone, tablet, relógio, smarttv, etc)	1. Implementação de todos os impressos do SGGQ em formato digital (os impressos possíveis) 2. Disponibilização dos serviços on-line em suporte mobile	Dez.2018 Dez.2019	Número de serviços implementados 2016 e 2017- 9 Serviços 3 2018: 26 impressos Implementados na plataforma, entre os novos e os revistos
E5_OE4_001_A4	Reforço da INTEROPERABILID ADE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO do IPVC com os SIT	1. Apresentação de proposta à CIM 2. Elaboração de estudo definir CATÁLOGO TEMÁTICO e regras de utilização 3. Disponibilizar	Nov.2015 Dez.2018 Dez.2019	N.º de interfaces de interoperabilidade 1 1. Efetuado; 2. Em desenvolvimen to



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

	PLATAFORMA	Nº de séries de dados disponibilizadas	10	-	-
E5_OE4_002	<p>1. Elaboração de estudo de requisitos e tecnologias/ ferramentas de suporte à plataforma</p> <p>2. Implementação da plataforma e teste com séries de dados base</p> <p>3. Integração com o sistema de gestão de indicadores</p>	<p>Dez.2018</p> <p>Sistema implementado (correlação não linear de dados)</p>	<p>100%</p>	<p>O indicador não foi cumprido por ausência de financiamento.</p> <p>Este sistema está ligado ao E5_OE4_001_A1 e também se esperam desenvolvimentos em 2019.</p>	<p>⑦</p>
E5_OE4_003	<p>Elaboração do plano REESTRUTURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA</p> <p>Adaptar as infraestruturas tecnológicas às novas realidades</p>	<p>Jun.2018</p> <p>2. Implementação e reavaliação do plano elaborado (criação e reestruturação dos laboratórios)</p>	<p>12</p>	<p>2016: 5 avaliados</p> <p>2017: Submetida candidatura a equipamentos via CTESP.</p> <p>2018: meta ultrapassada</p>	<p>⑧</p>

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

	N.º laboratórios reestruturados	100	2017/18 renovadas cerca de 300 unidades de computação e prevê um investimento em mais 100.	✓
E5_OE4_003_A2	<p>1. Elaborar plano reforço da rede de distribuição e WiFi</p> <p>2. Implementação da rede de distribuição e parte da rede WiFi</p>	<p>Jun.2018</p> <p>Dez.2018</p>	<p>Taxa de COBERTURA DA REDE WiFi</p> <p>95%</p>	<p>2016: Plano restruturação da rede WiFi em desenvolvimento</p> <p>2017: Submetida candidatura a equipamentos através de CTesP. Este projeto ainda não se encontra aprovado.</p>
	Reforço da CAPACIDADE E COBERTURA DA REDE WiFi em detrimento da rede cablada		<p>NOVOS HOTSPOTS de alta densidade instalados</p> <p>6</p>	<p>2018: As redes WiFi da ESTG e da ESCe foram totalmente renovadas, bem como a residência da ESA. Foram instaladas cerca de 200 unidades para a rede WiFi.</p>

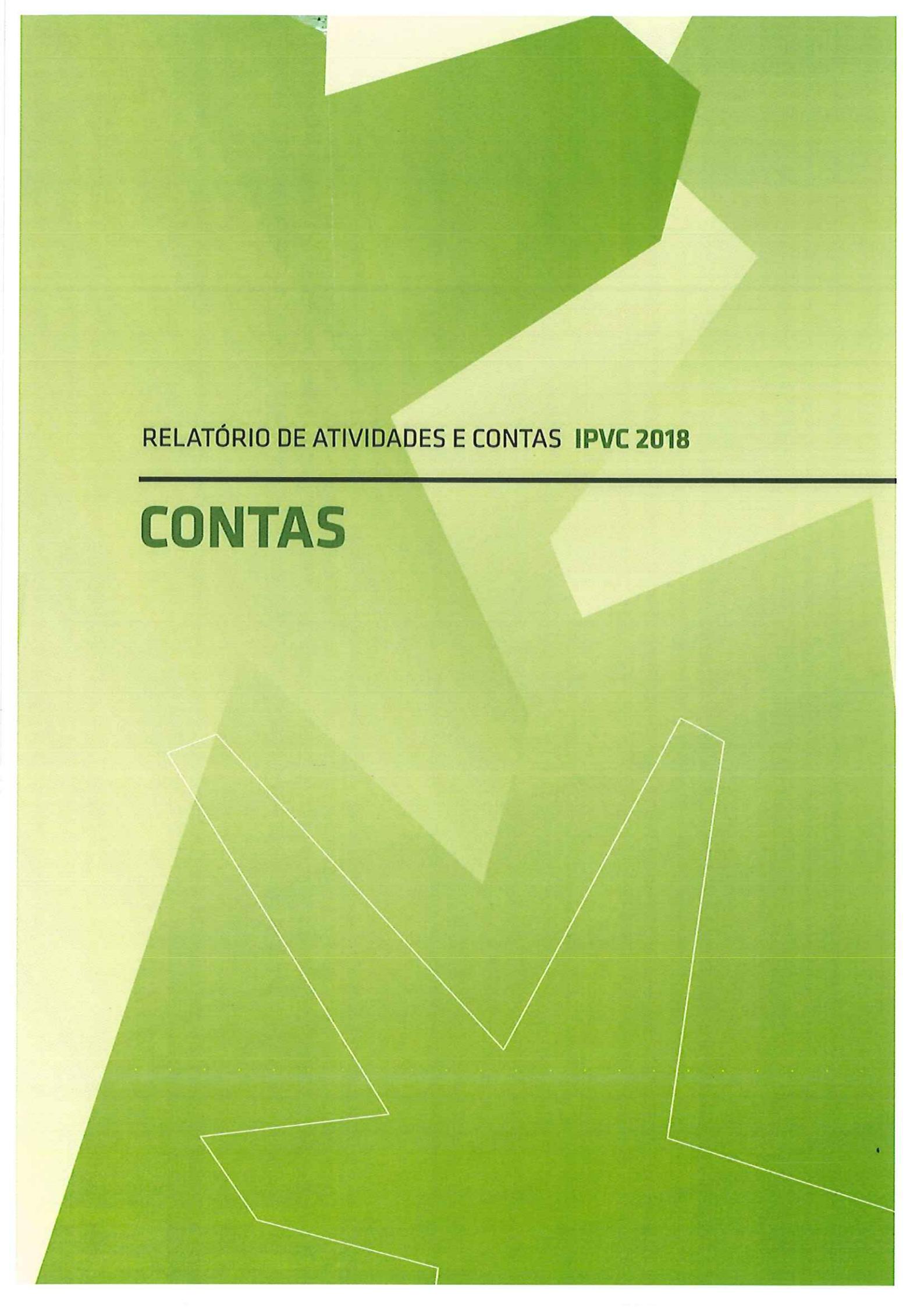
RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

L
M
F
RJ.

O IPVC procurou a definição de um sistema estruturado que permitisse alcançar os objetivos da organização da forma mais eficiente e eficaz, articulando-o com os órgãos de governação e de gestão, sendo claramente definidas responsabilidades e autoridades e outros intervenientes. Com esta articulação procura-se melhorar a compreensão de papéis e de responsabilidades necessárias à prossecução de objetivos comuns, de forma a reduzir possíveis barreiras funcionais. Por outro lado, esta articulação permite compreender melhor as capacidades organizacionais e definição das prioridades de ação ao nível das restrições na dotação de recursos e a definição e hierarquização do funcionamento das atividades que constituem o sistema. Ao nível dos processos de melhoria contínua procura-se, através de mecanismos de medida e avaliação: assegurar que os dados e a informação são exatos e fiáveis; tornar os dados acessíveis a quem deles necessita (aqui também é necessário melhor esclarecer níveis de acesso à informação e melhorar mecanismo de comunicação, em particular aos órgãos); analisar dados e informação gerada aproveitando essa informação de forma estruturada e tomar decisões e implementar medidas com base dados fatuais.

A identificação de recursos necessários à consecução dos objetivos do IPVC a curto e longo prazo e que é um aspeto fundamental da governação/gestão, também tem que ser otimizada, em particular no que se refere a gestão do Património e Contas, da responsabilidade da Presidência, Conselho de Gestão e Conselho Geral, e à continua atualização das competências técnico científicas instaladas e à produção científica, da responsabilidade das Áreas Científicas, Conselho Técnico-Científico e Unidades de Investigação.

Para assegurar que os recursos (tais como equipamentos, instalações, materiais, energia, conhecimento, finanças e pessoas) são utilizados de modo eficaz e eficiente, implementaram-se processos que permitem, alinhados com procedimentos regulamentados pelos órgãos de gestão, monitorizar e avaliar esses recursos. Exemplos disso são o processo de "Gestão Económico-Financeira-GEF", com atividades e procedimentos que garantam a eficiente gestão do provisionamento, da contabilidade, tesouraria e do património e o processo de "Gestão de Empreitadas e de Infraestruturas-GEI" e o Processo de "Recursos Humanos-RHU" e ainda processos relacionados com apoios sociais, da responsabilidade dos SAS.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS IPVC 2018

CONTAS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

J M R

Capítulo III – CONTAS

1. Análise Orçamental e Económico-Financeira

1.1 Situação Orçamental

Transferências do Orçamento do Estado

A dotação inicial do Orçamento do Estado para 2018 foi de € 12.344.785 (orçamento de funcionamento), conforme se constata na tabela seguinte.

Orçamento do Estado	Dotação Inicial
2011	12.830.933,00
2012	10.724.415,00
2013	10.268.085,00
2014	10.858.425,00
2015	10.890.306,00
2016	11.600.359,00
2017	12.206.910,00
2018	12.344.785,00

O acréscimo verificado face ao ano anterior é justificado pela alteração das remunerações que serviram de base à orçamentação das despesas com pessoal, nomeadamente, decorrente das alterações legislativas entretanto ocorridas – despesas associadas ao reposicionamento remuneratório do título de agregado, a alteração do salário mínimo, a alteração ao subsídio de refeição e ainda das despesas associadas à revisão de regime transitório da carreira docente politécnica.

A orçamentação das despesas com pessoal assentou nos pressupostos constantes das instruções emanadas pelo Direção-Geral do Orçamento, nomeadamente:

1. Vencimentos estimados para dezembro de 2017 como base para efeitos de cálculo;
2. Catorze meses de remunerações certas e permanentes e de outras despesas de natureza certa e permanente;
3. A contribuição da entidade patronal para a Segurança Social ou CGA, de acordo com a taxa contributiva aplicável.

No decorrer de 2018, as dotações do Orçamento do Estado foram sujeitas a vários reforços orçamentais que ascenderam a 810.994 euros e que se encontram a seguir discriminados:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

- 999 euros - pagamento de propinas do ano letivo 2017/18 de estudante bolsheiro da República de Cabo Verde;
- 81.310 euros - realizado no âmbito do descongelamento faseado das carreiras previsto no art.º 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro;
- 128.685 euros - devido à devolução do Fundo Comum das IES/Instituições Politécnicas;
- 600.000 euros - reforço necessário para fazer face às necessidades de despesas com pessoal do mês de novembro, nomeadamente, subsídio de Natal, na medida em que não foi recebido o montante do financiamento dos CTESPS que estava previsto em orçamento.

Execução Orçamental da Receita e Despesa

No quadro abaixo apresenta-se a evolução da execução orçamental da Instituição desde 2015, sendo perceptível a relevância que o Orçamento do Estado tem na estrutura de financiamento das despesas deste Instituto. De facto, no período em análise, o Orçamento do Estado financiou entre cerca de 63,02% e 70,79% o total das despesas pagas pela Instituição.

	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Saldo da Gerência Anterior								
OE (f.f. 311, 313, 319)	18.760,90		44,88		15.512,52		144,61	
Fundos Comunitários (f.f. 400, 358, 359, 590)	101.944,88		3.119,94		103.891,95		2.212,39	
Receitas Próprias (f.f 513, 520, 510)	77.781,05		0,23				12.879,32	
TOTAL	198.486,83		3.165,05		119.404,47		15.236,32	
Receita Cobrada								
OE (f.f. 311, 313, 319)	11.626.580,63	66,68%	12.132.182,97	67,47%	13.420.705,00	71,10%	13.155.779,00	63,65%
Fundos Comunitários (f.f. 400, 358, 359)	1.230.542,99	7,06%	1.581.315,30	8,79%	923.818,22	4,89%	2.905.982,31	14,06%
Receitas Próprias (513,520,510)	4.579.313,65	26,26%	4.267.552,25	23,73%	4.531.044,71	24,00%	4.606.455,11	22,29%
TOTAL RECEITA COBRADA LÍQUIDA	17.436.437,27	100%	17.981.050,52	100%	18.875.567,93	100%	20.668.216,42	100%
Despesa Paga								
OE (f.f. 311, 313, 319)	11.645.296,65	66,05%	12.116.715,33	67,82%	13.436.072,91	70,79%	12.796.014,16	63,02%
Despesas com Pessoal	11.622.072,02		12.082.207,71		13.419.034,31		12.796.014,16	
Aquisição de bens e serviços	18.549,23		10.257,62		1.615,00			
Aquisição de bens de capital								
Outras despesas	4.675,40		24.250,00		15.423,60			
Fundos Comunitários (f.f. 400, 358, 359)	1.329.367,93	7,54%	1.480.543,29	8,29%	1.025.497,78	5,40%	2.907.640,01	14,32%
Despesas com Pessoal	257.742,97		17.185,75		11.844,23		522.422,85	
Aquisição de bens e serviços	335.165,64		1.046.512,26		369.286,80		695.911,34	
Aquisição de bens de capital	386.457,47		70.819,45		291.722,07		1.329.797,82	
Outras despesas	350.001,85		346.025,83		352.644,68		359.508,00	
Receitas Próprias (513,520,510)	4.657.094,47	26,41%	4.267.552,48	23,89%	4.518.165,39	23,81%	4.601.082,43	22,66%
Despesas com Pessoal	2.093.830,23		2.241.984,17		1.681.514,06		1.758.810,48	
Aquisição de bens e serviços	2.118.645,07		1.569.355,08		2.134.477,26		2.070.165,85	
Aquisição de bens de capital	124.267,08		203.406,73		351.131,91		349.230,12	
Outras despesas	320.352,09		252.806,50		351.042,16		422.875,98	
TOTAL DESPESA PAGA	17.631.759,05	100%	17.864.811,10	100%	18.979.736,08	100%	20.304.736,60	100%
Saldo para a Gerência Seguinte	3.165,05		119.404,47		15.236,32		378.716,14	

De seguida apresentam-se as despesas pagas da instituição de 2015 a 2018, distribuídas por agrupamento de despesa, apresentando-se, igualmente, para cada agrupamento de despesa, a

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

respetiva estrutura de financiamento caraterizada por Orçamento do Estado, Fundos Comunitários e Receitas Próprias.

O orçamento da Instituição é canalizado, maioritariamente, para financiar despesas com pessoal. Desde 2015 que as despesas com pessoal representam entre cerca de 74,25% e 80,28% do total da despesa paga.

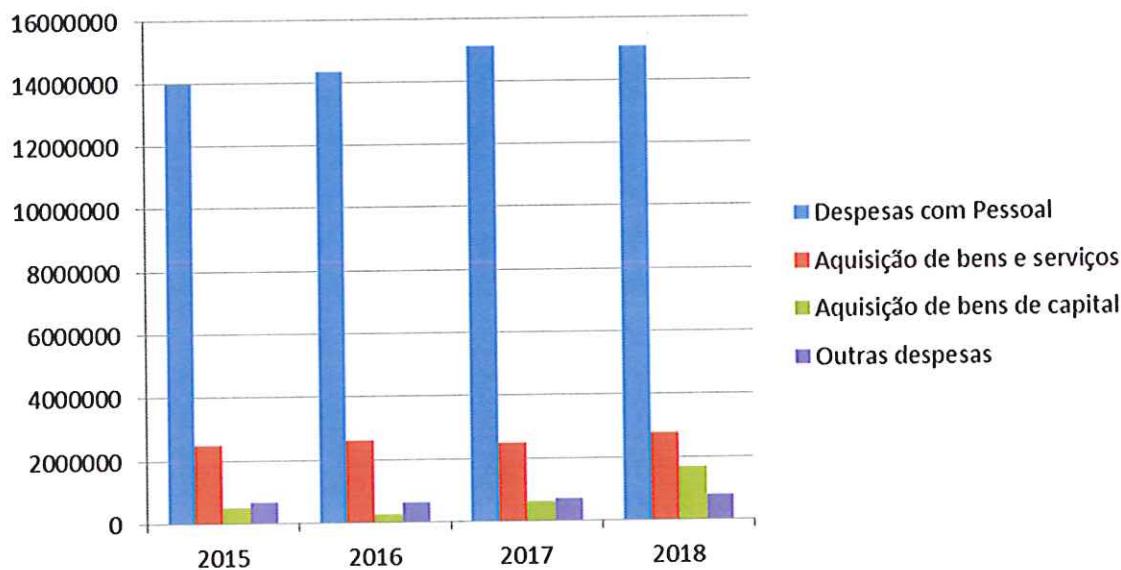
Em 2018 a aquisição das despesas de bens de capital sofreu um acréscimo significativo face aos anos anteriores, tendo assumido um peso de 8,27% na estrutura das despesas totais pagas. Esta situação decorreu, maioritariamente, das aquisições de equipamentos para os cursos CTESPS financiado por fundos comunitários em 85%.

Despesa Paga	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Despesas com Pessoal	13.973.645,22	79,25%	14.341.377,63	80,28%	15.112.392,60	79,62%	15.077.247,49	74,25%
Aquisição de bens e serviços	2.472.359,94	14,02%	2.626.124,96	14,70%	2.505.379,06	13,20%	2.766.077,19	13,62%
Aquisição de bens de capital	510.724,55	2,90%	274.226,18	1,54%	642.853,98	3,39%	1.679.027,94	8,27%
Outras despesas	675.029,34	3,83%	623.082,33	3,49%	719.110,44	3,79%	782.383,98	3,85%
Total da Despesa Paga	17.631.759,05	100%	17.864.811,10	100%	18.979.736,08	100%	20.304.736,60	100%
Despesas com Pessoal	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
OE	11.622.072,02	83,17%	12.082.207,71	84,25%	13.419.034,31	88,79%	12.796.014,16	84,87%
Fundos Comunitários	257.742,97	1,84%	17.185,75	0,12%	11.844,23	0,08%	522.422,85	3,46%
Receitas Próprias	2.093.830,23	14,98%	2.241.984,17	15,63%	1.681.514,06	11,13%	1.758.810,48	11,67%
Total das Despesas com Pessoal	13.973.645,22	100%	14.341.377,63	100%	15.112.392,60	100%	15.077.247,49	100%
Aquisição de Bens e Serviços	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
OE	18.549,23	0,75%	10.257,62	0,39%	1.615,00	0,06%	0,00	0,00%
Fundos Comunitários	335.165,64	13,56%	1.046.512,26	39,85%	369.286,80	14,74%	695.911,34	25,16%
Receitas Próprias	2.118.645,07	85,69%	1.569.355,08	59,76%	2.134.477,26	85,20%	2.070.165,85	74,84%
Total das Aquisição de Bens e Serviços	2.472.359,94	100%	2.626.124,96	100%	2.505.379,06	100%	2.766.077,19	100%
Aquisição de Bens de Capital	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
OE	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Fundos Comunitários	386.457,47	75,67%	70.819,45	25,83%	291.722,07	45,38%	1.329.797,82	79,20%
Receitas Próprias	124.267,08	24,33%	203.406,73	74,17%	351.131,91	54,62%	349.230,12	20,80%
Total das Aquisição de Bens de Capital	510.724,55	100%	274.226,18	100%	642.853,98	100%	1.679.027,94	100%
Outras despesas	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
OE	4.675,40	0,69%	24.250,00	3,89%	15.423,60	2,14%	0,00	0,00%
Fundos Comunitários	350.001,85	51,85%	346.025,83	55,53%	352.644,68	49,04%	359.508,00	45,95%
Receitas Próprias	320.352,09	47,46%	252.806,50	40,57%	351.042,16	48,82%	422.875,98	54,05%
Total das Outras Despesas	675.029,34	100%	623.082,33	100%	719.110,44	100%	782.383,98	100%

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

P
 R.
 M
 L

Evolução da Estrutura de Financiamento das Despesas Pagas



Saldos de Gerência

O saldo de gerência (SG) apurado em 2018 totaliza 378.716,14 euros, conforme se indica na tabela abaixo:

Saldos de Gerência	2015	2016	2017	2018
Orçamento do Estado (F.F. 311)	44,23	49,29	55,69	359.909,45
Orçamento do Estado (F.F. 313)	0,65	44,88	88,92	0,00
Outras receitas (Restantes F.F.)	3.120,17	119.310,30	15.091,71	18.806,69
Total	3.165,05	119.404,47	15.236,32	378.716,14

No âmbito da análise ao SG, importa referir que o mesmo não é comparável face aos anos anteriores pelo facto de ter existido em 2018 uma alteração de escrituração no subsistema da contabilidade orçamental do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) relativa ao processamento de vencimentos e respetivos pagamentos.

De facto, as retenções em remunerações auferidas que serão entregues a entidades terceiras, tais como, Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, deixaram de ser consideradas como operações de tesouraria e passaram a ser refletidas como operação orçamental no momento do respetivo pagamento.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

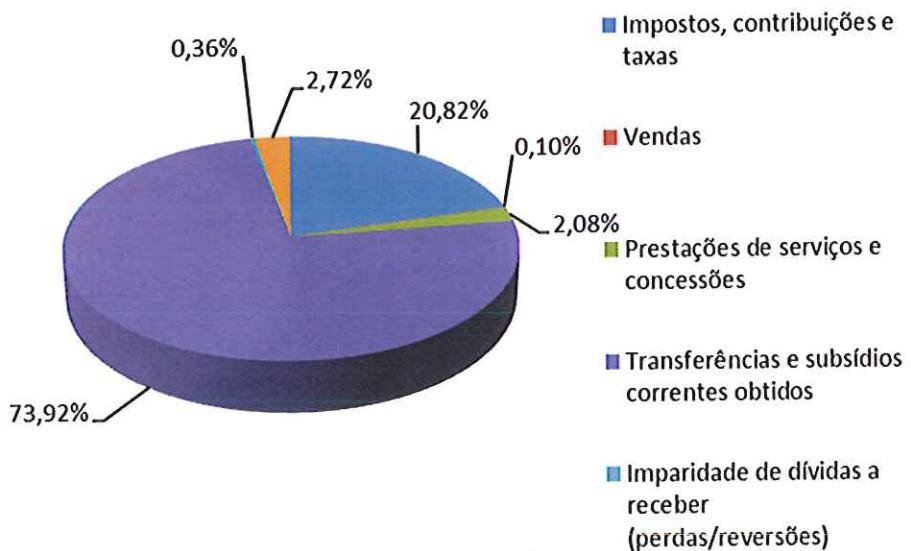
Assim sendo, e considerando que o IPVC transitou de ano com dívidas a estas entidades relativas a pagamento dos descontos dos vencimentos do mês de dezembro de 2018, esta despesa não foi considerada para o apuramento do SG, o que fez com que o mesmo fosse necessariamente superior ao dos anos transatos.

1.2 Rendimentos do exercício

Apesar das rubricas da demonstração de resultados serem distintas das do ano anterior, em resultado da aplicabilidade do SNC-AP, continua a ser perceptível que são as transferências e subsídios correntes que maior peso assumem na estrutura de rendimentos da Instituição.

As transferências e subsídios correntes respeitam, essencialmente, às transferências do Orçamento do Estado que totalizam 13.154.780 euros, assim como, incluem os rendimentos reconhecidos relativos a projetos cofinanciados pela União Europeia.

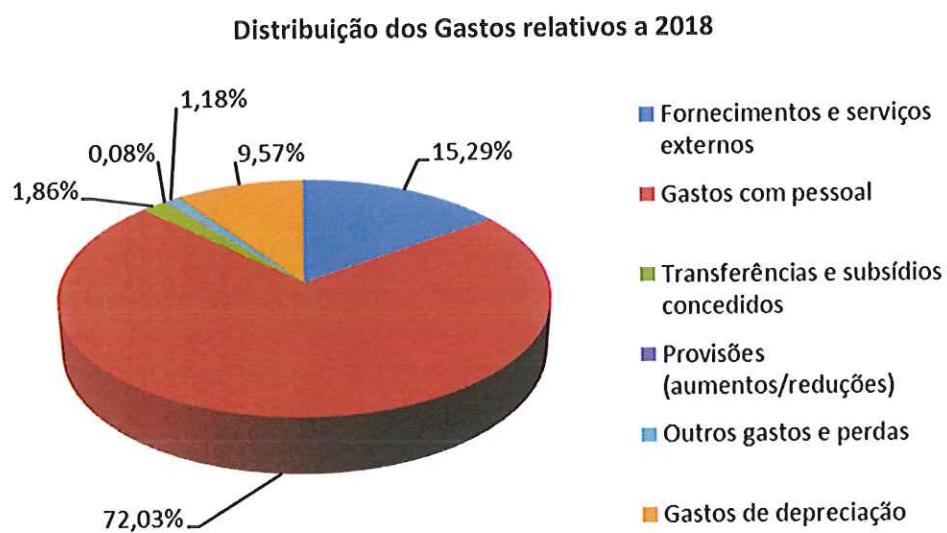
Distribuição dos Rendimentos relativos a 2018



A rubrica relativa a Impostos, Contribuições e Taxas também continua a ser a segunda mais relevante na estrutura de rendimentos, na medida em que reflete, essencialmente, o rendimento relativo propinas de formação inicial, cursos técnicos superiores profissionais, mestrados e pós-graduações, assim como, o montante relativo a emolumentos, juros de mora e outras penalidades.

1.3 Gastos do exercício

No âmbito da análise à estrutura de gastos da Instituição, são os gastos com pessoal que assumem o peso mais significativo, conforme tem ocorrido em anos anteriores e tal como se comprova pelo gráfico abaixo apresentado. Os gastos relativos a remunerações e encargos sociais representam cerca de 72,03% dos gastos globais da Instituição, percentagem ligeiramente abaixo da verificada no ano transato. Posteriormente destacam-se os fornecimentos e serviços externos (FSE) e as depreciações.



Face ao ano anterior, e em termos absolutos, a rubrica de gastos com pessoal foi a que maior variação apresentou.

Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, verificou-se um acréscimo face ao ano anterior de cerca de 383.816 euros, tendo contribuído para este aumento, essencialmente, as aquisições de bens e serviços necessárias à execução de projetos cofinanciados pela União Europeia.

Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal em 2018 sofreram um acréscimo face a 2017 em cerca de 474.223 euros, para o qual contribuiu:

- O descongelamento faseado das carreiras;

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

- O encargo decorrente de concursos para a admissão de pessoal docente e não docente;
- A integração de pessoal não docente através programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública.

JL
RJR
Munim

Em termos de análise da estrutura dos gastos com pessoal, salienta-se o seguinte:

- As remunerações dos órgãos diretivos e as remunerações do restante pessoal/pensões representam 80,79% dos gastos com pessoal e encontram-se identificadas abaixo:

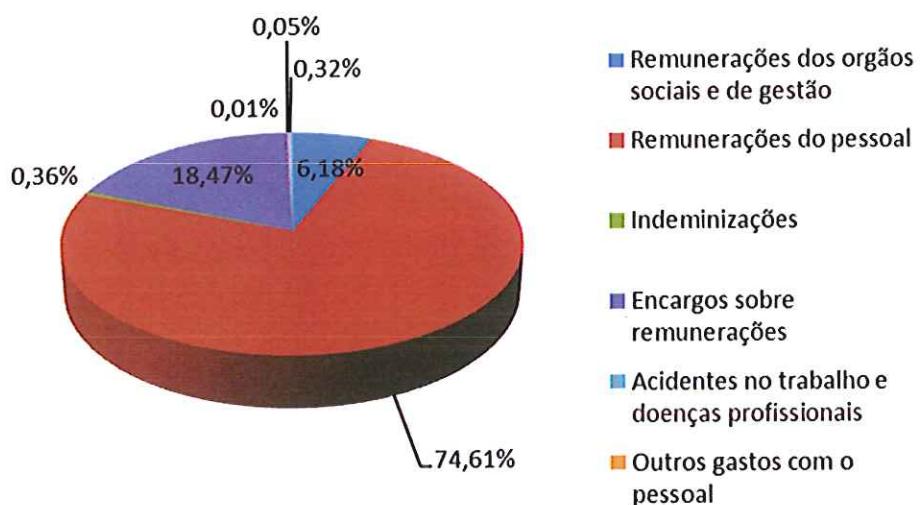
Remunerações	
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	962.111,51
Remunerações do pessoal	11.623.763,63
Total	12.585.875,14

- O encargo da entidade sobre as remunerações representa cerca de 18,47%, estando distribuído da seguinte forma:

Encargos da Entidade	
Caixa Geral de Aposentações	2.203.440,51
Segurança Social	674.064,30
Total	2.877.504,81

Apresenta-se de seguida o gráfico ilustrativo da distribuição dos gastos com pessoal verificados em 2018.

Distribuição dos Gastos com Pessoal relativos a 2018



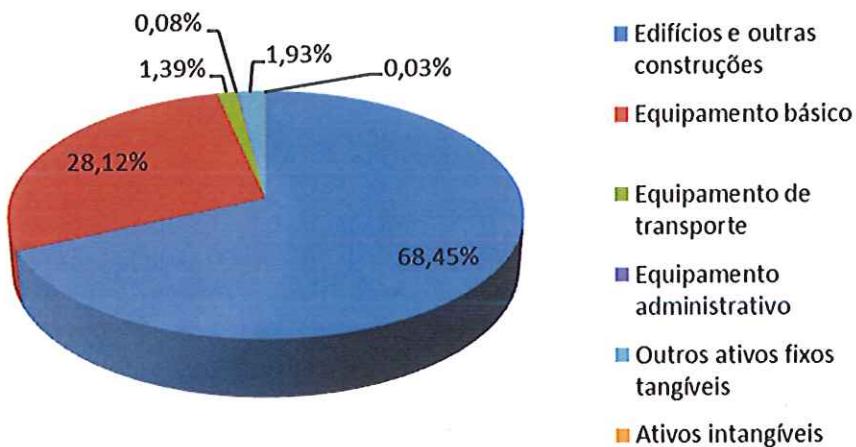
Depreciações

As depreciações verificadas em 2018 sofreram um decréscimo face a 2017 no total de 298.332,39 euros. Este decréscimo foi essencialmente, justificado pelo desreconhecimento dos edifícios e terrenos que estavam alocados à atividade operacional dos SAS e que foram transferidos para o ativo tangível desta unidade funcional.

Tal como verificado em anos anteriores, são as depreciações relativas a edifícios e outras construções que assumem o peso mais relevante, apresentando um valor de 1.416.441,42 euros, seguindo-se as depreciações relativas a equipamento e material básico no montante de 581.879,95 euros.

Apresenta-se de seguida o gráfico relativo à distribuição destas depreciações de 2018.

Distribuição das Depreciações relativas a 2018



1.4 Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período apurado em 2018 foi negativo em 2.163.537,22 euros. Neste sentido, o IPVC não conseguiu durante o ano económico de 2018 gerar rendimentos capazes de financiar todos os gastos da Instituição.

No entanto, refere-se que o resultado líquido negativo da Instituição é justificado, em grande medida e de uma forma global, pelo valor das depreciações e, mais concretamente, pelo valor das depreciações dos edifícios e outras construções.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

Face a 2017 verificou-se uma diminuição do resultado líquido do período em 1.711.095,93,
conforme demonstrado abaixo por rubrica:

	Rendimentos	Gastos
Impostos, contribuições e taxas	-84.469,60	
Vendas	1.824,54	
Prestações de serviços e concessões	145.043,60	
Transferências e subsídios correntes obtidos	-1.031.160,79	
Fornecimentos e serviços externos		383.816,35
Gastos com pessoal		474.223,13
Transferências e subsídios concedidos		126.581,25
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	70.297,78	
Provisões (aumentos/reduções)		-4.416,36
Outros rendimentos	89.105,35	
Outros gastos e perdas		219.864,83
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-298.332,39
Subtotal	-809.359,12	901.736,81
TOTAL DA VARIAÇÃO		-1.711.095,93

A variação negativa acima indicada é justificada, essencialmente, por:

- Diminuição das transferências do Orçamento do Estado no montante de 263.311 euros. Esta diminuição decorreu do menor reforço atribuído no final do ano de 2018 para efeitos de pagamento das despesas relativas ao Subsídio de Natal.
- Diminuição de outras transferências correntes relativas, nomeadamente, a projetos cofinanciados pela União Europeia, no total de 767.849,79 euros,
- Aumento dos fornecimentos e serviços externos no montante de 383.816,35 euros, essencialmente, decorrentes da execução financeira dos projetos cofinanciados.

1.5 Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

L
f R

1.6 Perspetivas para o exercício de 2019

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade na medida em que o IPVC continuará em atividade e cumprirá as suas obrigações no futuro previsível, apesar dos constrangimentos e ameaças que se têm sentido e que continuarão a vigorar no meio envolvente.

1.7 Considerações Finais

Cumpre, ainda, informar que não existiam, à data do encerramento das contas, dívidas em mora perante a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações ou perante o Estado e Outros Entes Públicos.

1.8 Proposta de Aplicação dos Resultados

Dado que o resultado líquido do período foi negativo em 2.163.537,22 euros, sugerimos que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados.

Viana do Castelo, 20 de maio de 2019

O Conselho de Gestão,

In Ribeiro

Paulo Ribeiro

José G. Rocha


José G. Rocha
Presidente da Administração

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

2 Demonstrações Financeiras

2.1 Balanço

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Balanço Individual do período findo em 31 de dezembro de 2018

Euros

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	POC-EDUCAÇÃO
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	16.788.247,16	20.188.011,02
Ativos intangíveis	3	1.548,35	156.060,99
Investimentos financeiros	18.J	90.125,00	0,00
		16.879.920,51	20.344.072,01
Ativo corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.A	10.522.440,43	10.065.326,02
Clientes, contribuintes e utentes	18.B	720.715,65	522.769,31
Estado e outros entes públicos	18.F	20,30	1.186,94
Outras contas a receber	18.C	23.414,55	23.897,75
Diferimentos	18.D	53.870,24	195.121,05
Caixa e depósitos	1	562.395,26	439.223,25
		11.882.856,43	11.247.524,32
Total do ativo		28.762.776,94	31.591.596,33
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	K	35.958.141,08	35.958.141,08
Resultados transitados	K	-18.982.073,33	-18.658.340,94
Outras variações no património líquido	K	-53.712,83	-131.556,04
Resultado líquido do período	K	-2.163.537,22	-452.441,29
		14.758.817,70	16.715.802,81
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	15	17.000,00	0,00
		17.000,00	0,00
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.E	323.015,28	0,00
Fornecedores	18.I	847.400,51	264.880,34
Estado e outros entes públicos	18.F	547.988,54	10.402,86
Fornecedores de investimentos	18.I	235.270,80	260.353,49
Outras contas a pagar	18.G	2.432.705,94	2.653.099,93
Diferimentos	18.H	9.600.578,17	11.687.056,90
		13.986.959,24	14.875.793,52
Total do Passivo		14.003.959,24	14.875.793,52
Total do Património Líquido e Passivo		28.762.776,94	31.591.596,33



INSTITUTO POLÍTÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

Viana do Castelo, 20 de maio de 2019

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão,

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

2.2 Demonstração dos Resultados por Natureza

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração dos Resultados por Natureza Individual do período findo em 31 de dezembro de 2018

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP	POC-Educação
		2018	2017
Impostos, contribuições e taxas	14	4.052.664,19	4.137.133,79
Vendas	13	19.611,11	17.786,57
Prestações de serviços e concessões	13	404.650,34	259.606,74
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	14.387.272,35	15.418.433,14
Fornecimentos e serviços externos	18.L	-3.306.501,14	-2.922.684,79
Gastos com pessoal	18.M	-15.579.221,08	-15.104.997,95
Transferências e subsídios concedidos	18.N	-401.625,57	-275.044,32
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	70.297,78	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	15	-17.000,00	-21.416,36
Outros rendimentos	18.O	530.072,82	440.967,47
Outros gastos e perdas	18.P	-254.483,16	-34.618,33
		-94.262,36	1.915.165,96
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	-2.069.274,86	-2.367.607,25
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-2.163.537,22	-452.441,29
Resultado antes de impostos		-2.163.537,22	-452.441,29
Resultado líquido do período		-2.163.537,22	-452.441,29

Viana do Castelo, 20 de maio de 2019

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão,

Paulo M. Ribeiro

Paula G. Roche

Margarida Azevedo Reis

2.3 Demonstração das Alterações no Património Líquido

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido do período findo em 31 de dezembro de 2018

Rubrica	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe										Interesses que Não Controlam	Total do Património Líquido
	Capital / Património Realizado	Outros Instrumentos de Capital Proprio	Reservas Legais	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)	35.958.141,08	0,00	0,00	-156.085,59	24.529,55	-18.658.340,94	0,00	0,00	0,00	-452.441,29	16.715.802,81	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico					-3.310.130,03						-3.310.130,03	
Alterações de políticas contabilísticas					3.601.711,62						3.601.711,62	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Aplicação do RI de 2017						-452.441,29					452.441,29	
Transferências e subsídios de capital												
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				156.085,59	-24.529,55	-162.872,69			-127.357,76		-158.674,51	
(2)	0,00	0,00	0,00	156.085,59	-24.529,55	-323.732,39	0,00	0,00	-53.712,83	452.441,29	206.552,11	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.163.537,22	-2.163.537,22	0,00
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)	0,00	0,00	0,00	156.085,59	-24.529,55	-323.732,39	0,00	0,00	-53.712,83	-1.711.095,93	-1.956.585,11	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital/património												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
(5)												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	35.958.141,08	0,00	0,00	0,00	-18.982.073,33	0,00	0,00	-53.712,83	-2.163.537,22	14.758.817,70	0,00	0,00

Viana do Castelo, 20 de maio de 2019

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão,


Cecília G.J. Alves

Ana Paula Ribeiro

2.4 Demonstração de Fluxos de Caixa

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2018

Euros

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31-12-2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	+	412.054,00
Recebimentos de utentes		4.140.911,00
Pagamentos a fornecedores	-	-3.138.931,00
Pagamentos ao pessoal	-	-15.355.764,00
Caixa gerada pelas operações	+/-	-13.941.730,00
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	12.980.965,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	-960.765,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-	-1.644.954,00
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento	+	2.728.891,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	1.083.937,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	123.172,00
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	439.223,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	562.395,26
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período		439.223,25
- Equivalentes a caixa no início do período		439.223,25
- Variações cambiais de caixa no início do período		439.223,25
= Saldo da gerência anterior		15.236,32
De execução orçamental		423.986,93
De operações de tesouraria		
Caixa e seus equivalentes no fim do período		562.395,26
- Equivalentes a caixa no fim do período		562.395,26
- Variações cambiais de caixa no fim do período		562.395,26
= Saldo para a gerência seguinte		378.716,14
De execução orçamental		
De operações de tesouraria		183.679,12

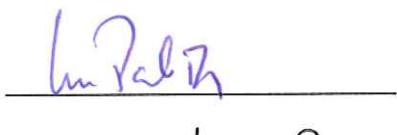


Viana do Castelo, 20 de maio de 2019

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão,


Carlos Romão
Maria da Graça Góis


Margarida Antunes Pereira

2.5 Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 0 - Adoção pela primeira vez do SNC-AP — Divulgação Transitória

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas -SNC-AP.

Dada a aplicabilidade deste novo referencial contabilístico pela primeira vez, tornou-se necessário proceder à reclassificação do último balanço aprovado, relativo a 2017 e preparado de acordo com o POC-Educação, e à realização de um conjunto de ajustamentos de transição.

Neste sentido, elenca-se de seguida os ajustamentos de transição realizados para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras relativas a 2018, assim como, o quadro resumo relativo à reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP.

Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

	Valores conforme POC-Educação 31/12/2017	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades /reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	Valores conforme SNC-AP 01/01/2018
ATIVO									
Ativo Não Corrente									0,00
Ativos fixos tangíveis	20.188.011,02		-3.117.556,67						17.070.454,35
Propriedades de investimento									0,00
Ativos intangíveis	156.060,99		-155.287,49						773,50
Ativos biológicos									0,00
Investimentos financeiros		90.125,00							90.125,00
Devedores por empréstimos bonificados e									0,00
Acionistas/sócios/associados									0,00
Diferimentos									0,00
Outros ativos financeiros									0,00
Ativos por impostos diferidos									0,00
	SUBTOTAL	20.344.072,01	90.125,00	0,00	-3.272.844,16	0,00	0,00	0,00	17.161.352,85
Ativo Corrente									0,00
Inventários									0,00
Ativos biológicos									0,00
Devedores por transferências e subsídios não									10.065.328,02
Devedores por empréstimos bonificados e									0,00
Clientes contribuintes e utentes	522.769,31								522.769,31
Estado e outros entes públicos	1.186,94								1.186,94
Acionistas/sócios/associados									0,00
Outras contas a receber	10.089.223,77		-3.000,00						-10.065.328,02
Diferimentos	195.121,05		-124.410,87						70.710,18
Ativos financeiros detidos para negociação									0,00
Outros ativos financeiros									0,00
Ativos não correntes detidos para venda									0,00
Caixa e depósitos	439.223,25								439.223,25
	SUBTOTAL	11.247.524,32	0,00	-127.410,87	0,00	0,00	0,00	0,00	11.120.113,45
TOTAL DO ATIVO	31.591.596,33	90.125,00	-127.410,87	-3.272.844,16	0,00	0,00	0,00	0,00	28.281.466,30

	Valores conforme POC- Educação 31/12/2017	Reconhe- cimento	Desreconhe- cimento	Critério de mensuração /reversões	Imparidades	Outros	Retificações	Reclassifica- ções	Valores conforme SNC-AP 01/01/2018
PATRIMÓNIO LIQUIDO									
Património/Capital	35.958.141,08								35.958.141,08
Ações (quotas) próprias	0,00								0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00								0,00
Prémios de emissão	0,00								0,00
Reservas	0,00								0,00
Resultados transitados	-18.658.340,94								-18.658.340,94
Ajustamentos de transição para SNC-AP	0,00			-3.310.130,03			4.099.405,73		789.275,70
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00								0,00
Excedentes de revalorização	0,00								0,00
Outras variações no Património Líquido	-131.556,04								-131.556,04
Resultado líquido do período	-452.441,29								-452.441,29
Dividendos antecipados	0,00								0,00
Interesses que não Controlam	0,00								0,00
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO	16.715.802,81	0,00	0,00	-3.310.130,03	0,00	0,00	0,00	4.099.405,73	17.505.078,51
PASSIVO									
Passivo Não Corrente									0,00
Provisões	0,00								0,00
Financiamentos obtidos	0,00								0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00								0,00
Responsabilidades por benefícios pós empreg	0,00								0,00
Diferimentos	0,00								0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00								0,00
Outras contas a pagar	0,00								0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Corrente									91.506,60
Credores por transferências e subsídios conce	0,00								91.506,60
Fornecedores	264.880,34								264.880,34
Adiantamentos de clientes contribuintes e uti	0,00								0,00
Estado e outros entes públicos	10.402,86								10.402,86
Acionistas/sócios/associados	0,00								0,00
Financiamentos obtidos	0,00								0,00
Fornecedores de investimentos	260.353,49								260.353,49
Outras contas a pagar	2.653.099,93								-91.506,60 2.561.593,33
Diferimentos	11.687.056,90								-4.099.405,73 7.587.651,17
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00								0,00
Outros passivos financeiros	0,00								0,00
SUBTOTAL	14.875.793,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.099.405,73	10.776.387,79
TOTAL DO PASSIVO	14.875.793,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.099.405,73	10.776.387,79
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUÍDO E DO PASSIVO	31.591.596,33	0,00	0,00	-3.310.130,03	0,00	0,00	0,00	0,00	28.281.466,30

1. Ativos Intangíveis

De acordo com o parágrafo 21 da NCP 3 - Ativos Intangíveis - considerou-se que o pagamento à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) das taxas de submissão dos cursos ao processo de avaliação e acreditação não cumpre os critérios de reconhecimento como ativo intangível. Neste sentido, foram desreconhecidos os ativos que se encontravam reconhecidos neste âmbito no anterior normativo. A partir de 2018, o dispêndio com as taxas de submissão de cursos referidas passaram a ser reconhecidas como gasto, de acordo com o parágrafo 14 da NCP 3.

2. Ativos Tangíveis

TERRENOS E EDIFÍCIOS

No âmbito da análise aos critérios de reconhecimento dos ativos fixos tangíveis identificados na NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis, concluiu-se que os edifícios e terrenos utilizados pelos Serviços de Ação Social, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade operacional, deveriam ser reconhecidos por esta unidade orgânica, prevalecendo o princípio da substância económica sobre a forma legal. Neste sentido, procedeu-se ao desreconhecimento destes bens do ativo do IPVC.

Relativamente ao antigo edifício utilizado pela Escola Superior de Ciências Empresariais, verificou-se que permaneciam no ativo algumas obras de beneficiação realizadas nesse edifício. Dado que este edifício já não se encontra afeto à atividade operacional da escola, as referidas obras já não cumprem os critérios de reconhecimento de ativo fixo tangível, tendo-se procedido ao desreconhecimento desse ativo.

BIBLIOGRAFIA

Em POC-Educação, a bibliografia adquirida pelo IPVC integrava o imobilizado corpóreo da Instituição, não se procedendo à depreciação destes bens.

Atendendo ao critério de reconhecimento de ativos tangíveis em SNC-AP, exposto no parágrafo 10 da NPC 5, considerou-se que a bibliografia possui potencial de serviço na medida em que contribui para que as bibliotecas possam ser procuradas pelos estudantes, de diferentes graus de ensino, sejam eles alunos ou não da Instituição, ou mesmo por outros cidadãos, em busca de conhecimento. Neste sentido, no âmbito do SNC-AP, a bibliografia deverá ser reconhecida como ativo fixo tangível, exceto se o seu valor de aquisição for inferior a 100 euros, caso em que a aquisição deverá ser reconhecida como gasto.

Caso a bibliografia seja reconhecida como ativo tangível, a mesma deverá ser depreciada, com base na estimativa da sua vida útil e que decorre da expectativa do seu potencial de serviço.

No seguimento do exposto, o IPVC desreconheceu do seu ativo a seguinte bibliografia:

- Aquisições realizadas até ao ano de 2013, por se considerar que, em termos médios, a mesma já não possuía potencial de serviço;
- Aquisições realizadas entre 2014 e 2017 com valor de aquisição inferior a 100 euros;

- Aquisições cuja localização, em termos de registo de património, se encontrava desconhecida, sem que tenha sido possível identificar a unidade orgânica a que a mesma se encontrava afeta.

Para efeitos de depreciação da bibliografia reconhecida como ativo fixo tangível considerou-se que, em termos médios, a mesma terá potencial de serviço durante o período normal do 1º e 2º ciclos de estudo, ou seja, 5 anos, o que consubstancia uma taxa de depreciação de 20%.

EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

Relativamente ao equipamento informático foram identificados os bens que não cumpriam os critérios de reconhecimento de ativo fixo tangível referenciados na NPC 5, pelo que procedeu-se ao desreconhecimento dos mesmos.

3. Investimentos Financeiros

Em POC-Educação, o IPVC não reconheceu como investimentos financeiros as participações que detinha em diversas entidades de direito privado, por considerar que os fluxos financeiros utilizados para a sua constituição não se tratavam de participações financeiras que visavam o lucro do montante investido ou o retorno do capital investido.

No âmbito do SNC-AP, considerou-se que estas participações em entidades – associações e cooperativas – cumprem os critérios de reconhecimento aplicáveis aos investimentos financeiros. Neste sentido, procedeu-se à contabilização das participações detidas pelo IPVC no fundo social das seguintes entidades:

APNOR - Associação dos Institutos Politécnicos do Norte	€ 500
CentroHabitat- Assoc. Plataforma para a Construção Sustentável	€ 1.000
COTHN - Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola	€ 1.500
INCUBO -Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho	€ 86.125

Régie Lima - Cooperativa Florestal e Social, Ciprl	€ 1.000
--	---------

B.
M
J

4. Proveitos e ganhos a reconhecer

EXISTÊNCIAS

Em POC-Educação, o IPVC reconhecia como gastos diferidos o montante correspondente às existências de material de escritório, material de limpeza, material de merchandising, material gráfico e material elétrico.

Analisando as notas explicativas à conta 623 do SNC-AP, considerou-se que estes materiais não consumidos, existentes em stocks, apresentam um valor que não é considerado materialmente relevante. Neste sentido, procedeu-se à eliminação do saldo das contas de gastos a reconhecer relativas aos materiais acima referidos.

TRANSFERÊNCIAS PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO

No âmbito do financiamento recebido para efeitos de realização de investimento, em POC-Educação a respetiva contabilização do financiamento era efetuada na conta 2745 - Subsídios ao Investimento. Em SNC-AP, o financiamento relativo a estes subsídios passou a ser contabilizado na classe 5 - Património, reservas e resultados transitados.

No âmbito do exposto na NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação, e no que respeita às especificações, considerou-se que os financiamentos atribuídos impõem restrições sobre os ativos transferidos, e não condições. Neste sentido, os saldos da 2745 relativos a subsídios ao investimento foram totalmente transferidos para a conta 564 - Ajustamentos de transição. Os subsídios posteriores, com restrições, passarão a ser registados na conta 593 - Transferência e subsídios de capital.

NOTA 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade

Designação: Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC)

Endereço: Rua Escola Comercial e Industrial Nun'Álvares, n.º 34, 4900-347 Viana do Castelo

Código de Classificação Orgânica: 091037900

09 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

1 – MEC – Funcionamento - SFA

03 – Estabelecimentos de Ensino Superior

79 – Institutos Politécnicos

00 – Serviços Centrais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime Financeiro: Serviços e Fundos Autónomos

Número Identificação de Pessoa Coletiva: 503761877

O IPVC foi criado em 1980 pelo Decreto-Lei 303/80 de 16 de agosto.

Em resultado da publicação da Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro que aprova o regime jurídico das instituições de ensino superior, foram homologados os estatutos do IPVC pelo Despacho Normativo n.º 7/2009, publicado na II Série do Diário da República n.º 26 de 06 de fevereiro de 2009.

Estrutura organizacional efetiva

O IPVC tendo em vista a concretização da sua missão bem como a especificidade do contexto social, económico e cultural em que se insere organiza-se internamente da seguinte forma:

- a) Unidades de ensino e investigação, adiante designadas por escolas;
- b) Unidades de investigação;
- c) Unidades funcionais de suporte à sua atividade;
- d) Unidades de investigação comuns a outras instituições de ensino superior universitário ou politécnico e ou de investigação;

- e) Outras unidades, de natureza das anteriores ou diferentes, que venham a ser criadas para a prossecução dos objetivos do Instituto.

O IPVC constitui um todo único organizado, vertical e horizontalmente, em áreas de ensino/aprendizagem, científicas, de investigação e prestação de serviços, e dispõe ainda de serviços para o apoio técnico e administrativo necessário ao bom funcionamento do Instituto e de toda a sua estrutura organizativa.

O IPVC integra as seguintes escolas:

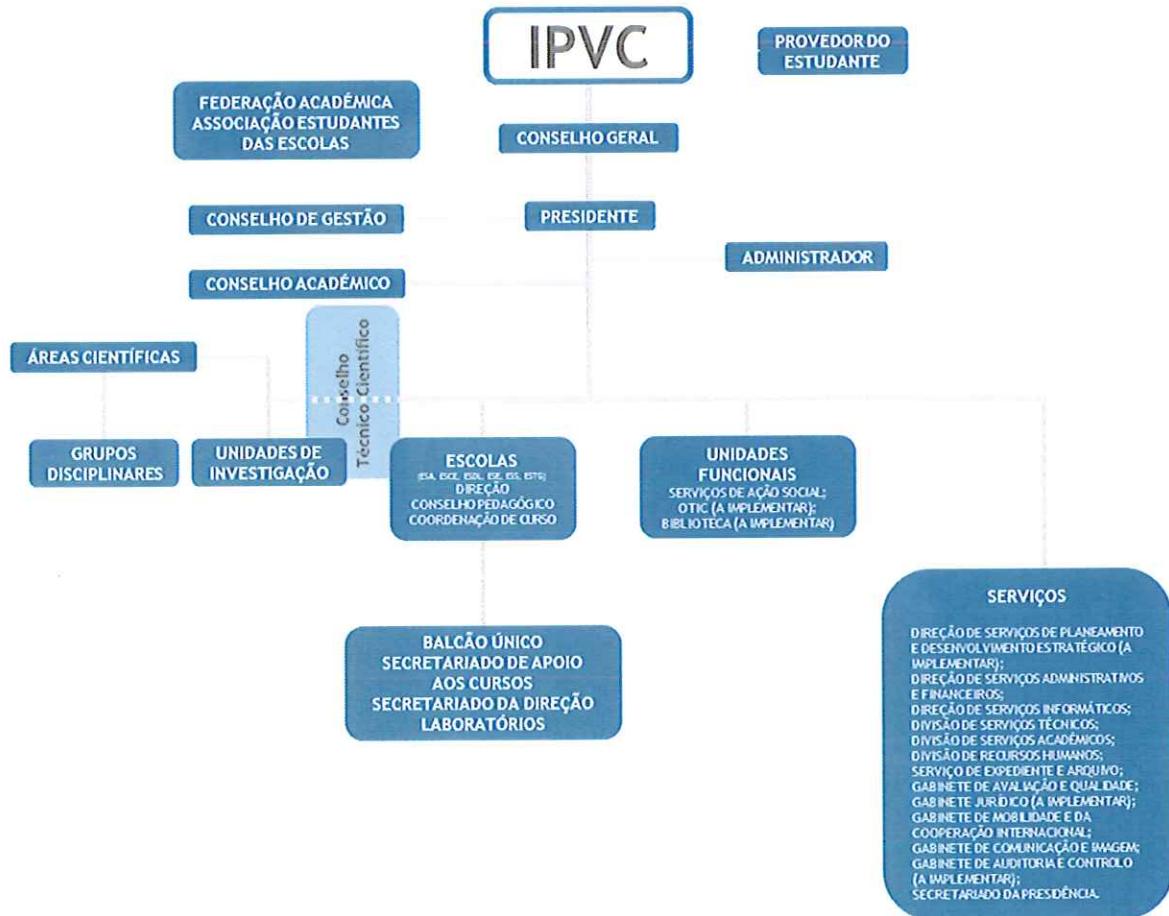
- a) Escola Superior de Educação (ESE);
- b) Escola Superior Agrária (ESA);
- c) Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG);
- d) Escola Superior de Saúde (ESS);
- e) Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE);
- d) Escola Superior de Desporto e Lazer (ESDL).

Para suporte à sua atividade o IPVC dispõe das seguintes unidades funcionais:

- a) Serviços de ação social (SAS);
- b) Biblioteca;
- c) Oficina de transferência de tecnologia, de inovação e de conhecimento (OTIC).

Organograma

ORGANOGRAMA



Descrição sumária das atividades

O IPVC é uma instituição ensino superior de direito público, tendo definidas as seguintes atribuições:

- A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós -secundários, de cursos de formação pós -graduada e outros, nos termos da lei;
- A criação do ambiente educativo e de desenvolvimento humano adequado à sua missão;

- L
JZ
M
X
- c) A realização da investigação e o apoio e participação em instituições científicas;
 - d) A transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico;
 - e) A realização de ações de formação profissional e de atualização de conhecimentos;
 - f) A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento da região e do país, numa perspetiva de valorização recíproca;
 - g) A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras;
 - h) A contribuição, no seu âmbito de atividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, em especial com os países de língua portuguesa e os países europeus;
 - i) A produção e difusão do conhecimento e da cultura;
 - j) Apoiar o associativismo estudantil, proporcionar condições de estudo adequadas aos trabalhadores estudantes e estabelecer um quadro de ligação aos seus antigos alunos.

O IPVC promove uma formação integral dos estudantes, em conhecimentos, valores e competências incentivadoras da autoaprendizagem e do empreendedorismo. Dispõe de uma oferta formativa e processos de I+D+i diversificados, inovadores e proactivos, que respondem aos desafios contemporâneos. O estudante é a referência central do seu modelo organizacional e dispõe, ainda, de um Sistema de Gestão de Desenvolvimento Humano o qual, promovendo as pessoas, integra-as na sua missão. Dispõe de uma estrutura que configura um todo-único, coeso, construído de recursos e competências, organizado por áreas de atividade, e dispõe de um sistema de direção estratégica e de qualidade ágeis, que distribuem recursos de modo orientado e eficiente face aos seus objetivos estratégicos e à sua missão.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

b) Decorrente da transição de POC-Educação para SNC-AP, e face às instruções constantes do Manual de Implementação do SNC-AP, a informação relativa ao ano anterior constante das demonstrações financeiras baseia-se em POC-Educação, depois de efetuada uma mera conversão

dos saldos de POC-Educação para as contas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP.

Esta opção de não reexpressão do comparativo de acordo com o SNC-AP, implica a perda de comparabilidade entre 2017 e 2018, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras para 2019.

Neste sentido, a falta de comparabilidade referenciada acima será mais notória ao nível das seguintes rubricas do balanço:

- Devedores e credores por transferências e subsídios não reembolsáveis;
- Outras contas a receber e a pagar;
- Outras variações do património líquido;
- Resultados Transitados.

c) Valores de Caixa e Depósitos Bancários

A 31 de dezembro de 2018 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

Caixa e Depósitos	562.395,26 €
Caixa	3 405,73
Caixas SC e UO	3 405,73
Caixa SC	2 215,37
Caixa ESA	710,46
Caixa ESDL	479,9
Depósitos à ordem	558 989,53
Depósitos à ordem do Tesouro	534 582,78
Conta 1049 - IPVC/OE	323 331,73
Conta 6600 - IPVC/Receitas Próprias	27 213,50
Conta 7703 - IPVC/Projetos	177 897,39
Conta 1120012213 - IPVC-Programa Socrates/Erasmus	6 140,16
Depósitos bancários à Ordem	24 406,75
Conta n.º 0852128707330	16 354,68
Conta n.º 0852083968430	8 052,07

Todos os saldos de Caixa e Depósitos Bancários encontram-se disponíveis para uso.

NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas**Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do IPVC. Neste sentido, estas demonstrações representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Conceitual e nas NCP.

Informação comparativa

Tal como referido anteriormente, e na medida em que não houve reexpressão do comparativo de acordo com o SNC-AP, existirá uma perda de comparabilidade, com principal incidência em determinadas rubricas das demonstrações financeiras. No entanto, e sempre que possível, será incluída, nas presentes notas às demonstrações financeiras, informação narrativa e descritiva que permita uma melhor compreensão destas demonstrações no período corrente.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras.

Compensação

A compensação nas demonstrações financeiras, exceto quando reflete a substância da transação ou de outro acontecimento, retira a capacidade dos utilizadores de compreenderem as transações, outros acontecimentos e condições que ocorreram, e de avaliarem os fluxos de caixa futuros da entidade. Neste sentido, os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não foram compensados, exceto se o mesmo for exigido ou permitido por uma NCP.

*Lu R.
Munim*

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade na medida em que o IPVC continuará em atividade e cumprirá as suas obrigações no futuro previsível.

Julgamentos e principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade das estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, mantidas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

As bases de mensuração e políticas contabilísticas usadas em cada item das presentes demonstrações financeiras, encontram-se detalhadas nas notas abaixo.

NOTA 3 - Ativos Intangíveis

A Instituição reconhece ativos intangíveis sempre que seja provável que fluirão para si benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado atribuível ao ativo, e desde que seja possível a sua mensuração com fiabilidade.

Os ativos intangíveis da Instituição encontram-se mensurados pelo custo, o qual inclui o custo de compra (incluindo impostos não dedutíveis) e qualquer outro custo diretamente atribuível à preparação do ativo para o uso pretendido.

Os ativos intangíveis da Instituição incluem essencialmente: licenças de software (programas de computador e sistemas de informação), desde que não integrados em ativos fixos tangíveis, e cujo período de licença atribuída seja superior a um ano. Estas licenças de software foram amortizadas de acordo com o método da linha reta, tendo sido atribuída a vida útil de 2 anos.

Por outro lado, também integra o ativo intangível da Instituição o registo de uma patente, a qual não tem sido sujeita a amortização.

Face ao ano transato, foram desreconhecidas de ativos intangíveis as taxas de submissão dos cursos ao processo de avaliação e acreditação, conforme já indicado inicialmente no âmbito da divulgação transitória relativa à aplicação pela primeira vez do SNC-AP. O total destes ativos intangíveis desreconhecidos ascendeu a 155.287,49 euros, sendo que deste montante 84.500 euros respeitava a ativos intangíveis em curso.

Os quadros a seguir apresentados refletem as divulgações exigidas pelos requisitos da NCP 1 relativos aos ativos intangíveis.

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades

acumuladas

RÚBRICAS	Início período			Fim Período		
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	1.430,49	655,64	774,85
Propriedade industrial e intelectual	773,50	0,00	773,50	773,50	0,00	773,50
Outros	193.250,00	122.462,51	70.787,49	0,00	0,00	0,00
Ativos Intangíveis em Curso	84.500,00	0,00	84.500,00	0,00	0,00	0,00
Total	278.523,50	122.462,51	156.060,99	2.203,99	655,64	1.548,35

Quadro 3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

RÚBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Perdas por imparidade	Amortizações do período	AJUSTAMENTOS SNC-AP	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	1.430,49	0,00	665,64	0,00	764,85
Propriedade industrial e intelectual	71.560,99	0,00	0,00	0,00	70.787,49	773,50
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em Curso	84.500,00	0,00	0,00	0,00	84.500,00	0,00
Total	156.060,99	1.430,49	0,00	665,64	155.287,49	1.538,35

Quadro 3.2 A - Ativos intangíveis - adições

RÚBRICAS	Adições			TOTAL
	Internas	Compras	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	1.430,49	0,00	1.430,49
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1.430,49	0,00	1.430,49

Quadro 3.2 B - Ativos intangíveis - diminuições

RÚBRICAS	Diminuições				Total
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Fusão, Cisão Reestruturação	AJUSTAMENTO SNC-AP	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	70.787,49	70.787,49
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	84.500,00	84.500,00
Total	0,00	0,00	0,00	155.287,49	155.287,49

L RZ.
Mmim

NOTA 5 - Ativos Fixos Tangíveis

Bases de mensuração

No que respeita às bases de mensuração dos ativos fixos tangíveis, manteve-se o critério de valorização dos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo detalhado.

Neste âmbito importa salientar que no decurso do ano de 2012 foi efetuado o levantamento físico de todos os bens patrimoniais do IPVC. Face ao desenvolvimento deste trabalho, e considerando o relatório apresentado pela empresa responsável pelo referido trabalho, a valorização dos bens em 2013 (a qual se mantém até à presente data) foi efetuada da seguinte forma:

- Bens identificados fisicamente relativamente aos quais foi possível apurar o correspondente custo de aquisição nos registos contabilísticos: valorização ao custo de aquisição;
- Bens identificados fisicamente, mas relativamente aos quais não foi possível aferir o respetivo registo contabilístico: valorização com base no valor de mercado;
- Obras de arte: dada a especificidade inerente a esta tipologia de bens, recorreu-se a peritos especializados para proceder à sua avaliação pelo que se encontram valorizados ao valor de mercado;
- Os bens contabilizados nas contas de Terrenos e Edifícios foram mensurados pelo valor que resultou do processo de avaliação a que foram sujeitos em anos anteriores.

Importa salientar ainda que o edifício antigo da ESS não foi avaliado e não tendo sido possível, até à data, aferir com fiabilidade o seu valor de mercado, o mesmo não se encontra reconhecido no património e no ativo da Instituição.

Refere-se ainda que, relativamente aos edifícios da ESCE e da ESDL, os mesmos foram construídos pelo Município de Valença e Município de Melgaço, respetivamente, tendo sido o usufruto destes edifícios cedido ao IPVC por um período de 50 anos, através da celebração de um contrato de comodato/protocolo de cooperação.

Estes dois edifícios também não se encontram registados no ativo da Instituição porque não é conhecido qualquer dos valores a seguir indicados: valor de mercado, justo valor, custo de construção e valor patrimonial tributário.

Para os bens adquiridos a partir de 01 de janeiro de 2018, e para efeitos de determinação da quantia escriturada bruta dos bens considerou-se como critério de mensuração o custo de aquisição destes bens.

Prevendo o SNC-AP a possibilidade dos prédios rústicos e urbanos serem mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), quando não existir informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, o IPVC optou por não proceder à mensuração destes bens pelo seu VPT. Esta decisão foi justificada pelo facto de ainda não ter sido possível diferenciar os artigos matriciais que se encontravam alocados às atividades operacionais do IPVC e dos Serviços de Ação Social. Prevê-se que em exercícios futuros seja possível efetuar esta diferenciação e, neste sentido, proceder à valorização dos terrenos e edifícios pelo VPT.

Método de depreciação usado e vidas úteis/taxas de depreciação

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, tendo sido utilizado o método da linha reta.

Os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2017 continuaram a ser depreciados com base nas taxas de depreciação previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, que aprovou o CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Os bens adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2018 foram depreciados considerando a vida útil de referência definida no Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, publicado na Portaria nº 198/2016, de 14 de julho, que aprova as notas de enquadramento ao plano de contas multidimensional.

Esta Portaria estabelece que “(...)os bens duradouros (que se destinam a permanecer ao serviço da entidade por períodos superiores a 1 ano), não destinados a venda, são em regra registados na Classe 4, exceto os que tenham valores individuais inferiores a (euro) 100 e sejam enquadráveis nas subcontas da conta 62(...).”.

Esta contabilização como gasto iria abranger muitas aquisições de bens duradouros que eram anteriormente inventariadas no âmbito da aplicação do POC-Educação, tais como, material de ensino, material informático ou mobiliário. Neste sentido, considerou-se que o controlo destes ativos é relevante, tendo-se optado por continuar a inventariar estes bens, derrogando o exposto nas notas de enquadramento referido no parágrafo anterior e tendo sido seguido o seguinte procedimento de contabilização:

- Contabilização destes bens na classe 4 procedendo-se à sua inventariação;

- Depreciação a 100% no ano da aquisição destes bens.

O efeito contabilístico destes registo nas demonstrações financeiras é equivalente ao indicado na nota explicativa da conta 62 e, desta forma, continua-se a garantir o controlo destes ativos através da sua inventariação.

As vidas úteis estimadas para cada classe de ativos, são as seguintes:

	Vida útil estimada (média)
Outros ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	Entre 20 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 5 a 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 5 a 10 anos
Outros	Entre 4 a 10 anos

Os quadros a seguir apresentados refletem as divulgações exigidas pelos requisitos da NCP 1 relativos aos ativos fixos tangíveis.

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RÚBRICAS	Início período			Fim Período		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	6.394.680,44	0,00	6.394.680,44	5.395.680,44	0,00	5.395.680,44
Edifícios e outras construções	34.849.383,25	23.357.190,29	11.492.192,96	28.363.595,49	19.821.832,80	8.541.762,69
Equipamento básico	8.529.462,35	6.985.524,08	1.543.938,27	9.093.251,91	6.973.582,34	2.119.669,57
Equipamento de transporte	171.288,93	86.787,74	84.501,19	318.889,52	115.524,44	203.365,08
Equipamento administrativo	53.242,87	52.136,85	1.106,02	67.624,76	53.837,50	13.787,26
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.851.818,95	1.466.735,14	385.083,81	1.478.990,08	1.198.776,21	280.213,87
Ativos fixos tangíveis em curso	286.508,33	0,00	286.508,33	233.768,25	0,00	233.768,25
	52.136.385,12	31.948.374,10	20.188.011,02	44.951.800,45	28.163.553,29	16.788.247,16
Total	52.136.385,12	31.948.374,10	20.188.011,02	44.951.800,45	28.163.553,29	16.788.247,16

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

RÚBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	AJUSTAMENTOS TRANSIÇÃO/TRANSFERÊNCIAS	
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00		0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00					0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Terrenos e recursos naturais	6.394.680,44	0,00	0,00	0,00	999.000,00	5.395.680,44
Edifícios e outras construções	11.492.192,96	158.949,74	1.416.441,42	0,00	1.692.938,59	8.541.762,69
Equipamento básico	1.543.938,27	1.505.360,97	581.879,95	0,00	347.749,72	2.119.669,57
Equipamento de transporte	84.501,19	147.600,59	28.736,70	0,00	0,00	203.365,08
Equipamento administrativo	1.106,02	14.381,89	1.700,65	0,00	0,00	13.787,26
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	385.083,81	13.528,72	39.860,50	0,00	78.538,16	280.213,87
Ativos fixos tangíveis em curso	286.508,33	254.092,66	0,00	0,00	306.832,74	233.768,25
	20.188.011,02	2.093.914,57	2.068.619,22	0,00	3.425.059,21	16.788.247,16
Total	20.188.011,02	2.093.914,57	2.068.619,22	0,00	3.425.059,21	16.788.247,16

Quadro 5.2 A - Ativos fixos tangíveis - adições

RÚBRICAS	Adições			Total
	Internas	Compras	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	158.949,74	0,00	158.949,74
Equipamento básico	0,00	1.505.360,97	0,00	1.505.360,97
Equipamento de transporte	0,00	0,00	147.600,59	147.600,59
Equipamento administrativo	0,00	14.381,89	0,00	14.381,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	13.528,72	0,00	13.528,72
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	254.092,66	0,00	254.092,66
	0,00	1.946.313,98	147.600,59	2.093.914,57
Total	0,00	1.946.313,98	147.600,59	2.093.914,57

As adições de ativos fixos tangíveis decorreram maioritariamente de processos aquisitivos a título oneroso, ou seja, tiveram como contrapartida um exfluxo de caixa, dos quais se destacam:

- Remodelação dos espaços educativos da ESE no montante de 56.735,11 euros;
- Construção de silos e cobertos na ESA no montante de 46.865,56 euros;
- Empreitada de remodelação do anfiteatro da ESTG no montante de 36.474,72 euros;
- Diversas aquisições de equipamento básico, nomeadamente, decorrente da necessidade de execução de projetos financeiros, com especial enfoque para o projeto relativo ao financiamento de equipamentos para o ensino superior destinados a novos cursos de curta duração - CTESPS.

No âmbito do protocolo de colaboração estabelecido entre o IPVC e a Caixa de Crédito Agrícola, esta entidade procedeu à atribuição de donativos em espécie de viaturas no decurso de 2018. Estas viaturas foram valorizadas pelo custo de aquisição suportado pela Caixa de Crédito Agrícola, também em 2018, e que ascendeu a um total de 147.600,59 euros.

Quadro 5.2 B - Ativos fixos tangíveis - diminuições

RÚBRICAS	Diminuições			Total
	Alienação a Título Oneroso	Fusão, Cisão Reestruturação	AJUSTAMENTO SNC-AP/ TRANSFERÊNCIAS	
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	999.000,00	999.000,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	1.692.938,59	1.692.938,59
Equipamento básico	0,00	0,00	347.749,72	347.749,72
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	78.538,16	78.538,16
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	306.832,74	3.118.226,47
	0,00	0,00	3.425.059,21	3.425.059,21
Total	0,00	0,00	3.425.059,21	3.425.059,21

O total do montante refletido em diminuições engloba as três situações abaixo indicadas:

- Ajustamentos no âmbito da transição para SNC-AP pela quantia escriturada total de 3.117.556,67 euros, discriminado da seguinte forma:
 - Edifícios e Terrenos relativos aos SAS e ESCE: 2.691.938,59 euros;
 - Bibliografia: 425.618,08 euros.

RÚBRICAS	Ajustamentos de transição							
	Terrenos e Edifícios (transf. SAS e Abate ESCE)			Bibliografia		Eq. Informático		
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico artístico e cultural								
Outros bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	999.000,00		999.000,00					
Edifícios e outras construções	6.644.737,50	4.951.798,91	1.692.938,59					
Equipamento básico				347.079,92	347.079,92	559.351,19	559.351,19	0,00
Equipamento de transporte								
Equipamento administrativo								
Equipamentos biológicos								
Outros				78.538,16	78.538,16	295.870,32	295.870,32	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso								

Os ajustamentos realizados relativos a equipamento informático tiveram um efeito nulo na quantia escritura na medida em que; à data de fecho das demonstrações financeiras de 2017, se encontravam totalmente depreciados.

- Abates de bens ocorridos no decurso de 2018 no total de 669,80 euros;
- Transferências de ativos fixos tangíveis em curso para ativos fixos tangíveis no total de 204.618,11 euros.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO

O montante de 233.768,25 euros relativo a ativos fixos tangíveis em curso encontra-se discriminado no quadro abaixo.

453	Ativos fixos tangíveis em curso	233 768,25
45301	Equipamento e controlo e Assiduidades	35 857,81
45302	Obra e manutenção e eq. e inst. elétricas e mecânicas	46 032,41
45306	Mesas ESTG	2 183,25
45307	Equipamento ESA sem uso/não entregue	149 694,78



Os equipamentos relativos à ESA no montante de 149.694,78 euros foram registados na conta de ativos fixos tangíveis em curso porque serão afetos à adega da escola e ao laboratório de saúde e bem-estar animal, espaços que ainda não estão operacionais. Neste sentido, apesar de os referidos ativos se encontrarem nas instalações da escola, não se encontram ainda nas condições necessárias para operarem e por isso não foram depreciados, conforme previsto no parágrafo 50 da NCP 5.

Não existem restrições de titularidade nem ónus associados aos ativos da Instituição.

JL
B
M

NOTA 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Conforme previsto na NCP 13 os rendimentos com contraprestação são reconhecidos quando for provável que fluam para a Instituição benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das Vendas é reconhecido na demonstração dos resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

O rendimento das Prestações de Serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviço à data do balanço.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço.

Os rendimentos de transações com contraprestação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, têm a seguinte decomposição, tendo sido mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.



71	Vendas	19 611,11
712	Produtos acabados e intermédios	19 611,11
71201	Produtos agrícolas e pecuários	12 550,31
71205	Material de escritório	573,92
71299	Outros	6 486,88
712991	Material de limpeza e higiene	6 462,81
712999	Outros	24,07
72	Prestações de serviços e onessões	404 650,34
7207	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	1 184,00
7208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	8 875,06
72083	Recintos desportivos	8 875,06
7210	Serviços laboratoriais	37 450,59
7211	Aluguer de equipamentos	445,12
721101	Mensalidade relativa ao aluguer da Bira Bike	445,12
7212	Arrendamento	46 155,55
72121	Recintos desportivos	20 208,30
72129	Outros	25 947,25
7299	Outros serviços	310 540,02
729901	Serviços de docência/lecionação	14 552,20
729902	Inscrições em seminários e congressos	5 057,00
729903	Bus Académico	25 047,88
729904	Serviços de biblioteca	318
729906	Parque de estacionamento	828,87
729907	Fotocópias/impressões	891,43
72999	Outros serviços	263.844,60

NOTA 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Conforme previsto na NCP 14, em algumas transações sem contraprestação, uma entidade recebe recursos, mas não dá como retorno qualquer retribuição ou dá apenas uma retribuição simbólica. Existem igualmente outras transações sem contraprestação em que a entidade pode proporcionar alguma retribuição diretamente como contrapartida dos serviços recebidos. A determinação da substância de uma transação com ou sem contraprestação requer julgamento.

O rendimento associado a uma transação sem contraprestação, comprehende os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviço recebidos e a receber pela entidade, o qual representa um incremento no património líquido.

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve ser reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo, ou seja, o rendimento comprehende influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviço recebidos e a receber pela Instituição que relata.

O rendimento de transações sem contraprestação deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela Instituição.

A Instituição reconhece um ativo relativo a impostos quando um acontecimento tributável ocorrer e os critérios de reconhecimento do ativo forem satisfeitos.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação relativos ao exercício de 2018 respeitam a impostos, contribuições e taxas, transferências correntes e subsídios.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos no exercício, em 31 de dezembro de 2018, têm a seguinte decomposição na demonstração dos resultados:



h
RJ.
fz
Muniz

Impostos, contribuições e taxas

70	Impostos, contribuições e taxas	4 052 664,19
704120	Emolumentos	219 621,48
704122	<i>Propinas</i>	
7041221	Formação Inicial	2 648 036,52
7041222	Mestrados	606 935,13
7041223	CTESPS	405 209,34
7041224	Pós-graduações	90 801,69
7041229	Outras propinas	70 091,99
7044	<i>Multas e outras penalidades</i>	
70441	Juros de mora	9 426,54
70449	Outras multas e penalidades	2 541,50

Dos montantes acima apresentados a rubrica que apresenta maior destaque é a de rendimentos de propinas de formação inicial.

No âmbito deste tipo de rendimento salienta-se que a dívida de alunos, à data do fecho contabilístico, ascende a 993.636,70 euros, discriminada por ano letivo conforme apresentado no quadro abaixo.

Ano Letivo	Taxas, multas e outras penalidades
Ano letivo 2007/08	562,50
Ano letivo 2008/09	22,00
Ano letivo 2009/10	1.373,75
Ano letivo 2010/11	10.633,86
Ano letivo 2011/12	10.691,15
Ano letivo 2012/13	4.272,08
Ano letivo 2013/14	87.462,84
Ano letivo 2014/15	96.614,84
Ano letivo 2015/16	117.178,39
Ano letivo 2016/17	119.488,38
Ano letivo 2017/18	153.206,82
Ano letivo 2018/19	392.137,09
TOTAL DIVÍDA 31/12/2018	993.636,70

Salienta-se que no decurso de 2018 foi concluído o processo de interligação entre o software CXA, utilizado para a emissão dos documentos legais a alunos no âmbito das taxas aplicáveis, e o

ln
IGZ.
L M
2018

software contabilístico. Neste sentido, este montante resulta do apuramento da dívida efetuado com base em todos os documentos legais (faturas, notas de crédito e recibos) importados para o software contabilístico com valores devedores ou credores em aberto.

Em anos anteriores, o valor da dívida de alunos era apurado com base em listagens exportadas do software CXA, cujos montantes nem sempre se encontravam suportados por um documento legal, ou seja, a dívida constava da conta corrente dos alunos, mas poderia não ter sido efetuada a faturação do mesmo. Neste sentido, a informação relativa à dívida de alunos de taxas, multas e outras penalidades não é comparável face aos anos transatos.

Transferências e subsídios correntes

As transferências e subsídios correntes respeitam maioritariamente às transferências do Orçamento do Estado no montante de 13.154.780 euros. As restantes transferências respeitam a rendimentos de projetos cofinanciados.

75	Transferências e subsídios correntes obtidos	14 387 272,35
75111	Transferências MCTES	13 154 780,00
7512	<i>Serviços e Fundos Autónomos</i>	
75124	Transferências do IFAP	9 505,06
7513	<i>Segurança Social</i>	
75131	Financiamento comunitário em projetos co-financiados	279 193,17
7515	<i>Resto do Mundo</i>	
75151	União Europeia - Instituições	906 610,68
7516	Administração Local	37 183,44

NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

BR
fb *Maria M.*

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

A quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. As provisões devem ser revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial no serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Um passivo contingente deve ser divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Um ativo contingente deve ser divulgado quando seja provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço.

Foi constituída em 2018 uma provisão relativa ao processo judicial 1084/18.0T8VCT, do autor Sílvia Sousa, pelo montante de 17.000 euros. Este montante resultou de um acordo entre as partes e foi pago pelo IPVC no início de 2019.

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	0,00	17.000,00			17.000,00					17.000,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
TOTAL	0,00	17.000,00			17.000,00					17.000,00

No seguimento da circularização efetuada à sociedade de advogados M. Rodrigues & Associados, divulga-se a seguir o valor indicado por esta sociedade relativamente aos seguintes processos judiciais em que o IPVC é parte e relativamente aos quais ainda não houve sentença:

BR
Mmam

- Devolução de maquinaria e indemnização pelos prejuízos causados e pelo enriquecimento sem causa:
 - Réu: IPVC
 - Valor em causa: o autor do processo pede 852.906,03 euros mais 600 euros por dia e o IPVC pede (no pedido de reconvenção) 3.257,68 euros. Não é nada provável que o pedido do Autor seja julgado procedente.
- Pedido de indemnização por cessação do contrato de trabalho subordinado:
 - Réu: IPVC
 - Valor em causa: No limite, 33.337,81 euros.
- Impugnação do ato de homologação da aprovação de contratação do candidato seriado em primeiro lugar em processo de recrutamento e condenação na prática de ato devido.
 - Réu: IPVC
 - Valor em causa: 8.478,82 euros.



*Luiz
M
PGR
Muniz*

NOTA 17 – Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 20/05/2019 pelo Conselho de Gestão.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

NOTA 18 - Instrumentos Financeiros

Conforme a NCP 18, a Instituição deve reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando a Instituição se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- i. Dinheiro;
- ii. Um instrumento de capital próprio de uma outra Instituição;
- iii. Um direito contratual;
- iv. De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra Instituição;
- v. De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a Instituição;

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- i. Uma obrigação contratual;
- ii. Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma entidade;
- iii. Para trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis; ou
- iv. Um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade

A Instituição reconhece inicialmente os seus ativos e passivos financeiros, pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, a Instituição mensura, em cada data de relato, todos os ativos e passivos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Em cada data de relato, a Instituição avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Instituição reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A Instituição desreconhece um ativo financeiro apenas quando:

- i. Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- ii. A Instituição transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro;

A Instituição desreconhece um passivo financeiro apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permaneceram na posse da Instituição.

Em 31 de dezembro de 2018 as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme se segue:

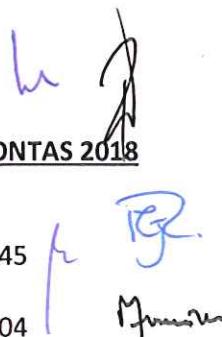
A) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

O montante global de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis à data de 31 de dezembro ascendeu a 10.522 440,43 euros. Este saldo traduz, essencialmente, o montante global dos financiamentos aprovados relativos a projetos, deduzidos dos respetivos montantes já recebidos. Apresenta-se no quadro abaixo a discriminação deste saldo por projeto.

20120001	TREASURE	11 550,19
20120002	Global Schools	27 609,24
20120003	Projeto PARRA (IFDR)	91 575,35
20120004	Desktop Unificado (SAMA)	1 718,65
20120005	Projeto COCOON (PTDC - 3438 e POCI - 016611)	47 742,81
20120009	Projeto nº 017626: PIGS+CARE	137 355,73
20120010	Projeto 017634 - Dem@Biofumados	61 133,17
20120011	Projeto 008465 - Ampliação do Complexo Zootécnico	6 248,70
20120012	POCH-02-5368-FSE-000026 - CTESP iniciado 2015/2016	85 047,93
20120013	IRUDESCA (Erasmus +)	7 615,80
20120014	Norte 2020 -08-5368-FSE - 000005 -CTESPS 2015/2016	219 767,67
20120015	Projeto RedValue	58 421,74
20120016	Projeto U-BIKE	96 358,70
20120017	Projeto EMER-N	7 062,93
20120019	Projeto WAW	35 573,52
20120020	Projeto PIN Poli-Entrepreneurship	21 840,01
20120021	Projeto Internacionalização ESP	27 731,15



20120022	Projeto +AGRO	84 817,37
20120024	Projeto Revitagri-P	314 392,98
20120025	Projeto TERR@ENO	161 280,22
20120026	Projeto ATIVAR	428 270,15
20120027	Projeto PORBIOTA	192 227,49
20120028	POCH-02-5368-FSE-000056 - CTESP 2016/2017	372 959,57
20120029	Projeto TERR@ALVA	71 912,71
20120030	Projeto NMSPCAM - FCT	72 589,09
20120031	Projeto AgeNortC - FCT	50 440,36
20120032	Projeto RnMonitor - FCT	40 685,33
20120033	Projeto SMOB - FCT	96 591,82
20120034	Projeto INCOME - Agência Nac. Erasmus + Educação e Formação	69 519,00
20120035	Projeto CompetiTUR	59 408,27
20120036	Projeto Gmove	5 153,96
20120037	Projeto ACCESS4All	6 402,40
20120038	Projeto The Route	14 180,51
20120039	Projeto Casa Avó	8 614,59
20120040	Projeto DeCodE	12 992,17
20120041	Projeto Maintenance4.0	11 445,25
20120042	Projeto SAFECARE	9 219,92
20120043	Projeto CIMO 2017	8 000,00
20120044	Municipio de Viana do Castelo - FAMI 079	4 045,51
20120045	Municipio de Viana do Castelo - FAMI 2018/20	18 685,97
20120046	SAMA-UTAD-Prjeto BeQA@HE POCI-05-5762-FSE-000081	172 059,88
20120047	Erasmus+: IN COMMON SPORTS	18 690,00
20120048	PDR - ClimCast	14 368,24
20120049	FCT - UNIAG	13 409,28
20120050	Projeto GET UP AND GOALS	206 420,51
20120052	NORTE 2020 - 000015 - CTESP 2016/2017	728 207,74
20120053	MAR2020 - Ranicultura	516 371,57
20120054	Projeto PDR - FTA+siv	31 743,20
20120055	Projeto PDR - Acontece In Loco	29 125,94
20120056	Projeto PDR - BioPest	24 800,81
20120057	Projeto NORTE - 08-5674-FEDER- 000004 - Equip. CTESPS	2 474 229,01
20120058	Projeto MobFood	80 584,06
20120059	Projeto POCTEP - BIOMASSA	127 948,92
20120060	Projeto POCTEP - ECODESTIN	69 568,98
20120061	Projeto POCTEP - INTERNOVAMARKET-FOOD	159 617,63
20120062	Projeto POCTEP - NUTRIAGE	114 628,53
20120063	Projeto VALORMAR	240 467,52
20120064	Projeto RICEPLUS - POCI-01-0247-FEDER-033389	121 180,50
20120065	HEALING: POCI-01-0145-FEDER-0320	119 144,53
20120066	TURNOUT: POCI-01-0145-FEDER-032289	48 492,15
20120068	POCH-02-5368-FSE-000078 -(Ciclo de Estudos iniciado em 2017/18)	513 049,80

20120069	NORTE-08-5368-FSE-000029 (Ciclo de Estudos iniciado em 2017/18)	906 863,45
20120071	Projeto PDR Maçã - FEADER-031969	25 279,04
20120072	GesPSA Kiwi - FEDER-POCI 03/SI/2017	117 240,49
20120073	SAMA - SMAC FEDER 035482	419 604,84
20120074	NexGenBS FEDER 0375543	144 444,95
20120075	BioChestnut PDR2020-1.0.1-FEADER-030948	24 160,93
20922	Outros credores - Docentes Erasmus	2 550,00
TOTAL		10.522.440,43

B) Clientes, contribuintes e utentes

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados na conta de clientes, contribuintes e utentes à data de 31 de dezembro de 2018:

Clientes, Contribuintes e Utentes		720 715,65
211	Clientes c/c	157 755,39
214	Utentes	562 960,26

A dívida de clientes, contribuintes e utentes respeita a:

- Faturação que se encontra em dívida relativa a vendas e prestações de serviço no montante de 157.755,39 euros;
- Dívida de alunos relativa a taxas (propinas, emolumentos, multas e outras penalidades) dos anos letivos de 2017/2018 e 2018/2019 pelo montante global de 562.960,26 euros.

Conforme referido na nota 9 relativa a imparidades, o total das imparidades acumuladas foi a seguinte:

- Clientes - no montante de 85.356,36 euros;
- Utentes - no montante de 448.292,79 euros.

C) Outras contas a receber

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas outras contas a receber à data de 31 de dezembro de 2018:

Outras Contas a Receber		23.414,55
272191	Propinas	13.310,51
272199	Outros acréscimos de rendimentos	7.202,80
225	Fornecedores em receção e conferência	38,85
2772	Entregues a terceiros	199,58
221	Fornecedores saldos devedores	672,74
2789111	Serviços de Ação Social	1.927,35
278919	Outros devedores-Outros	50,00
278929	Fornecedores investimento saldos devedores	12,72

D) Diferimentos (Ativo)

Os diferimentos no montante de 53.870,24 euros respeitam, essencialmente, a diversos custos de funcionamento da Instituição que deverão ser reconhecidos em períodos posteriores e que foram pagos antecipadamente, como é o caso de seguros e licenças de software.

E) Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos

O montante global de credores por transferências e subsídios não reembolsáveis à data de 31 de dezembro ascendeu a 323.015,28 euros. Este montante traduz, essencialmente, o financiamento relativo aos projetos financiados pelo Programa Erasmus e cuja identificação se indica abaixo.

20120023	Erasmus + (KA 103 - 035270) - Ano letivo 2017/2018	15.434
20120051	Projeto 2017-1-PT01-KA 103-035354 - Erasmus Ano letivo 2017/2018	36.619,48
20120067	Erasmus + Projeto RURASL KA 2018 2377.	54.968,80
20120079	Erasmus - Ano letivo 2018/2019 -2018-1-PT01-KA 103-046767	88.347,60
20120081	Erasmus Concorcio 2018/19 - Projeto 2018-I-PT01-KA 103-046931	92.950
20120082	ECOSAN – Fundo Ambiental - Projeto n.º 58	34.270,60
20921	Outros credores - Alunos Erasmus	424,8
TOTAL		323.015,28

L A
fz TGR.
M

F) Estado e outros entes públicos

A dívida ao Estado e outros entes públicos ascendeu a 547.988,54 euros, existindo um saldo devedor a favor do IPVC de 20,30 euros em resultado da emissão de uma reposição abatida aos pagamentos com descontos relativo à ADSE.

A discriminação desta dívida encontra-se indicada no quadro abaixo e respeita exclusivamente a descontos de vencimentos e retenções na fonte de trabalhadores independentes do mês de dezembro a pagar no mês de janeiro de 2019.

Neste sentido, o IPVC não possui dívidas em mora ao Estado ou a outras instituições públicas (Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE) relativamente a descontos e retenções efetuados no âmbito do processamento de remunerações.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas rubricas de Estado e outros entes públicos à data de 31 de dezembro de 2018:

Estado e Outros Entes Públicos		
	Passivo corrente	547.998,54
242	<i>Retenção de impostos sobre rendimentos</i>	
2421	De trabalho dependente	208 583,00
2422	De trabalho independente	2 438,57
243	<i>Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)</i>	
2436	IVA a pagar	21 973,84
245	<i>Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde</i>	
2451	<i>Sistemas de proteção social</i>	
24511	<i>Parte do trabalhador</i>	
245111	CGA	76 595,43
245112	Segurança Social - Regime Geral	22 973,07
24512	<i>Parte patronal</i>	
245121	CGA	165 824,18
245122	Segurança Social - Regime Geral	49 600,45
245123	Segurança Social - Trabalhadores Independentes	
	Ativo corrente	20,30
2452	<i>Subsistemas de saúde</i>	
24521	<i>Parte do trabalhador</i>	
245211	ADSE	20,30



G) Outras contas a pagar

A rubrica outras contas a pagar respeita essencialmente, ao acréscimo de gastos reconhecido relativamente ao subsídio de férias previsional a pagar em 2019 (e respetivos encargos) e férias vencidas a 01/01/2019, no montante de 2.134.185,18 euros.

Encontra-se também refletido o montante de 180.720,54 euros devido a diversas entidades parceiras de projetos financiados. Nestes projetos o IPVC é a entidade coordenadora dos mesmos e, como tal, fica responsável por transferir para os seus parceiros as verbas devidas em função da respetiva execução financeira dos projetos.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados nas outras contas a pagar à data de 31 de dezembro de 2018:

Outras contas a pagar		-2.432.705,94
27221	Remunerações a Liquidar	-2.134.185,18
27229	Outros acréscimos de gastos	-52.953,14
2312	Ao pessoal	-26.484,98
2382	Com o pessoal	-6.740,10
2789211	Serviços de Ação Social	-10.370,32
2789212	Serviços de Ação Social - Seguro Escolar	-913,00
278929	Outros credores-Outros	-182.292,12
27711	Parque de estacionamento - ESE	-1.003,25
27712	Cadeado - ESS	-147,50
211	Clientes saldos credores	-17.616,35

H) Diferimentos (passivo)

Esta rubrica do balanço engloba os gastos a reconhecer relativamente a projetos cofinanciados no total de 9.328.527,71 euros, assim como os rendimentos a reconhecer na área de propinas no total de 272.050,46 euros.

No quadro abaixo encontram-se discriminados os valores apresentados na rubrica de diferimentos – passivo à data de 31 de dezembro de 2018:

JL
PZ
Mun
RG.

DIFERIMENTOS PASSIVO		-9.600.578,17
2822	Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	-2.400.845,27
2821	Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	-6.927.682,44
28231	Propinas	-272.050,46

Adicionalmente, apresentamos abaixo um detalhe por cada rubrica do quadro acima apresentado, relativamente a transferência e subsídios de capital e subsídios correntes obtidos com condições:

**Gastos a reconhecer no âmbito da execução financeira de projetos cofinanciados
relativos a despesas correntes**

2821	Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	6 927 682,44
2821002	Projeto Treasure	31 886,55
2821003	Projeto Global Schools	0,41
2821005	Projeto PARRA (IFDR)	88 185,78
2821008	Projeto COCOON	37 076,61
2821009	Projeto Redvalue	25 002,30
2821010	Projeto nº 016159: PIGS+CARE	93 763,44
2821011	Projeto U-BIKE	94 477,55
2821012	Projeto EMER-N	48,97
2821014	Projeto WAW	3 988,01
2821015	Projeto PIN Poli-Entrepreneurship	21 840,01
2821016	Projeto Internacionalização ESP	9 701,41
2821017	Projeto + AGRO	101 347,48
2821019	Projeto 017634 - Dem@Biofumados	11 452,94
2821020	POCH - CTESPS 2015/2016 - 5368 - FSE - 000026	52 180,83
2821021	Norte 2020 - CTESPS 2015/2016 - 5368 - FSE - 000005	129 444,46
2821022	Projeto AgeNortC - FCT	42 697,45
2821023	Projeto SMOB - POCI-01-0145-FEDER-024043	94 476,76
2821024	Projeto RnMonitor - POCI-01-0145-FEDER-023997	47 284,49
2821025	Projeto Gmove	6 063,49
2821026	Projeto ACCESS4All	6 402,40
2821027	Projeto The Route	16 682,95

2821028	Projeto Casa Avó	10 134,81	PF
2821029	Projeto DeCodE	15 284,91	FM
2821030	Projeto Maintenance4.0	13 465,00	
2821031	Projeto SAFECARE	10 846,96	
2821032	Projeto CIMO 2017	1 180,10	
2821033	Projeto ATIVAR	452 649,23	
2821034	Municipio de Viana do Castelo - Projeto FAMI 079	1 717,16	
2821035	Municipio de Viana do Castelo - Projeto FAMI 2018/20	18 685,97	
2821036	SAMA-UTAD	212 169,16	
2821037	Erasmus+: IN COMMON SPORTS	31 150,00	
2821038	PDR - ClimCast	12 815,54	
2821039	FCT - UNIAG	13 409,28	
2821040	Projeto GET UP AND GOALS	231 573,03	
2821042	2017-1-PT01-KA103-035354 - Erasmus Consórcio Ano letivo 2017/2018	4 540,97	
2821043	POCH-02-5368-FSE-000056 - CTESP 2016/2017	223 618,94	
2821044	NORTE 2020 - 000015 - CTESP 2016/2017	373 571,61	
2821045	MAR2020 - Ranicultura	516 371,57	
2821046	Projeto INCOME	115 865,00	
2821047	Projeto PDR - FTA+siv	30 515,76	
2821048	Projeto PDR - Acontece In Loco	22 485,12	
2821049	Projeto PDR - BioPest	23 883,37	
2821050	Projeto NMSPCAM - FCT	9 554,71	
2821051	Projeto TERR@ALVA	51 888,90	
2821052	Projeto PORBIOTA	226 150,00	
2821053	Projeto MobFood	76 087,62	
2821054	Projeto Competitur	12 441,77	
2821055	Projeto Revitagri	310 273,84	
2821056	Projeto POCTEP - BIOMASSA	59 820,29	
2821057	Projeto POCTEP - ECODESTIN	28 177,12	
2821058	Projeto POCTEP - INTERNOVAMARKET-FOOD	83 889,99	
2821059	Projeto POCTEP - NUTRIAGE	57 279,10	
2821060	Projeto VALORMAR	282 902,97	
2821061	Projeto Terr@eno	183 541,17	
2821062	Projeto PDR Maçã - FEADER-031969	19 091,73	
2821063	HEALING: POCI-01-0145-FEDER-0320	171 123,25	
2821064	Projeto RICEPLUS - POCI-01-0247-FEDER-033389	100 680,19	

2821065	TURNOUT: POCI-01-0145-FEDER-032289	67 474,50
2821066	GesPSA Kiwi - FEDER-POCI 03/SI/2017	106 843,88
2821067	SAMA - SMAC FEDER 035482	269 185,62
2821068	NexGenBS FEDER 0375543	169 935,23
2821069	NORTE-08-5368-FSE-000029 (Ciclo de Estudos iniciado em 2017/18)	854 552,50
2821070	POCH-02-5368-FSE-000078 -(Ciclo de Estudos iniciado em 2017/18)	476 155,12
2821071	BioChestnut PDR2020-1.0.1-FEADER-030948	22 514,96
2821072	Erasmus Consórcio APNOR 2018/19 - Projeto 046931	24 933,33
2821073	Erasmus 2018/19 - 2018-1-PT01-KA103-046767	13 246,87

Gastos a reconhecer no âmbito da execução financeira de projetos cofinanciados

relativos a despesas de investimento:

2822	<i>Transferências e subsídios de capital obtidos com condições</i>	2 391 770,76
2822013	Projeto Treasure	11 379,47
2822020	Projeto COCOON (PTDC - 3438 e POCI - 016611)	744,49
2822027	Projeto NORTE - 08-5674-FEDER- 000004 - Equip. CTESPS	2 210 537,30
2822028	Projeto NMSPCAM - FCT	3 136,50
2822030	Projeto Competitur	2 522,52
2822033	Projeto MobFood	2 015,66
2822034	Projeto PDR Maçã - FEADER-031969	4 122,63
2822035	HEALING: POCI-01-0145-FEDER-0320	2 856,00
2822037	TURNOUT: POCI-01-0145-FEDER-032289	1 800,00
2822038	GesPSA Kiwi - FEDER-POCI 03/SI/2017	10 396,61
2822039	SAMA - SMAC FEDER 035482	150 419,22
2822040	BioChestnut PDR2020-1.0.1-FEADER-030948	914,87

I) Fornecedores e Fornecedores de investimento

A rubrica de fornecedores apresentava em 31 de dezembro de 2018 um saldo de 847.400,51 euros, enquanto a rubrica de fornecedores de investimento apresentava um saldo de 235.270,80 euros.

Salienta-se que o total da dívida a fornecedores engloba o montante de 461.773,25 euros respeitante a aquisições efetuadas ao abrigo do projeto que financia a aquisição de equipamentos para os CTESPS, cujo financiamento por parte das entidades financiadoras não tinha ocorrido até 31 de dezembro de 2018.

Apresentam-se nos quadros abaixo os principais saldos credores a favor de fornecedores.

Fornecedores c/c		
221017041	Galp Power, S.A.	25 261,60
221000375	Euromex - Facility Services, Lda	29 924,94
221008287	Rego de Almeida, Lda.	31 109,95
221016177	SEGOPER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, LDA	34 653,69

Fornecedores faturas em receção e conferência		
225021618	Aquimadeira Montassiste Solutions Lda	140 099,98
225003638	AVIC - António dos Prazeres da Silva & Filho Lda	20 479,20
225006944	NORLEQ - Equipamentos e Serviços, Unipessoal Lda	21 720,66
225015401	Melsport - Melgaço Desporto e Lazer, E.M.	27 060,00
225001305	UNICAM - Sistemas Analíticos, Lda.	30 737,70
225000899	SPECANALITICA - Equipamentos Científicos, Lda.	43 125,03

Fornecedores de Investimentos		
2711003096	MRA Instrumentação	60 776,76
2711021533	Serralharia Carvalho, Lda	60 188,21
2711022146	ONWORKS Construções, Lda	36 474,72

J) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros reconhecidos no montante de 90.125 euros encontram-se identificados na divulgação transitória relativa à aplicabilidade pela primeira vez do SNC-AP. Os referidos investimentos encontram-se mensurados ao custo de aquisição.



B
h
PZ.
f
Mmam

41	Investimentos financeiros	90.125,00
414	Investimentos noutras entidades	
4141	Participações de capital	
41411	APNOR - Associação dos Institutos Politécnicos do Norte	500,00
41412	INCUBO -Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho	86.125,00
41413	COTHN - Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola	1.500,00
41414	Régie Lima - Cooperativa Florestal e Social, Ciprl	1.000,00
41415	CentroHabitat- Assoc. Plataforma para a Construção Sustentável	1.000,00

K) Património Líquido

Abaixo encontram-se discriminados os movimentos ocorridos durante o período de 2018:

Património Líquido	2018			
	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Património/Capital	35.958.141,08	0,00	0,00	35.958.141,08
Resultados Transitados	-18.658.340,94	324.982,39	0,00	-18.983.323,33
Outras Variações do Capital Próp.	-131.556,04	0,00	77.843,21	-53.712,83
Resultado Líquido do Período	-452.441,29	2.163.537,22	452.441,29	-2.163.537,22
TOTAL	16.715.802,81	2.488.519,61	530.284,50	14.757.567,70

Os movimentos no património líquido associados à transição para o novo normativo encontram-se detalhados na nota 0 - Adoção pela primeira vez do SNC-AP — Divulgação Transitória, assim como na demonstração das alterações no património líquido.

L) Fornecimentos e serviços externos

Encontram-se abaixo discriminados os fornecimentos e serviços externos reconhecidos à data de 31 de dezembro de 2018:

62	Fornecimentos e serviços externos	3 306 501,14
622	Serviços especializados	1 689 361,07
6221	Trabalhos especializados	770 263,61
62211	Estudos, pareceres e consultoria jurídica	39 621,38
62212	Projetos e serviços de informática	69 809,17
622121	Serviços de informática - Desenvolvimento de software	4 820,95
622122	Serviços de Informática - Contratos de impressão	38 677,35
622129	Outros projetos e serviços de informática	26 310,87
62217	Formação ao pessoal	62 223,69
62219	Outros trabalhos especializados	598 609,37
6222	Publicidade, comunicação e imagem	109 914,96
6223	Vigilância e segurança	210 987,63
6224	Honorários	412 472,58
62242	Contratos individuais por avença	101 085,08
62243	Apoio judiciário	10 811,70
62249	Outros honorários	300 575,80
6226	Conservação e reparação	185 727,64
6228	Outros serviços especializados	-5,35
623	Materiais de consumo	283 891,52
6234	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	2 216,53
6235	Material de educação, cultura e recreio	228,77
6236	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	21 097,08
6238	Produtos químicos e de laboratórios	26 519,71
6239	Outros materiais diversos de consumo	161 184,26
624	Energia e fluidos	446 288,29
625	Deslocações, estadas e transportes	399 259,70
6251	Deslocações e estadas	249 892,29
6252	Transportes de pessoal	146 078,29
6253	Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	3 282,47
6258	Outros	6,65
626	Serviços diversos	487 700,56
6261	Rendas e alugueres	2 685,04
6262	Comunicação	74 602,25
6263	Seguros	6 587,86
6267	Limpeza, higiene e conforto	259 289,72
6268	Outros serviços	144 535,69

JL
BR.
Muniz

M) Gastos com pessoal

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

Todo o pessoal ao serviço da Instituição foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com a anteriormente referido.

Os gastos com pessoal relativos a 2018 totalizaram 15.579.221,08 euros, apresentando-se abaixo a respetiva distinção por subconta.

63	Gastos com o pessoal	15 579 221,08
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	962 111,51
632	Remunerações do pessoal	11 623 763,63
634	Indemnizações	56 040,03
635	Encargos sobre remunerações	2 877 504,81
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	2 025,75
638	Outros gastos com o pessoal	8 421,42
639	Outros encargos sociais	49 353,93

A informação relativa ao número de pessoal da Instituição encontra-se indicada no documento Relatório de Gestão, especificamente, no ponto relativo aos recursos humanos.

N) Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos relativos a 2018 totalizaram 401.625,57 euros, apresentando-se abaixo a respetiva distinção por subconta.

JL
RJ
Muniz

601	Transferências correntes concedidas	401 625,57
60101	Transferências a favor SAS	158 428,30
60102	Transferências para Inst. sem Fins Lucrativos	13 416,50
60103	Bolsas	224 889,83
601031	Bolsas de investigação	219 989,83
601033	Bolsas de mérito	4 900,00
60104	Transferências para Universidade de Aveiro	2 640,94
60199	Outras transferências correntes concedidas	2 250,00

Salienta-se que o gasto relativo a bolsas de investigação resulta dos contratos formalizados com bolseiros de investigação ao abrigo de diversos projetos cofinanciados pela União Europeia.

O) Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos que totaliza, a 31 de dezembro de 2018, 530.072,82 euros respeita, essencialmente, ao rendimento de imputação de subsídios e transferências para investimentos decorrentes da execução financeira de projetos cofinanciados. O rendimento refletido na conta de imputação de subsídios e transferências para investimentos ascendeu a 507.868,92 euros.

P) Outros gastos e perdas

O total da rubrica de outros gastos e perdas ascendeu, à data de 31 de dezembro de 2018, a 254.483,16 euros, conforme informação discriminada abaixo.

✓ RG. M. J.

68	Outros gastos e perdas	253 734,53
681	Impostos e taxas	120 774,46
6813	Taxas	120 774,46
68131	Taxas relativas a patentes/registo marcas	231,06
68132	Taxas de justiça	5 938,44
68133	Taxas A3ES	112 000,00
68139	Outras taxas	2 604,96
687	Gastos e perdas em investimentos não financeiros	669,80
6873	Abates	669,80
688	Outros	132 290,27
6881	Correções relativas a períodos anteriores	99 148,91
6883	Quotizações	33 140,36
688301	Quota Associação Univers. Lingua Portuguesa	1 000,00
688302	Quota Associação Atlas	325,00
688303	Quota Associação BAD	180,00
688304	Quota EFQM Private Stichting	289,86
688305	Quota Portugal Foods - Associação Integralar	1 500,00
688306	Quota APQ - Associação Portuguesa Qualidade	200,00
688307	Quotas OCEANO XXI	2 000,00
688308	Quota Area Alto Minho	1 200,00
688309	Quota Confraria do Vinho VErde	498,80
688312	Quota CNFS - centro nacional de competências dos frutos secos	150,00
688315	Quota Adriminho	59,86
688317	Quota CCISP	21 321,84
688318	Quota Sociedade Portuguesa de Materiais	30,00
688319	Quota CIAB	250,00
688320	Quota University Industry INternational Network	1 500,00
688321	Quota ETEN	300,00
688322	Quota Relacre	659,00
688323	Quota ASPEB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental	300,00
688324	Quota Centro Habitat	600,00
688325	Quota BBA - Associação Nacional para Recursos Marinhos e Biotecnologia Azul	100,00
688326	Quota Sociedade Portuguesa Química	72,00
688327	Quota Iseki- Food Association	50,00
688328	Quota Aripese	500,00
688329	Quota Associação Florestal do Lima	54,00
6889	Outros não especificados	1,00
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	748,63
691	Juros suportados	748,63
6918	Outros juros	748,63
69182	Outros	748,63
691821	Juros de mora não tributários	748,63
TOTAL DE OUTROS GASTOS E PERDAS		254.483,16

JL
BG.
Mmim

Q) Imparidade de ativos financeiros

A 31 de dezembro de 2018 o movimento ocorrido na rubrica de imparidades foi o seguinte:

Ativo	Natureza	Quantia Bruta Inicial	Aumentos ano	Diminuições ano	Quantia Bruta Final
Clientes de cobrança duvidosa	Ativo gerador de caixa	111.179,42	758,32	26.581,38	85.356,36
Utentes de cobrança duvidosa	Ativo gerador de caixa	518.597,56		70.304,77	448.292,79
	Total	629.776,98	758,32	96.886,15	533.649,15

A imparidade de 2018 relativa a clientes de cobrança duvidosa foi reconhecida para a totalidade dos clientes que possuíam saldos devedores há mais do que um ano económico, ou seja, cuja faturação tinha sido emitida até 31/12/2017.

Relativamente aos clientes de cobrança duvidosa foi reconhecido um rendimento em 2018 de 751,33 euros relativo a reversões de imparidades reconhecidas em anos anteriores, na medida em que os clientes em causa liquidaram a respetiva dívida.

No âmbito do reconhecimento da imparidade relativa a utentes, a mesma respeita às dívidas dos alunos inscritos na Instituição.

Em anos anteriores, a imparidade relativa à dívida de alunos era reconhecida com base nas dívidas existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior ao das demonstrações financeiras.

No ano económico de 2018, e considerando que os alunos têm efetuados planos de dívida para proceder ao pagamento de propinas, maioritariamente do ano letivo em curso e do ano letivo imediatamente anterior, optou-se por alterar o referido procedimento de contabilização desta imparidade. Neste sentido, considerou-se como estando em imparidade a dívida dos alunos relativa aos anos letivos anteriores aos dois últimos anos letivos, ou seja, a dívida relativa aos anos letivos anteriores ao ano letivo 2017/2018.

Esta alteração justifica o rendimento registado em 2018 relativo a reversões de imparidade de utentes no total de 70.304,77 euros.

JL
BR.
Mun.2018

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

1 - Os termos e condições associados a transações com partes relacionadas não diferem dos normalmente associados a transações semelhantes com partes não relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2018, a entidade relacionada da Instituição é a Unidade Funcional do IPVC - Serviços de Ação Social do IPVC - vocacionada para assegurar as funções da ação escolar, cuja gestão financeira compete ao Conselho de Gestão do IPVC.

No quadro a seguir apresentado encontram-se refletidos os saldos devedores e credores relativos às transações efetuadas com os Serviços de Ação Social, assim como, os respetivos valores acumulados para cada uma das contas indicadas.

Conta	Descriutivo	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
211/27891	Clientes/Outros Devedores	1.266,79 D	15.822,04	15.161,48	1.927,35 D
22/27892	Fornecedores/Outros Credores	191,23 C	181.677,98	191.857,07	10.370,32 C
225	Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	150.344,78	150.610,90	266,12 C
27892	Seguro Escolar	269,00 C	34.953,00	35.597,00	913,00 C

As transações refletidas nas contas de clientes/outros devedores respeitam, essencialmente, a faturação emitida pelo IPVC no âmbito da venda de material de escritório e material de limpeza e higiene.

As transações refletidas nas contas de fornecedores/outros credores traduzem, essencialmente, as aquisições de bens alimentares e serviços de catering solicitados aos Serviços de Ação Social, decorrentes das necessidades inerentes ao normal desenvolvimento da atividade operacional do IPVC. Encontram-se ainda refletidas as transferências correntes realizadas a favor destes serviços já previstas no orçamento inicial da Instituição e sujeitas a pequenos reforços no decorrer na execução orçamental de 2018.

O montante relativo a seguro escolar corresponde ao total da verba faturada a alunos relativamente a seguro escolar, cujo montante é transferido para os Serviços de Ação Social e registado como crédito nestes serviços, na medida em que também é neste serviço que a despesa do seguro escolar é processada e paga.

2 - A informação relativa ao pessoal chave de gestão encontra-se referida no documento Relatório de Gestão no ponto 1.2.2 - Órgãos e Serviços.

A remuneração anual dos membros que constituem o Conselho de Gestão, correspondente ao ano de 2018, é a que se apresenta no quadro seguinte. Refere-se que, relativamente aos diretores das unidades orgânicas, apenas se apresenta o montante do suplemento auferido pelo exercício deste cargo, na medida em que a remuneração base corresponde à remuneração da categoria de origem (docente). f.pz.

Cargo	Remuneração Base	Despesas de Representação	Suplementos
Presidente	83.642,02		
Vice-Presidente	80.204,74		
Administrador	44.435,30	7.005,72	
Diretor de Unidade Orgânica			6.416,34

Outras Informações

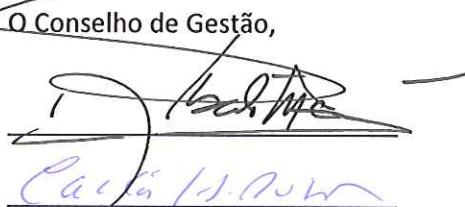
No ano de 2018 não foi possível aplicar a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, prevista no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, na medida em que, por um lado, não foi possível alocar recursos humanos, com os conhecimentos técnicos especializados necessários, a esta área de atuação, e por outro lado, não foram disponibilizadas pela *software house* todas as funcionalidades necessárias à aplicabilidade da referida norma.

Para efeitos de submissão da prestação de Contas ao Tribunal de Contas, o documento de prestação de contas “balanço” teve de ser alterado de forma a refletir a compensação de saldos devedores e credores para algumas rubricas apresentadas no referido documento.

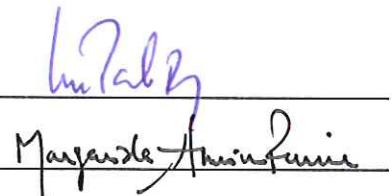
Viana do Castelo, 20 de maio de 2019

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão,


Cecília M. P. Almeida


Nossa G. Rocha


Margarida A. Alves Faria

3. Demonstrações Orçamentais

3.1 Demonstração do desempenho orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (2018)				TOTAL	2017
		RP	RG	EU	EMPR	TOTAL	
Saldo de gerência anterior							
Operações orçamentais [1]	13.119,63	2.116,69		15.236,32	119.404,47		
Restituição do saldo por operações orçamentais				423.986,93	366.347,88		
Receita corrente							
R1 Receta fiscal							
R1.1 Impostos diretos							
R1.2 Impostos indiretos, sociais e subsistemas de saúde							
R2 Taxas, multas e outras penalidades	4.071.895,62			4.080.503,35			
R3 Rendimentos de propriedade							
R4 Transferências correntes							
R5 Administrações Públicas							
R5.1 Administração central - Estado							
R5.2 Administração central - Outras entidades	34.270,60	34.105,68	161.573,96		229.950,24	89.005,40	
R5.3 Segurança Social							
R5.4 Administração Regional							
R5.5 Administração Local							
R5.5.1 Exterior - UE							
R5.5.2 Outras							
R6 Venda de bens e serviços	446.190,26			446.190,26			
R7 Outras receitas correntes	12.949,91			488.093,39			
R8 Reposição não abatidas aos pagamentos	3.064,28			800,00			
R9 Receitas de capital							
R9.1 Venda de bens de investimento							
R9.2 Transferências de Capital							
R9.3 Administrações Públicas							
R9.4 Administração central - Estado							
R9.5 Administração central - Outras entidades							
R9.6 Segurança Social							
R9.7 Administração Regional							
R9.8 Administração Local							
R9.9 Exterior - UE							
R9.9.1 Outras							
R10 Outras receitas de capital							
R11 Receita efectiva [2]	4.606.455,11	13.194.973,06	2.866.788,25	0,00	20.668.216,42	18.875.267,93	
R12 Receita com ativos financeiros							
R13 Receita com passivos financeiros							
R14 Operações de tesouraria [3]							
R15 Soma [4]=[1]+[2]+[3]	4.619.574,74	13.194.973,06	2.868.904,24	0,00	20.683.452,74	18.894.972,40	
R16 Operações de tesouraria [5]							

RUBRICA	Pagamentos	FONTE DE FINANCIAMENTO (2018)				TOTAL	2017
	RP	RG	EU	EMPR	Total		
Despesas corrente							
D1 Despesas com o pessoal							
D1.1 Remuneração, Cortes e Permanentes	1.516.724,43	10.245.096,76				12.239.617,55	12.215.190,17
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	37.498,64	79.890,07				117.197,95	82.821,92
D1.3 Segurança Social	204.827,72	2.473.384,01				2.703.023,28	2.814.380,51
D2 Aquisição de bens e serviços	2.070.165,85	6.322,34				2.766.077,19	2.505.597,06
D3 Juros e outros encargos	609,10					748,63	
D4 Transferências correntes							
D4.1 Administrações Públicas							
D4.1.1 Administração Central - Estado							
D4.1.2 Administração Central - Outras entidades	151.690,30						
D4.1.3 Segurança Social							
D4.1.4 Administração Regional							
D4.1.5 Administração Local							
D4.2 Instituições sem fins lucrativos	20.279,16						
D4.3 Famílias	118.888,45						
D4.4 Outras							
D5 Subídios							
D6 Outras despesas correntes	131.408,97						
D7 Despesa de capital							
D7.1 Investimento	349.230,12	19.856,60	1.309.941,22			1.679.027,94	642.853,98
D7.2 Transferências de capital							
D8 Administrações Públicas							
D8.1 Administração Central - Estado							
D8.1.1 Administração Central - Outras entidades							
D8.1.2 Segurança Social							
D8.1.3 Administração Regional							
D8.1.4 Administração Local							
D8.2 Instituições sem fins lucrativos							
D8.3 Famílias							
D8.4 Outras							
D9 Outras despesas de capital							
D10 Despesa efectiva [5]	4.601.322,74	12.835.063,61	2.868.350,25	0,00	20.304.736,60	18.879.736,08	
D11 Despesa efectiva [6]							
D11.1 Ativos financeiros							
D11.2 Passivos financeiros							
D12 Saldo para a gerência seguinte							
D12.1 Operações orçamentais [8] = [6]-[7]							
D12.2 Operações de tesouraria [D]=[A][B][C]	18.822,00	359.909,45	554,69	0,00	0,00	378.716,14	15.263,32
D12.3 Saldo global [2]-[5]	5.132,37	359.909,45	-1.362,00	0,00	0,00	363.479,82	-104.681,15
D12.4 Despesa primária							
D12.5 Saldo corrente							
D12.6 Saldo de capital							
D12.7 Saldo primário							
D12.8 Receita total [1]+[2]+[3]	4.619.574,74	13.194.973,06	2.868.904,94	0,00	0,00	20.683.452,74	18.894.972,40
D12.9 Despesa total [5]+[6]	4.601.322,74	12.835.063,61	2.868.350,25	0,00	0,00	20.304.736,60	18.879.736,08

3.2 Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas líquidas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Emissões (6)	Reembolsos e restituições Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Receitas cobradas líquidas (10)=(5)-(7)	Total (10)+(9)-(11)	Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental Periodos anteriores (12)=(8)/(11)×100
Receita corrente														
R3	Taxes, multas e outras penalidades	5.508.388,00 €	782.913,01 €	4.794.253,17 €	73.918,36 €	4.509.183,66 €	4.417.175,2 €	437.287,04 €	372.681,15 €	3.699.215,47 €	4.071.896,62 €	1.431.351,20 €	6.77%	67,16%
RS	Transferências Correntes													
RS1	Administrações Públicas	13.155.779,00 €	- €	13.155.779,00 €	- €	13.155.779,00 €	- €	- €	- €	- €	13.155.779,00 €	13.155.779,00 €	- €	0,00% 100,00%
RS11	Administração Central - Estado	262.825,00 €	- €	229.950,24 €	- €	229.950,24 €	- €	- €	- €	- €	229.950,24 €	229.950,24 €	- €	0,00% 87,49%
RS12	Administração Central - Outras entidades	37.190,00 €	- €	37.183,44 €	- €	37.183,44 €	- €	- €	- €	- €	37.183,44 €	37.183,44 €	- €	0,00% 99,36%
RS15	Administração Local	5.960.002,00 €	- €	2.221.409,28 €	- €	2.221.409,28 €	- €	- €	- €	- €	2.221.409,28 €	2.221.409,28 €	- €	0,00% 37,27%
RS2	Exterior - UE	681.886,00 €	195.714,31 €	522.173,14 €	36.894,76 €	446.540,26 €	372,50 €	350,00 €	86.116,29 €	360.073,97 €	446.190,26 €	234.800,43 €	12.63%	52,81%
R6	Venda de bens e serviços	1.119.580,00 €	3.100,00 €	503.193,30 €	- €	501.043,30 €	- €	- €	3.100,00 €	497.943,30 €	501.043,30 €	5.250,00 €	0,28%	44,46%
R7	Outras receitas correntes	5.489,00 €	- €	4.764,41 €	- €	4.764,28 €	- €	- €	- €	4.764,28 €	4.764,28 €	0,13 €	0,00%	86,80%
Receita de capital														
R912	Administração Central - Outras entidades	3.783,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00%	0,00%
R14	Saldo da geração anterior - operações orçamentais	15.238,00 €	- €	15.236,32 €	- €	15.236,32 €	- €	- €	- €	15.236,32 €	15.236,32 €	- €	0,00%	99,99%
TOTAL		26.750.560,00 €	981.727,32 €	21.483.940,30 €	110.813,12 €	21.121.089,78 €	442.090,02 €	437.637,04 €	461.897,44 €	20.221.555,30 €	20.683.452,74 €	1.671.401,76 €	1.73%	75,9%



3.3 Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos/descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposição		Total (3)=(6)+(7)	Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Receitas cobradas líquidas por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental (11)=(6)/(2)×100
							Período anteriores (6)	Período corrente (7)				
Despesa corrente												
D1	Despesas com o pessoal	- € 13.001.930,00 €	- € 12.547.852,85 €	12.547.852,85 €	- € 12.239.637,55 €	12.239.637,55 €	- €	- €	308.215,30 €	- €	0,00%	94,14%
D11	Remunerações Certas e Permanentes	- € 139.223,00 €	- € 134.586,66 €	134.586,66 €	- € 134.586,66 €	134.586,66 €	- €	- €	- €	- €	0,00%	96,67%
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	- € 2.944.628,00 €	- € 2.918.585,67 €	2.918.585,67 €	- € 2.703.023,28 €	2.703.023,28 €	- €	- €	215.562,39 €	- €	0,00%	91,80%
D13	Segurança social	229.217,26 €	5.021.129,00 €	3.319.504,82 €	229.217,26 €	2.536.859,93 €	2.766.077,19 €	199.763,61 €	553.427,63 €	4.57%	50,52%	99,82%
D2	Aquisição de bens e serviços	- € 750,00 €	- € 748,63 €	748,63 €	- €	748,63 €	- €	- €	- €	- €	0,00%	
D3	Juros e outros encargos											
D4	Transferências correntes											
D41	Administrações Públicas											
D42	Administração Central - Outras entidades	- € 161.070,00 €	- € 161.069,24 €	161.069,24 €	- € 161.069,24 €	161.069,24 €	- €	- €	- €	- €	0,00%	100,00%
D43	Instituições sem fins lucrativos	250,00 €	59.058,00 €	47.667,00 €	250,00 €	33.831,16 €	34.084,16 €	- €	13.585,84 €	- €	0,42%	57,28%
D44	Famílias	- € 572.879,00 €	- € 419.845,89 €	418.885,89 €	- €	415.545,89 €	415.545,89 €	980,00 €	3.320,00 €	0,00%	72,54%	
D6	Outras despesas correntes	30,00 €	198.614,00 €	184.559,56 €	30,00 €	170.939,06 €	170.939,06 €	- €	14.020,50 €	- €	0,02%	86,05%
D7	Despesa de capital	297.051,77 €	4.651.279,00 €	- € 2.414.071,65 €	2.184.113,61 €	297.051,77 €	1.381.976,17 €	1.679.027,94 €	229.958,04 €	505.085,67 €	6,39%	29,71%
	Investimento	TOTAL 526.549,03 €	26.750.560,00 €	- € 22.348.655,58 €	21.917.953,93 €	526.549,03 €	19.778.187,57 €	20.304.736,60 €	430.701,65 €	1.613.217,33 €	1,97%	73,94%

3.4 Anexo às demonstrações orçamentais

1 - Alterações orçamentais da receita

Rubrica	Tipo	Previsões iniciais	Receita			Previsões corrigidas
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais	
R11	P/M	-	4.389,00	-	1.100,00	5.489,00
R14	P/M	-	-	-	15.238,00	15.238,00
R3	P/M	3.782.500,00	510.211,00	586.611,00	1.802.288,00	5.508.388,00
R511	P/M	12.344.785,00	-	-	810.994,00	13.155.779,00
R512	P/M	35.254,00	87.690,00	-	139.881,00	262.825,00
R515	P/M	112.950,00	37.190,00	112.950,00	-	37.190,00
R52	P/M	4.176.950,00	892.037,00	951.453,00	1.842.468,00	5.960.002,00
R6	P/M	227.500,00	213.820,00	13.749,00	254.315,00	681.886,00
R7	P/M	1.160.000,00	137.000,00	186.720,00	9.700,00	1.119.980,00
R912	P/M	34.637,00	-	30.854,00	-	3.783,00
		21.874.576,00	1.882.337,00	1.882.337,00	4.875.984,00	26.750.560,00

2 - Alterações orçamentais da despesa

Rubrica	Tipo	Dotações Iniciais	Despesa			Dotações corrigidas
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais	
D11	P/M	12.660.302,00	2.062.744,00	2.275.116,00	554.000,00	13.001.930,00
D12	P/M	18.900,00	168.589,00	48.266,00	-	139.223,00
D13	P/M	2.891.581,00	559.239,00	727.502,00	221.310,00	2.944.628,00
D2	P/M	3.250.254,00	2.471.229,00	2.807.462,00	2.107.108,00	5.021.129,00
D3	P/M	-	761,00	11,00	-	750,00
D412	P/M	110.000,00	9.607,00	128.685,00	170.148,00	161.070,00
D42	P/M	-	60.166,00	1.108,00	-	59.058,00
D43	P/M	374.289,00	448.831,00	337.938,00	87.697,00	572.879,00
D6	P/M	10.000,00	175.328,00	10.865,00	24.151,00	198.614,00
D7	P/M	2.559.250,00	1.678.968,00	1.298.509,00	1.711.570,00	4.651.279,00
		21.874.576,00	7.635.462,00	7.635.462,00	4.875.984,00	26.750.560,00

4 - Operações de Tesouraria

Código das contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
0711/0712	Intermediação de fundos	421.311,29	682.967,57	923.558,32	180.720,54
0719/0729	Outras receitas/despesas de operações de tesouraria	2.675,64	127.448,41	127.165,47	2.958,58
	TOTAL	423.986,93	810.415,98	1.050.723,79	183.679,12

5 — Contratação administrativa

5.1 — Situação dos contratos

Entidade	Objecto	Contrato			Visto Tributo Contas	Data do Primeiro pagamento	Pagamentos na Gerência		Pagamentos Acumulados		Observações
		Data	Valor	Nº de Registo			Trabalhos Normais de Preços	Revisão	Trabalhos Normais de Preços a Mais	Revisão	
Euronext - Facility Services, Lda	2014/CP/005	01-09-2015	41.202,54		02-10-2015	15.669,02			25.533,52		
Euronext - Facility Services, Lda	2014/CP/005	01-09-2015	164.972,67		03-10-2015	62.732,92			102.234,75		
Rego de Almeida, Lda.	2014/CP/005	01-01-2017	48.043,80		02-02-2017	23.033,46			25.010,34		
Rego de Almeida, Lda.	2014/CP/005	01-09-2015	283.227,96		05-10-2015	94.410,12			188.816,94		
Euronext - Facility Services, Lda	2014/CP/006	01-10-2017	98.540,08		06-10-2015	40.551,96			57.988,12		
Lis Prime - Multiservices, S.A.	2014/CP/007	01-08-2015	34.759,80		07-10-2015	12.723,54			22.036,26		
SEGO PER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, LDA	2014/CP/004	01-06-2016	214.049,52		04-07-2016	71.439,03			112.881,39		
SEGO PER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, LDA	2014/CP/004	01-06-2016	214.049,52		04-07-2016	71.439,03			112.881,39		
Pinto & Cruz, Lda	2016 ESPAP_002	01-06-2016	84.751,92		04-07-2016	28.285,95			44.694,87		
ALTICE/MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	2016/AID/005	17-02-2016	15.010,92		00-01-1900	10.110,60			15.165,90		
M. Rodrigues & Associados - SP, RL	2016/AID/037	01-09-2016	26.346,60		18-11-2016	8.782,20			11.258,19		
Barcomedias-Medicina no trabalho, Lda	2016/AID/046	01-01-2017	24.000,00		13-06-2017	8.000,00			8.000,00		
José Durão, Unipessoal, Lda	2016/CLPQ/001	01-01-2017	221.400,00		14-03-2017	73.800,00			73.800,00		
Galp Power, S.A.	04/AQ-ELE/DSCP-UNIC/2016	06-03-2017	599.168,07		05-04-2017	256.538,24			216.988,19		
EDP Comercial-Comercialização de Energia, SA	05/AQ-GRN/DSCP-UNIC/2017	01-04-2018	49.820,55		30-05-2018	43.285,69			0,00		
ALTICE/MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	02/CP1/UNIC/2017	18-03-2018	7.075,69		00-01-1900	2.358,56			0,00		
NOS Comunicações, SA	02/CP1/UNIC/2017	18-03-2018	12.529,80		00-01-1900	4.176,50			0,00		
SEGO PER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, LDA	2014/CP/004	01-04-2016	32.533,50		00-01-1900	16.974,00			11.316,00		
Maria De La Salete Coelho da Rocha Pereira da Silva	2017/AID/009	07-02-2017	43.545,49		14-03-2017	4.202,12			39.343,37		
João Araújo & António Oliveira - SROC, Lda	2017/AID/021	16-02-2017	2.624,82		29-12-2017	1.749,88			874,94		
SGS International Certification Services, Lda	2017/AID/029	14-03-2017	7.702,33		09-03-2018	3.694,94			0,00		
Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda	2017/AID/040	14-07-2017	11.992,50		22-08-2017	11.377,50			615,00		
Aurea Leonor Cerqueira Gomes	2017/AID/049	05-07-2017	33.210,00		29-08-2017	15.846,00			6.600,00		
Jessica da Cunha Domingues	2017/AID/045	05-07-2017	21.360,00		29-08-2017	17.088,00			4.272,00		
Franco & Ruben - Construções, Lda	2017/AID/056	10-08-2017	58.334,10		20-11-2017	4.958,61			53.475,49		
CTT - Correios de Portugal, S.A.	2017/AID/064	20-07-2017	8.897,76		04-04-2018	8.897,76			0,00		
Manuel Sousa & Irmão, Lda	2017/AID/070	28-11-2017	19.595,59		05-03-2018	19.595,59			0,00		
S.E.S.I. - Sistemas Electrónicos Segurança Integrada	2017/AID/071	05-09-2017	8.827,46		30-11-2017	910,20			7.007,06		
SEGO PER PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, LDA	2017/AID/072	01-09-2017	30.750,00		05-11-2017	18.450,00			4.612,50		
Easy Cíclde, Unipessoal, Lda	2017/AID/075	11-10-2017	12.693,60		18-04-2018	12.693,60			0,00		
Ventil - Engenharia do Ambiente, Lda.	2017/AID/074	19-09-2017	52.828,50		18-01-2018	52.828,50			0,00		
Hotel Monte Prado Turcas - Actividades Turísticas, S.A	2017/AID/076	16-05-2018	7.242,00		23-10-2018	7.242,00			0,00		

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

Entidade	Contrato			Visto Tributo Contas	Data do Primeiro pagamento	Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados	Observações
	Objecto	Data	Valor	Nº de Registo	Data	Trabalhos Normais de Preços	Trabalhos a Mais	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	
Simão Pedro Alves da Silva	2017/AID/078	08-10-2017	10.680,00		14-12-2017	8.900,00			1.780,00	
Multisector Norte Innovation Consulting, Lda.	2017/AID/079	21-11-2017	58.302,00		29-12-2017	32.066,12			11.660,40	
Ubiquity Technology, Lda.	2017/AID/082	29-11-2017	56.949,00		05-03-2018	19.932,15			0,00	
Mariâna Sara de Almeida Cerdela e Figueiredo Cardoso	2017/AID/084	18-12-2017	34.833,60		13-06-2018	12.287,70			0,00	
CESCE - Soluções Informáticas, S.A.	2017/AID/086	29-11-2017	16.267,52		03-05-2018	16.267,52			0,00	
Digitalis - Distribuição e Gestão de Informática, Lda	2017/AID/085	04-12-2017	17.940,40		05-03-2018	17.940,40			0,00	
UNICAM - Sistemas Analíticos, Lda.	2017/AID/087	19-12-2017	13.431,74		13-06-2018	13.431,74			0,00	
Beltrão Coelho Minho - Sistemas de Escritório, Lda.	2017/AID/088	18-12-2017	381,42		05-03-2017	381,42			0,00	
Paralab - Equipamentos Industriais e de Laboratório, S.A.	2017/AID/089	15-12-2017	21.340,50		09-03-2018	21.340,50			0,00	
PSE - Produtos e Serviços de Estatística, Lda	2017/AID/090	15-12-2017	10.034,34		05-03-2018	10.034,34			0,00	
Sónia & Marina Figueiredo Abrantes Santos	2017/AID/091	19-12-2017	2.000,00		23-02-2018	2.000,00			0,00	
Beltrão Coelho Minho - Sistemas de Escritório, Lda.	2017/AID/092	18-12-2017	88.093,93		23-02-2018	38.677,35			0,00	
OVNIUR - Viagens e Turismo, Lda.	2017/AID/094	05-01-2018	92.246,31		29-06-2018	38.097,90			16.050,71	
JESSICA MARIA DA SILVA PEREIRA	2017/AID/098	19-12-2017	4.470,00		23-02-2018	4.470,00			0,00	
Milho Brinde - Agência de Publicidade, Lda	2017/AID/099	19-12-2017	11.021,35		18-04-2018	11.021,35			0,00	
ArrobaBit de Paulo & Cesar - Informática, Lda	2017/AID/103	23-02-2018	9.179,49		18-04-2018	9.179,49			0,00	
Beltrão Coelho Minho - Sistemas de Escritório, Lda.	2017/AID/103	23-02-2018	3.789,43		18-04-2018	3.789,43			0,00	
Edutrainning Unipessoal, Lda	2017/AID/105	29-12-2017	18.860,00		23-02-2018	18.860,00			0,00	
Paulo Teixeira - Contabilidade Unipessoal, Lda	2017/AID/106	29-12-2017	27.306,00		23-02-2018	27.306,00			0,00	
ORBOOM - Equipamentos e Serviços de Informática, Lda	2017/AID/107	29-12-2017	27.306,00		23-02-2018	27.306,00			0,00	
RMC - Tecnologias de Informação, Lda.	2017/AID/108	29-12-2017	27.306,00		23-02-2018	27.306,00			0,00	
Rolling Space, Lda.	2017/AID/109	05-01-2018	27.306,00		23-02-2018	27.306,00			0,00	
EYETI Solutions Unipessoal, Lda	2017/AID/110	05-01-2018	27.306,00		23-02-2018	27.306,00			0,00	
Poupenergia, Lda	2017/AID/111	02-02-2018	8.474,70		20-03-2018	8.474,70			0,00	
Construções Soujulima 2, Lda	2017/AID/112	26-02-2018	46.965,56		26-10-2018	46.965,56			0,00	
Pedro Miguel Araújo de Sousa	2017/AID/113	02-02-2018	19.539,62		23-02-2018	19.539,62			0,00	
Ambiental Interno Unipessoal, Lda	2017/CP/001	11-08-2017	202.310,40		23-10-2018	202.310,40			0,00	
AVIC - António dos Prazeres da Silva & Filho Lda	2017/CP/002	04-09-2017	325.900,80		30-11-2017	164.407,68			21.064,32	
NAUTIUS, S.A.	2017/CP/003	25-09-2017	87.298,32		24-04-2018	87.298,32			0,00	
Eurochelvex - Estanques Metálicos, Lda	2017/CP/003	25-09-2017	42.155,84		29-12-2017	0,00			42.155,84	
Biopulse, Lda	2017/CP/006	11-10-2017	4.046,70		11-06-2018	4.046,70			0,00	
APOCEU - Comércio e Indústria de Equipamento de Áudio e Vídeo	2017/CP/007	19-10-2017	42.111,51		04-04-2018	42.111,51			0,00	
Fafmúsica - Instrumentos Musicais, Lda	2017/CP/007	19-10-2017	26.499,12		18-01-2018	26.499,12			0,00	

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

Entidade	Objecto	Contrato		Visto Trib. de Contas	Data do Primeiro pagamento	Trabalhos Normais	Trabalhos a Mais	Revisão de Preços	Pagamentos na Gerência	Pagamentos Acumulados	Observações
		Data	Valor								
Emilio de Azevedo Campos, S.A.		19-10-2017	51.592,35		24-04-2018	51.592,35				0,00	
ITEN solutions - Sistemas de Informação, SA		07-12-2017	73.581,95		15-02-2018	36.790,97				0,00	
BioPulse, Lda		15-03-2018	19.755,95		08-04-2019	0,00				0,00	
Emilio de Azevedo Campos, S.A.		23-04-2018	12.728,04		13-07-2018	12.728,04				0,00	
Fairmúsica - Instrumentos Musicais, Lda		23-04-2018	8.969,48		13-07-2018	8.969,48				0,00	
Gonçalves & Novais, Lda		23-04-2018	33.185,35		29-06-2018	33.185,35				0,00	
Embraceadgets, Lda		23-04-2018	15.215,10		13-07-2018	15.215,10				0,00	
DECUNIFY-Soluções de Comunicações, S.A.		08-02-2018	217.933,60		11-05-2018	217.933,60				0,00	
Ambicontrol - Controlo de Poluição, Lda		31-07-2018	36.255,48		29-11-2018	36.255,48				0,00	
MRAA Instruments		31-07-2018	60.776,76		07-02-2019	0,00				0,00	
Interphysiv - Equipamentos Técnicos Unipessoal Lda		31-07-2018	5.141,40		29-11-2018	5.141,40				0,00	
Scancel, Lda		31-07-2018	6.186,90		15-11-2018	6.186,90				0,00	
ADMEDIDA Instrumentação, Lda		31-07-2018	67.614,33		15-11-2018	67.614,33				0,00	
VMR International - Material de Laboratório, Lda.		31-07-2018	3.049,27		28-12-2018	3.049,27				0,00	
NORLEQ - Equipamentos e Serviços, Unipessoal Lda		31-07-2018	26.581,62		05-04-2019	0,00				0,00	
NORLEQ - Equipamentos e Serviços, Unipessoal Lda		31-07-2018	8.610,00		00-01-1900	0,00				0,00	
Frilab II, Lda.		31-07-2018	23.683,65		05-12-2018	23.683,65				0,00	
ILC - Instrumentos de Laboratório e Científicas, Lda.		31-07-2018	954,48		22-03-2019	0,00				0,00	
DigitalGeo, Lda.		31-07-2018	23.443,80		28-12-2018	23.443,80				0,00	
Aquimadeira Montasisté Solutions Lda		05-06-2018	140.099,98		22-03-2019	0,00				0,00	
Medis, Lda.		05-06-2018	54.036,91		00-01-1900	0,00				0,00	
Frilab II, Lda.		05-06-2018	11.175,73		15-11-2018	11.175,73				0,00	
FRISINDE-EQUIPAMENTOS INDUSTRIALIS, LDA		05-06-2018	15.265,90		15-11-2018	15.265,90				0,00	
PERIZZO S.R.L.		09-02-2018	18.300,86		28-02-2018	18.300,86				0,00	
Moisés & Gonçalves, Lda.		16-02-2018	19.526,40		30-04-2018	19.526,40				0,00	
Bilis Creative, Lda.		09-05-2018	8.328,33		21-05-2018	8.328,33				0,00	
J. Caamaño, Lda		23-03-2018	17.472,72		30-05-2018	17.472,72				0,00	
Lillian Brás Gonçalves		26-03-2018	13.284,00		30-07-2018	13.284,00				0,00	
David Luís Sarmiento Gonçalves		26-03-2018	13.284,00		12-09-2018	13.284,00				0,00	
SPI-Sociedade Portuguesa de Inovação, SA		29-03-2018	20.295,00		16-07-2018	20.295,00				0,00	
Iduna - Comércio e Indústria de Mobiliário, SA		12-07-2018	10.506,05		08-11-2018	10.506,05				0,00	
Carlos Manuel Cunha Carvalho Marques		13-06-2018	14.145,00		07-08-2018	9.545,00				0,00	

Maria
h R.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

Entidade	Contrato	Objecto	Data	Valor	Nº de Registo	Data	Visto Tributo Contas			Data do Primeiro pagamento			Pagamentos na Gerência			Pagamentos Acumulados			Observações
							Trabalhos Normais de Preços	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Normal	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Normal	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Normal	Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	
APCER - Associação Portuguesa de Certificação	2018/AID/012		23-05-2018	10.147,50		27-09-2018	10.147,50			0,00									
OLGA CRISTIANA MAGALHÃES DA SILVA	2018/AID/013		30-04-2018	17.650,50		30-05-2018	17.650,50			0,00									
ALTICE/MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	2018/AID/014		09-05-2018	294,90		25-05-2018	86,01			0,00									
Márcio Teixeira Ferreira	2018/AID/015		13-06-2018	14.464,80		30-07-2018	6.027,00			0,00									
Rui Carvalho, Lda.	2018/AID/016		13-06-2018	7.931,55		04-10-2018	7.931,55			0,00									
EBSCO Subscription Serv. Espanha S.L.U.	2018/AID/017		18-07-2018	6.478,41		21-12-2018	6.478,41			0,00									
LCPower - Luís Carneiro, Soluções de Energia, S.A.	2018/AID/018		04-07-2018	12.810,92		28-12-2018	12.810,92			0,00									
Scanci, Lda	2018/AID/019		26-09-2018	8.007,30		27-09-2018	8.007,30			0,00									
Melsport - Melgaço Desporto e Lazer, E.M.	2018/AID/020		31-12-2018	27.060,00		18-02-2019	0,00			0,00									
Gasilh II Unipessoal, Lda.	2018/AID/021		04-07-2018	233,70		06-11-2018	233,70			0,00									
Blico Creative, Ida.	2018/AID/022		12-07-2018	4.674,00		26-10-2018	4.674,00			0,00									
Amaro Pereira dos Amorim	2018/AID/023		30-07-2018	12.167,26		29-11-2018	2.097,32			0,00									
NIPPON GASES PORTUGAL UNIPESSOAL, LDA.	2018/AID/025		23-08-2018	123,00		08-11-2018	123,00			0,00									
CESCE - Soluções Informáticas, S.A.	2018/AID/026		14-08-2018	8.302,50		23-11-2018	8.302,50			0,00									
SPECANALITICA - Equipamentos Científicos, Lda.	2018/AID/027		19-09-2018	43.125,03		00-01-1900	0,00			0,00									
Rego de Almeida, Lda.	2018/AID/028		25-09-2018	13.579,20		18-12-2018	13.579,20			0,00									
Monocomp Instrumetação, S.A.	2018/AID/029		10-10-2018	18.696,00		05-04-2019	0,00			0,00									
Fernando José de Azevedo Silva Santos	2018/AID/030		25-10-2018	15.057,27		29-01-2019	0,00			0,00									
RIS2048-Sistemas Informático e Comunicações, Lda.	2018/AID/031		26-10-2018	10.474,66		22-02-2019	0,00			0,00									
Simão Pedro Alves da Silva	2018/AID/032		29-11-2018	13.136,40		29-01-2019	0,00			0,00									
Carlos Gil Silva Sá	2018/AID/034		29-11-2018	13.136,40		29-01-2019	0,00			0,00									
Digitális - Distribuição e Gestão de Informática, Lda	2018/AID/035		27-11-2018	18.227,44		00-01-1900	0,00			0,00									
Compta - Equipamentos e Serviços de Informática SA	2018/AID/038		26-11-2018	9.859,68		22-02-2019	0,00			0,00									
Bilge Creative, Ida.	2018/CPRE/001		07-03-2018	59.224,50		13-06-2018	17.767,35			0,00									
António Jorge Castro Pereira da Rocha	2018/CPRE/002		27-04-2018	32.213,70		30-05-2018	10.737,90			0,00									
Beirão Coelho Minho - Sistemas de Escritório, Lda.	2018/CPRE/003		26-03-2018	10.445,90		20-07-2018	10.445,90			0,00									
CESCE - Soluções Informáticas, S.A.	2018/CPRE/004		03-04-2018	30.301,59		20-07-2018	30.301,59			0,00									
XZ Consultores, SA	2018/CPRE/005		23-05-2018	20.000,00		26-10-2018	14.203,64			0,00									
Metalcaminha, Metalormecânica, Lda	2018/CPRE/006		20-09-2018	26.961,60		00-01-1900	0,00			0,00									
Concessus, SA	2018/CPRE/007		01-08-2018	12.177,00		19-03-2019	0,00			0,00									
VWR International - Material de Laboratório, Lda.	2018/CPRE/007		01-08-2018	1.881,90		31-10-2018	1.881,90			0,00									
Serralharia Carvalho, Lda	2018/CPRE/009		14-05-2018	60.188,21		08-04-2019	0,00			0,00									
Helder José Fernandes Ribeiro	2018/CPRE/010		23-05-2018	14.391,00		25-06-2018	14.391,00			0,00									
Multisector Norte Innovation Consulting, Lda	2018/CPRE/011		04-05-2018	26.076,00		18-12-2018	6.346,80			0,00									
Serviços de Acção Social do IPVC	2018/CPRE/012		23-05-2018	13.960,50		07-08-2018	5.280,39			0,00									

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

	Entidade	Contrato		Data do pagamento	Pagamentos na Gerdinaria		Revisão de Preços	Trabalhos a Mais	Normalis.	Observações
		Objecto	Data		Nº de Reibiço	Data				
Consultoraria Previa	Beltrão Coelho Minho - Sistemas de Escritório, Lda.	2018/CPRE/013	01-06-2018	36.266,41	15-11-2018	36.266,41				0,00
Consultoraria Previa	UNICAM - Sistemas Analíticos, Lda.	2018/CPRE/014	16-11-2018	30.737,70	30-01-2019	0,00				0,00
Consultoraria Previa	Rego de Almeida, Lda.	2018/CPRE/015	30-07-2018	72.545,40	29-01-2019	10.075,75				0,00
Consultoraria Previa	Maxone-Material de Escritório, S.A.	2018/CPRE/016	03-09-2018	1.797,30	12-03-2019	0,00				0,00
Consultoraria Previa	TopToner, Lda.	2018/CPRE/016	03-09-2018	651,90	06-11-2018	651,90				0,00
Consultoraria Previa	SERVISAN - Produtos de Higiene, S.A.	2018/CPRE/017	01-10-2018	16.337,84	22-02-2019	0,00				0,00
Consultoraria Previa	Abreu e Pedra - Higiene e Bem Estar, Lda.	2018/CPRE/017	01-10-2018	519,26	31-12-2018	519,26				0,00
Consultoraria Previa	Fittai-Produtos de Higiene embalagem, LDA	2018/CPRE/017	01-10-2018	793,09	28-12-2018	793,09				0,00
Consultoraria Previa	ONWORKS Construções, Lda	2018/CPRE/018	01-08-2018	36.474,72	19-02-2019	0,00				0,00
Consultoraria Previa	Minhocom, Gestão de infra-estruturas de Telecomunicações, EIM	2018/CPRE/019	17-07-2018	90.257,40	23-11-2018	12.535,75				0,00
Consultoraria Previa	NOCARUMA - Carpintaria e Móveis do Límo, Lda.	2018/CPRE/021	10-09-2018	10.405,80	28-12-2018	10.405,80				0,00
Consultoraria Previa	DSTelecom, S.A.	2018/CPRE/022	13-08-2018	42.508,80	21-12-2018	4.722,20				0,00
Consultoraria Previa	Statusedege Lda	2018/CPRE/023	21-11-2018	10.701,00	00-01-1900	0,00				0,00
Consultoraria Previa	EraPro	2018/CPRE/024	19-11-2018	10.255,76	08-04-2019	0,00				0,00
Consultoraria Previa	Stamps-Portugal Equipamentos de Escritório, S.A.	2018/CPRE/025	07-11-2018	9.203,72	19-02-2019	0,00				0,00
Consultoraria Previa	Maxone-Material de Escritório, S.A.	2018/CPRE/025	07-11-2018	5.501,11	12-03-2019	0,00				0,00
Concurso Público	ASSEC - Assistência a Empresas e Consultadoria, Lda.	IPCB-2018CP004	07-09-2018	39.621,38	27-12-2018	39.621,38				0,00
Concurso Público	Indústrias Cespedes, Lda	2018/CP/001	03-08-2018	13.584,23	07-12-2018	113.584,23				0,00
Concurso Público	Attacer - Artigos, Tornais e Cerâmicos, Lda	2018/CP/003	10-09-2018	30.247,67	29-01-2019	0,00				0,00
Concurso Público	Clinifar produtos clínicos farmacêuticos SA	2018/CP/003	10-09-2018	725,70	31-10-2018	725,70				0,00
Concurso Público	Doctormimo Lda	2018/CP/003	10-09-2018	10.671,80	22-03-2019	0,00				0,00
Concurso Público	SERVIVE Portugal, Lda.	2018/CP/003	10-09-2018	31.688,49	00-01-1900	0,00				0,00
Concurso Público	SERVIVE Portugal, Lda.	2018/CP/003	10-09-2018	2.023,51	00-01-1900	0,00				0,00
Concurso Público	SERVIVE Portugal, Lda.	2018/CP/003	10-09-2018	5.590,72	00-01-1900	0,00				0,00
Concurso Público	Frilabo II, Lda.	2018/CP/003	10-09-2018	2.521,50	22-03-2019	0,00				0,00
Concurso Público	Doctormimo Lda	2018/CP/003	10-09-2018	728,68	22-03-2019	0,00				0,00
Concurso Público	Doctormimo Lda	2018/CP/003	10-09-2018	467,40	22-03-2019	0,00				0,00
Concurso Público	Doctormimo Lda	2018/CP/003	10-09-2018	578,10	22-03-2019	0,00				0,00
Concurso Público	Bridgellik Learning Technologies, lda	2018/CP/004	24-09-2018	30.430,20	05-12-2018	30.430,20				0,00
Concurso Público	Airrobit de Paulo & César - Informática, Lda	2018/CP/004	24-09-2018	6.594,05	22-03-2019	0,00				0,00
Concurso Limitado Com Maria De La Salete Celiello da Rocha Pereira da Silva	2018/CLPQ/001	13-07-2018	86.872,70	24-08-2018	20.250,91					0,00

5.2 — Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de Contrato	Concurso Público		Concurso Lim. Por Prévia Qualificação		Procedimento de Negociação		Diálogo Concorrencial		Ajuste Directo		Ao abrigo de Acordos Quadro		Consulta Prévia
	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	Nº de Contratos	Valor	
Locação													
Empreitadas de Obras Públicas													
Gestão de Serviços Públicos													
Prestação de Serviços	14	1.889.925,28							52	1.060.639,58	5	698.925,90	10
Aquisições de Bens	41	1.353.759,61							24	628.601,16			18
													281.280,23

6 — Transferências e subsídios:

6.1 — Transferências e subsídios — Despesa

Tipos de despesa	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Beneficiária (3)	Despesas Orçamentadas (4)	Despesas Autorizadas (5)	Despesas Pagas (6)	Despesas autorizadas e não apagadas (7)=(5)-(6)	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício (8)	Observações (9)
Transferências Correntes									
040305 - Serviços e fundos autónomos			Serviços de Ação Social	158.429,00	158.428,30	158.428,30	0,00	0,00	
040308 - Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados				2.641,00	2.640,94	2.640,94	0,00	0,00	
040701 - Instituições sem fins lucrativos				59.058,00	47.667,00	34.081,16	13.585,84	0,00	
040802 - Outras				572.879,00	418.865,89	415.545,89	3.320,00	0,00	
Total:				793.007,00	627.602,13	610.696,29	16.905,84	0,00	

6.2 — Transferências e subsídios — Receita

Tipos de receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6)=(4)-(5)	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Observações
Transferências Correntes								
060301 - Estado				13.155.779,00	13.155.779,00	0,00	0,00	
060307 - Serviços e fundos autónomos				62.406,00	34.270,60	28.135,40	0,00	
060310 - Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados				35.184,00	34.105,68	1.078,32	0,00	
060311 - Serviços e fundos autónomos - Participação comunitária em projectos co-financiados				165.235,00	161.573,96	3.661,04	0,00	
060501 - Continente				37.190,00	37.183,44	6,56	0,00	
060901 - União Europeia - Instituições				5.960.002,00	2.221.409,28	3.738.592,72	0,00	
Total:				19.415.796,00	15.644.321,96	3.771.474,04	0,00	

Viana do Castelo, 20 de maio de 2019

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros (Contabilista Público)

O Conselho de Gestão,